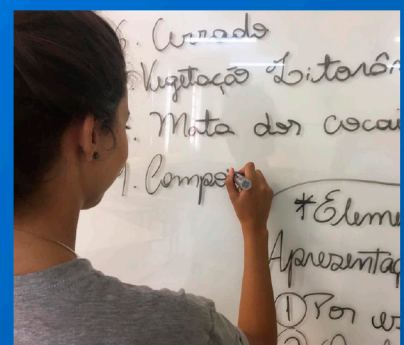
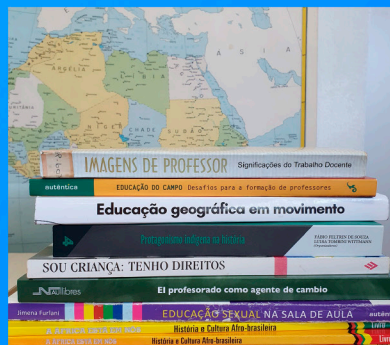
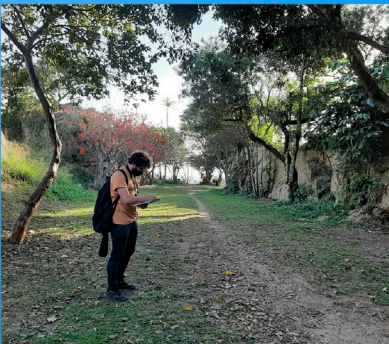


OS MOVIMENTOS DOS PROGRAMAS - PROJETOS E AÇÕES DE EXTENSÃO DA FAED/UDÉSC 2020-2021

Volume II

Organizadores

Rosa Elisabete Miltz Wypczynski Martins
Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho
Julice Dias



EDITORA INOVAR

**OS MOVIMENTOS DOS PROGRAMAS – PROJETOS E
AÇÕES DE EXTENSÃO DA FAED/UDESC 2020-2021
VOLUME II**



Rosa Elisabete Militz Wypychynski Martins
Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho
Julice Dias
(Organizadores)

**OS MOVIMENTOS DOS PROGRAMAS – PROJETOS E
AÇÕES DE EXTENSÃO DA FAED/UDESC 2020-2021
VOLUME II**

1ª edição

Mato Grosso do Sul
Editora Inovar
2023

Copyright © dos autores.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).



Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins, Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho, Julice Dias (Organizadores). Os movimentos dos Programas – Projetos e Ações de Extensão da FAED/UDESC 2020-2021. Volume II. Campo Grande: Editora Inovar, 2023. 146p.

PDF

ISBN: 978-65-5388-093-1

DOI: doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-093-1

1. Educação. 2. Projetos e Ações de Extensão. 3. FAED/UDESC. I. Autores.

CDD – 370

Editora-Chefe: Liliane Pereira de Souza
Diagramação: Vanessa Lara D Alessia Conegero
Capa: Juliana Pinheiro de Souza e Carolina Araújo Michielin

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Franco
Profa. Dra. Aldenora Maria Ximenes Rodrigues
Profa. Dra. Care Cristiane Hammes
Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins
Profa. Dra. Débora Luana Ribeiro Pessoa
Profa. Dra. Franchys Marizethe Nascimento Santana
Profa. Dra. Geyanna Dolores Lopes Nunes
Prof. Dr. Guilherme Antonio Lopes de Oliveira
Prof. Dr. João Vítor Teodoro
Profa. Dra. Juliani Borchardt da Silva
Profa. Dra. Jucimara Silva Rojas
Profa. Dra. Lina Raquel Santos Araujo
Prof. Dr. Marcus Vinicius Peralva Santos
Profa. Dra. Maria Cristina Neves de Azevedo
Profa. Dra. Nayára Bezerra Carvalho
Profa. Dra. Ordália Alves de Almeida
Profa. Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas
Profa. Dra. Roberta Oliveira Lima
Profa. Dra. Rúbia Kátia Azevedo Montenegro
Prof. Dr. Sílvio César Lopes da Silva

Editora Inovar
Campo Grande – MS – Brasil
Telefone: +55 (67) 98216-7300
www.editorainovar.com.br
atendimento@editorainovar.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 01	14
TRAJETÓRIAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FAED/UDESC	
<i>Rosa Elisabete Militz Wypychzynski Martins</i>	
<i>Júlio César Ribeiro Mota Filho</i>	
CAPÍTULO 02	32
O PROJETO A ESCOLA VAI AO PARQUE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19	
<i>Ana Flávia Pereira</i>	
<i>Gabriela Maria de Sousa</i>	
<i>José Iago Almeida Carneiro</i>	
<i>Ana Paula Nunes Chaves</i>	
CAPÍTULO 03	48
EXTENSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: QUESTÕES EM DEBATE	
<i>Lourival José Martins Filho</i>	
<i>Alba Regina Battisti de Souza</i>	
CAPÍTULO 04	58
GEODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL - SC/RS	
<i>Jairo Valdati</i>	
<i>Maria Carolina Villaça Gomes</i>	
<i>Matheus Oliveira Della Nina</i>	
<i>Ciro Palo Borges</i>	
CAPÍTULO 05	74
CONSTRUIR E PARTILHAR HISTÓRIAS AFRICANAS E INDÍGENAS I: BIBLIOTECA VIRTUAL E AYACAST	
<i>Cláudia Mortari</i>	
<i>Luisa Tombini Wittmann</i>	

João Gabriel Santos Pinto
Luiza Silva
Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano
Victor Leonardo da Silveira
Simeia Mello
Helena Fediuk Gohl
Vinicius Pinto Gomes

CAPÍTULO 06 **92**
AÇÕES EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19 NA COMUNIDADE DA SERVIDÃO DOS LAGEANOS, BAIRRO SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC

Amanda Cristina Pires
Rita de Cássia Dutra
José Iago Almeida Carneiro
Dirceu Bruno Câniva Sebastião
Isac Portela Nunes Ramos da Silva
Luiz Phelipe Flor Pereira
Joana Elaine Matos Simici
Emanuel Henrique Vodzik
Evelyn Lima Gonçalves

CAPÍTULO 07 **115**
O PROGRAMA DE EXTENSÃO NOVOS E VELHOS MIGRANTES: REGISTROS DE MEMÓRIA NA PERIFERIA URBANA

Francisco Canella
Evelyn Lima Gonçalves
Rosane Talayer de Lima

CAPÍTULO 08 **126**
CONSTRUIR E PARTILHAR HISTÓRIAS AFRICANAS E INDÍGENAS II: OFICINAS DIDÁTICAS E REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

Cláudia Mortari
Carol Lima de Carvalho
Luisa Tombini Wittmann
Kally Cassiani Costa Trevisan
Mariane Schmitz de Souza
Marina de Moraes dos Santos
Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano

Victor Leonardo da Silveira
Willian Felipe Martins Costa

SOBRE OS AUTORES	140
ÍNDICE REMISSIVO	146

APRESENTAÇÃO

O presente *e-book* tem o intuito de socializar as ações realizadas pelos Programas e Projetos de Extensão do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/FAED nos anos de 2020 e 2021. Constitui-se por contribuições do corpo discente, docente e técnico envolvido com a extensão, estruturadas em artigos e relatos de experiência que descrevem e significam as suas vivências extensionistas cultivadas nos diversos espectros da sociedade.

Os Programas e Projetos de Extensão aqui apresentados foram selecionados pelo Edital nº 01/2019 – “Programa de Apoio à Extensão Universitária e Programa de Incentivo à Creditação da Extensão Universitária” – PAEX-PROCEU/UDESC. Nesse Edital, os Programas e Projetos¹, coordenados por Professores(as), dispõem de recursos e bolsas de extensão para dar suporte ao desenvolvimento das ações propostas, as quais visam o estabelecimento de uma relação dialógica entre a Universidade e a sociedade, levando em conta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Agradecemos aos professores e às professoras que aceitaram o nosso convite para contribuir com suas produções neste *e-book*². Em vários momentos desta publicação, há escritos sobre a influência da pandemia de Covid-19 na execução dos Programas de Extensão, que impôs novos desafios na elaboração e execução do fazer extensionista. O relato e a reflexão sobre a realização das ações dos Programas no contexto pandêmico contribuem para o reconhecimento e valorização da função social da universidade pública na construção do conhecimento científico, promoção da democracia, defesa dos direitos fundamentais e busca de justiça social.

Este *e-book* inicia-se com o artigo **Trajetórias da Extensão Universitária no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/UDESC**, escrito por Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins e Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho. O trabalho apresenta as ações extensionistas realizadas em 2018 e 2019, os projetos de cultura e o percurso dos programas de

1 Foram selecionados 22 Programas, 1 projeto e 1 evento neste Edital.

2 Todos os coordenadores foram convidados para escrever um artigo e publicar neste E-book.

assistência estudantil no âmbito da FAED/UDESC. Por meio das discussões apresentadas, é possível compreender o papel da Direção de Extensão, Cultura e Comunidade e dos Programas de Extensão no exercer extensionista do Centro de Ciências Humanas e da Educação.

Na sequência, o artigo **O Projeto A escola vai ao parque em tempos de pandemia de Covid-19**, de Ana Flávia Pereira, Gabriela Maria de Sousa, José Iago Almeida Carneiro e Ana Paula Nunes Chaves, reflete os desafios que a pandemia trouxe para a docência e a Extensão na universidade, apresentando as reformulações pelas quais o Programa “Expedições Geográficas” passou. Especificamente, o trabalho expõe como foi realizado o Projeto “A Escola vai ao Parque” no período de atividades remotas. Por meio virtual, o Projeto realizou uma apresentação e um questionário sobre o Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri e das trilhas do local (Caminho do Saquinho e Caminho Guarani), destacando aspectos morfológicos da paisagem, bem como suas manifestações culturais. O trabalho ainda expõe as dificuldades logísticas que o Programa sofreu para a execução do projeto e a interação com os estudantes durante a sua realização.

Em **Extensão e formação docente para os anos iniciais do ensino fundamental: questão em debate**, Lourival José Martins Filho e Alba Regina Battisti de Souza apresentam conceitos e aspectos fundamentais dos trabalhos extensionistas realizados pelo Grupo de pesquisa “Didática e Formação Docente – NAPE” por meio do Programa “Olhares”. Os autores destacam a importância da colaboração entre universidade e escola na formação docente continuada, focando no papel da extensão universitária diante da complexidade e dos desafios da profissão de professor de crianças. Como enfatizam os autores, tal profissão necessita lidar com aspectos de comunicação e expressão inerentes à infância, constituída de heterogeneidades culturais, sociais, religiosas e étnicas.

O artigo **Geodiversidade no território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – SC/RS**, escrito por Jairo Valdati, Maria Carolina Villaça Gomes, Matheus Oliveira Della Nina e Ciro Palo Borges, expõe como as atividades do Programa de Extensão (que leva o mesmo nome do artigo) foram realizadas durante o período de pandemia. Por meio de formato virtual, a ação “Geoconversando com o Geoparque” realizou três encontros para discussão de ques-

tões a respeito da gestão do território do Geoparque com a equipe técnica do Consórcio Municipal e da Coordenação do Comitê Educativo e Científico. Também foi relatada a participação de coordenador e bolsistas no 1º Seminário de Pesquisas no território do Geoparque “Caminhos dos Cânions do Sul”, no qual foram apresentadas as pesquisas realizadas pelos integrantes do Programa sobre o território em questão. Por último, os autores apontam a contribuição realizada pelo Programa na criação de materiais para o GeoMuseu, em específico, a confecção de escala de tempo geológico, demonstrando os períodos da história geológica da Terra.

Escrito por Cláudia Mortari, Luisa Tombini Wittmann, João Gabriel Santos Pinto, Luiza Silva, Tathiana Cristina da Silva Anizio Casiano, Victor Leonardo da Silveira, Simeia Mello, Helena Fediuk Gohl e Vinicius Pinto Gomes, o artigo **Construir e partilhar histórias africanas e indígenas I: biblioteca virtual e Ayacast** apresenta o Programa “Olhares, vozes e memórias: saberes africanos e indígenas” e suas ações extensionistas. Partindo de uma abordagem teórica decolonial e pós-colonial, o Programa objetiva combater o racismo e o epistemicídio por meio de três ações: a produção e disponibilização de materiais na Biblioteca Virtual de Estudos Africanos e Indígenas vinculada ao AYA, a organização do evento 2º Encontro Internacional Pós-colonial e Decolonial e a institucionalização do *podcast* AYACAST. Tais ações colocam em destaque a necessidade da erradicação de uma história única e contribuem para a decolonização do pensamento, ao produzirem e socializarem narrativas interseccionais e epistemológicas não eurocêntricas, para além dos muros da universidade.

Realizado por Amanda Cristina Pires, Rita de Cássia Dutra, José Iago Almeida Carneiro, Dirceu Bruno Câniva Sebastião Isac Portela Nunes Ramos da Silva, Luiz Phelipe Flor Pereira, Joana Elaine Matos Simici, Emanuel Henrique Vodzik e Evelyn Lima Gonçalves, o artigo **Ações em meio à pandemia de Covid-19 na Comunidade da Servidão dos Lageanos, bairro Serrinha, Florianópolis – SC** relata as adaptações e êxitos na execução do Programa “Capacitações para Voluntários de Nupdec’s”. Os autores detalham como foi possível atingir todos os objetivos propostos pelas ações do Programa de Extensão em meio à pandemia de Covid-19, descrevendo as reuniões iniciais para planejamento da interação com os moradores

da Comunidade da Servidão dos Lageanos, a aplicação de questionário sobre o risco de desastre e situação socioeconômica da comunidade durante a pandemia, a produção de *podcasts* e vídeos sobre as atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres – LabRed, bem como, a realização do 1º evento virtual do Laboratório, participação em eventos acadêmicos, oferta de oficinas e curso de capacitação de Nupdec’s. As experiências descritas são bons exemplos de como é possível manter viva a extensão, isto é, executar ações e manter diálogo com a população, mesmo diante das dificuldades de isolamento social impostas pela pandemia.

O e-book conta, também, com o artigo de Francisco Canella, Evelyn Lima Gonçalves e Rosane Talayer de Lima, intitulado **O Programa de Extensão Novos e Velhos Migrantes: registros de memória na periferia urbana**. Nesse trabalho, os autores discorrem sobre as ações do Programa desenvolvidas em conjunto com a população do bairro Monte Cristo e da Ocupação Marielle Franco, por meio das quais foi possível realizar um acervo documental e fotográfico da memória da periferia urbana da Grande Florianópolis. Utilizando a memória como instrumento, essas ações tiveram como objetivo promover a cidadania e a luta por direitos de moradia de novos e antigos moradores da periferia. Cita-se, também, a ação do Programa “Português como Língua de Acolhida”, que, muito embora tenha sido suspenso durante a pandemia de Covid-19 pela impossibilidade de realização de aulas de Português, foi retomado como Programa independente em 2022.

Por fim, **Construir e partilhar histórias africanas e indígenas II: oficinas didáticas e reflexões epistemológicas** foi elaborado coletivamente por Cláudia Mortari, Carol Lima de Carvalho, Luisa Tombini Wittmann, Kally Cassiani Costa Trevisan, Mariane Schmitz de Souza, Marina de Moraes dos Santos, Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano, Victor Leonardo da Silveira e Willian Felipe Martins Costa para apresentar duas ações do Programa de Extensão Histórias Africanas e Indígenas: olhares e práticas na educação. Neste artigo, os autores descrevem os projetos “Narrativas africanas e indígenas e o ensino de história”, voltado para a produção de material didático a partir da perspectiva de aulas-oficinas para a rede de ensino fundamental, e “Histórias africanas e indígenas: epistemologias e

saberes em diálogo”, que propunha a publicação de um E-book com produções advindas de intelectuais africanos, afro-diaspóricos e indígenas direcionado a professores/as e estudantes do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos da rede de ensino e demais interessados/as. Esses e outros projetos do referido programa foram desenvolvidos durante a pandemia de Covid-19, na busca por manter as atividades de extensão da FAED/UDESC.

Para concluir, esperamos que os escritos presentes em Os movimentos dos Programas – Projetos e Ações de Extensão da FAED/UDESC – 2020-2021, volume II, inspirem debates e reflexões sobre o diálogo com a comunidade nos anos de pandemia, além da importância do fazer extensionista e de sua articulação com o ensino e a pesquisa na Universidade Pública.

Florianópolis, Santa Catarina, 2022.

Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins
Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho
Julice Dias

CAPÍTULO 01

TRAJETÓRIAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FAED/UDESC

Rosa Elisabete Miltz Wypczynski Martins
Júlio César Ribeiro Mota Filho

Introdução

O Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, conhecida como Faculdade de Educação – FAED/UDESC, localizado no Campus I, no bairro Itacorubi em Florianópolis/SC, é um dos centros da UDESC¹, que tem uma estrutura *multicampi*, com doze centros distribuídos em nove cidades do estado de Santa Catarina, localizado na Região Sul do Brasil, além de trinta e dois polos de ensino a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, do Ministério da Educação (UAB/MEC).

Atualmente, integram o referido Centro os cursos de graduação em Pedagogia, Biblioteconomia, Geografia e História. Tem os seguintes Programas de Pós-Graduação: em Educação, com mestrado e doutorado acadêmicos; em História, com mestrado e doutorado acadêmicos; em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, com mestrado e doutorado acadêmicos; em Gestão da Informação, com mestrado profissional, e o Mestrado Profissional em Ensino de História, ofertado em rede com outras instituições do Brasil.

De acordo com o Regimento da UDESC², os Centros da universidade têm, na sua organização administrativa, um/uma Diretor/a Geral e quatro Diretores Assistentes nas pastas de Administração, Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão, Cultura e Comunidade. Cada Departamento tem um/uma chefe e os Pro-

1 Site da UDESC: <https://www.udesc.br/>

2 http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/782/regimento_geral_da_udesc.pdf

gramas de Pós-Graduação têm um/uma Coordenação. Atualmente, aproximadamente 1.067 estudantes estão regularmente matriculados nos cursos de graduação e 351 nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

A Extensão universitária possui uma função primordial de interação entre a universidade e os diferentes setores da sociedade. Além disso, exerce papel essencial de proximidade entre a IES e a comunidade, com ações que atendam às demandas e necessidades para favorecer o desenvolvimento social como forma de responder aos anseios da comunidade. Nesse sentido, a FAED tem como missão produzir conhecimento e formar cidadãos críticos, por meio da excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, visando a transformação e o desenvolvimento de uma sociedade plural.

Na conjuntura exposta, o objetivo deste artigo é apresentar a trajetória da extensão do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/UDESC, relatando as ações desenvolvidas nos projetos e programas de extensão desenvolvidos nos anos de 2018 e 2019, as ações dos projetos de cultura e os programas de permanência estudantil da UDESC, coordenados e articulados pela Direção de Extensão, Cultura e Comunidade da FAED. O artigo está estruturado em quatro seções, sendo esta introdução, seguida pela apresentação dos projetos e programas desenvolvidos, os projetos de apoio à cultura, os programas de apoio estudantil e finalizando com as conclusões.

A relação entre a comunidade e a extensão universitária

A Universidade, por meio da extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa, tem compromisso com as demandas da sociedade na produção do conhecimento e promoção de ações que contribuam para minimizar as desigualdades sociais. De acordo com Jezine:

A extensão tem como princípios integradores o ensino-pesquisa, a teoria e prática como função acadêmica da universidade que acabam por revelar um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/

conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania. A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento. (JEZINE, 2004, p. 3).

Nesse sentido, a Extensão Universitária, elemento de importante papel social, alavanca um processo mutuamente transformador entre a academia e a sociedade. Constitui-se, portanto, como um espaço que corrobora com os conceitos freirianos, no sentido de uma interação dialógica entre academia e comunidade, além de sustentar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (NOGUEIRA, 2013).

No âmbito da UDESC, a Resolução Nº 015/2019 – CONSU-NI³ institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária, bem como estabelece a concepção, os princípios e as diretrizes da extensão universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

De acordo com o Artigo 13 da referida Resolução, as atividades de extensão da UDESC podem ser propostas nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos, oficinas e eventos. Os editais são lançados e coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade – PROEX, por meio da Coordenadoria de Extensão – CEX. Os programas e projetos da FAED que apresentamos neste artigo foram submetidos ao Edital nº 02/2017 – Programa de apoio à Extensão – UDESC-PAEX e tiveram vigência bianual em 2018 e 2019.

Na FAED/UDESC, a partir do Edital nº 02/2017, foram aprovados 24 programas e quatro projetos. No Departamento de Biblioteconomia, três programas e dois projetos; no Departamento de Geografia, seis programas; no Departamento de História, sete programas e dois projetos, e no Departamento de Pedagogia, oito programas. Es-

3 Ver mais em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7380/015_2019_cni_15670919158014_7380.pdf

ses projetos e programas receberam recursos financeiros e cotas de bolsas para colocar em prática as ações propostas. Em média, cada coordenador/a dos programas/projetos, de acordo com sua classificação na avaliação⁴, recebeu de R\$ 3.700,00 a R\$ 8.000,00 e uma ou duas cotas de bolsas de 20 horas. O total de cotas de bolsas destinadas à FAED foi 40 de 20 horas e 10 cotas de 10 horas.

Apresentamos, na sequência, de forma sintética, as temáticas e ações desenvolvidas em 2018 e 2019 pelos programas e projetos de extensão coordenados pelos/as professores/as da FAED. Cada programa/projeto conta com bolsistas que auxiliam no desenvolvimento das atividades propostas.

Das propostas dos programas e projetos aprovados no Departamento de Biblioteconomia, duas tiveram como foco questões voltadas à promoção da leitura como uma prática social para crianças e/ou jovens na comunidade e nas escolas. Outra teve como objetivo desenvolver práticas empreendedoras por meio da gestão de projetos na área de gestão da informação. Houve, também, proposição de ações para implementação de uma política de inclusão na UDESC para egressos do sistema prisional – com a proposta de formação para os docentes, assistentes sociais e agentes penitenciários que atuam no Sistema Prisional em Florianópolis/SC – e organização do acervo bibliográfico da Penitenciária de Florianópolis. Um dos projetos organizou um evento que teve como tema a reflexão sobre as contribuições teóricas e práticas de Gabriel Naudé e Suzanne Briet, personagens da história da Biblioteconomia mundial.

No Departamento de Geografia, foram desenvolvidos seis programas, sendo que quatro deles tiveram ações voltadas à organização de atividades para formação de professores/as e estudantes em espaços escolares e não escolares, como trilhas, práticas pedagógicas, oficinas com temas ligados às questões ambientais e temas ligados às questões sociais. Um dos programas desenvolveu ações para redução de Riscos e Desastres – RRD, direcionadas a comunidades de áreas de risco do Estado. Outro realizou atividades de ma-

4 As propostas de programas/projetos são submetidas pelos/as coordenadores/as pela Plataforma Sigproj e tramitam nos Departamentos e na Direção de Extensão por meio da Comissão de Extensão do Centro, sendo homologada no Conselho de Centro. Após a tramitação no Centro, cabe à PROEX gerenciar os procedimentos administrativos voltados à avaliação dos pareceristas *ad hoc* e ao Comitê de Extensão da UDESC o julgamento e classificação final das propostas.

peamento colaborativo e interativo com o propósito de promover a articulação entre universidade-escola e explorar formas de ensino-aprendizagem das ferramentas e técnicas para a coleta de informações geográficas voluntárias e criação de mapeamentos colaborativos e interativos via *web*.

Nos sete programas e dois projetos aprovados no Departamento de História, as ações tiveram as seguintes temáticas: dois programas com ações voltadas para as Ciências Humanas e políticas vinculadas à temática dos Estudos Africanos e Indígenas e da diversidade étnica; um voltado para a consolidação, ampliação e difusão do patrimônio cultural em Santa Catarina; um direcionado ao combate ao racismo e à promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial, que se dá por meio de ações que auxiliem na implementação da Lei Federal 10.639/03 e das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Lei Federal 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, a Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial.

Além dos citados, outro programa do mesmo Departamento de História concentrou-se em ações e atividades direcionadas à promoção, interação e valorização de saberes e práticas docentes e disciplinares construídos na Universidade e nas Instituições Escolares. Outro desenvolveu ações ligadas à música, canções, memória e identidade musical e um envolveu ações direcionadas à organização de arquivos e documentos do acervo de prontuários, identificação e digitalização de fotografias da Penitenciária de Florianópolis e ciclos de palestras com o tema prisões na atualidade, a fim de discutir questões como o encarceramento em massa. Outro dos projetos desenvolvidos teve como propósito a organização de um evento com ciclos de palestras sobre a violência contra a mulher e temas relacionados ao feminismo, à política e à equidade de gênero. Outro projeto propôs uma parceria entre a FAED e o IDCH com a Hemeroteca Digital Catarinense para assegurar a preservação e o acesso, o mais amplo possível, à coleção de obras raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, constituída por centenas de livros, cartilhas escolares, legislações centenárias, obras literárias e acadêmicas, além de revistas que constituem significativo acervo cultural.

No Departamento de Pedagogia, foram desenvolvidos, nos anos de 2018 e 2019, oito programas de extensão. Três deles propuseram ações voltadas à educação da infância, os espaços e vivências da educação infantil e das culturas infantis e a formação de professores que atuam na educação infantil. Dois programas concentraram-se em propostas sobre formação continuada de professores/as, sendo que um deles teve por foco a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos – EJA e o outro as questões de gênero e educação. Desenvolveu-se um programa com ações voltadas à discussão sobre o papel da Educomunicação e das mídias para viabilizar a construção de ecossistemas comunicativos por meio do desenvolvimento de Práticas Pedagógicas Educomunicativas.

Ainda no Departamento de Pedagogia, um dos Programas teve como proposição a criação de uma rede de colaboração entre universidades, escolas básicas e professores, cujo objetivo foi discutir a identidade e o desenvolvimento profissional docente por meio do intercâmbio entre professores da Educação Básica e pesquisadores envolvidos com as questões da política educacional para a Educação Básica e a formação de professores. Um dos Programas de extensão desse Departamento desenvolveu atividades direcionadas à promoção da equidade de gênero, classe e raça, bem como a promoção da cidadania, por meio de ações vinculadas a atender populações vulneráveis na Grande Florianópolis. Uma das ações foi direcionada para professores/as e profissionais de escola pública, com vistas a dar suporte para o enfrentamento de problemas cotidianos na escola relacionados a situações de exclusões e violências. Já outra ação concentrou-se no objetivo de documentar a história dos moradores que participaram ativamente das lutas por melhorias do e no bairro, além de realizar um mapeamento da atuação de lideranças comunitárias (especialmente das mulheres) nos movimentos sociais do bairro e na luta por moradia.

É possível notar que, em grande medida, os programas e projetos de extensão, em suas diferentes temáticas e ações, estiveram presentes em diversos contextos da comunidade. Alguns com foco na formação continuada de professores/as, com uma diversidade de modalidades de cursos, e outros com atuação em diferentes setores da sociedade, com destaque para as áreas cultural, ambiental, patrimonial, da cidadania, da diversidade e da gestão da informação.

Considerando que a FAED contempla três licenciaturas (Pedagogia, História e Geografia), percebe-se que a maioria das ações está voltada para a formação de professores/as, com temáticas direcionadas aos embasamentos teóricos e metodológicos dos cursos. De acordo com Silva:

A extensão universitária é a função que dialoga diretamente com o compromisso social universitário, mas para que isso realmente aconteça, deve estar integrada com o ensino e a pesquisa. Vale destacar que realizar as três funções de forma indissociável é um dos pré-requisitos para uma IES ser considerada como universidade segundo o artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). (SILVA, 2014, p. 83).

A extensão como parte da formação na universidade possibilita a relação teoria-prática e a construção de saberes para além da sala de aula. Oportuniza, também, aos estudantes, um aprendizado que se efetiva na integração da comunidade universitária e a sociedade, portanto, articulado e contextualizado com as reais demandas sociais e atrelado ao compromisso social da universidade com a construção da cidadania e da emancipação.

Projetos de apoio à cultura na universidade

Nossa sociedade é composta por uma diversidade racial, de gênero, de etnia, de classe social, dentre outros marcadores sociais que nos fazem diferentes e especiais. Valorizar essas diferenças por meio de atividades artístico-culturais é uma forma de contribuir com a formação integral dos/das acadêmicos/as. A universidade deve primar por ações de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para garantir o direito à variedade de expressões artísticas, visando, especialmente, o reconhecimento da grande diversidade cultural existente na sociedade, assumindo um conceito ampliado de cultura que congrega as distintas formas de produção, levando em conta os modos, o pensar e o fazer cultural de todos os indivíduos que produzem e reproduzem a diversidade brasileira. Na UDESC, a Resolução 56/2017-CONSUNI⁵ institui e regulamenta a Política Institucional de Cultura, o Comi-

5 <http://secon.udesc.br/consuni/resol/2017/056-2017-cni.pdf>

tê de Cultura e o Programa de Apoio à Cultura – ProCult da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Os objetivos da Política Institucional de Cultura da UDESC são os seguintes:

Promover na Universidade a institucionalização da Política Nacional de Cultura e das diretrizes regionais e nacionais do FORPROEX; II. Consolidar a execução de ações públicas de cultura na Universidade e na esfera estadual, regional e local; III. Promover o diálogo intercultural com os diversos grupos de identidade existentes no Estado, visando construir uma agenda comum e colaborativa entre as políticas culturais e educacionais; IV. Contribuir para o acesso à cultura pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa à Universidade; V. Desenvolver ações para integrar as múltiplas expressões artístico-culturais aos saberes acadêmicos; VI. Incentivar a indissociabilidade entre cultura, ensino, pesquisa e extensão, através de ações acadêmicas de caráter disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar; VII. Incentivar a produção do conhecimento científico na área de arte/cultura na UDESC; VIII. Qualificar espaços e equipamentos culturais para a formação e fruição do público interno e externo à Universidade; IX. Ampliar através da cultura a participação da universidade no desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado; X. Estimular e efetuar parcerias, intercâmbios e convênios com entidades de cultura, públicas e privadas; XI. Contribuir para manutenção, reconhecimento e revitalização do patrimônio cultural, histórico, natural e memorial catarinense; XII. Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, gestores, financiadores, e demais protagonistas da cultura. (UDESC, 2017).

No ano de 2019, a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade – PROEX da UDESC, por meio da Coordenadoria de Cultura – CCULT, publicou o Edital Campus de Cultura – UDESC/2019 para inscrições de propostas elaboradas por docentes e/ou técnicos universitários da Instituição com ações artístico-culturais ampliadas a toda a Universidade.

O objetivo do referido Edital foi o de apoiar o desenvolvimento de ações artístico-culturais para a promoção e o fortalecimento da cultura integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão, com vistas à

formação cidadã do público interno e externo à UDESC, a partir de distintas linguagens artísticas e de múltiplas expressões culturais inseridas em contextos de valorização da diversidade.

Entendemos que a universidade é um espaço de democracia e diversidade e um lugar privilegiado de manifestações e promoção da cultura, como uma ação de extensão interrelacionada com o ensino e a pesquisa. Para Rigueira Junior:

A arte e a cultura são vistas, então, como nova possibilidade de a comunidade entrar na universidade. É um canal de comunicação, de integração da academia com a sociedade. Mas não é só. Há quem veja no caráter desafiador da arte seu grande trunfo para influir no processo de transformação da universidade. [...] A oferta contínua de oportunidades de contato com as mais diversas manifestações é uma das características marcantes de uma política consistente de cultura na universidade. (RIGUEIRA JUNIOR, 2008, p. 1).

Na FAED, foram três os projetos que receberam apoio financeiro e uma cota de bolsista para auxiliar no desenvolvimento das ações propostas. A seguir, apresentamos as propostas aprovadas para 2020 e 2021.

O “Projeto integra FAED”⁶ tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades culturais para os/as estudantes de Graduação e Pós-graduação da FAED/UDESC como uma proposta cuja potência educativa seja o reconhecimento da diversidade cultural como elemento inseparável da identidade pessoal e social e valorização da diversidade para superação dos preconceitos. Entre as ações propostas, destacamos apresentação de bandas regionais e nacionais; construção de um painel artístico com desenhos e imagens que promovam o reconhecimento e a diversidade cultural presente na FAED e apresentações teatrais com vistas à valorização da diversidade social e cultural.

O “Projeto Portal da Música Gravada de Florianópolis”⁷ – ação voltada ao conhecimento e divulgação da produção musical da cidade – tem como referência os acervos da Rádio UDESC FM (Florianó-

6 Coordenado pela Professora Dra. Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins.

7 Coordenado pela professora Dra. Márcia Ramos de Oliveira.

polis), acervo Rodrigo Mota, Casa da Memória de Florianópolis e Museu da Imagem e do Som/SC. O acesso à documentação se dá mediante identificação e descrição das fontes e o conjunto de materiais descritos é organizado e disponibilizado em um Portal informativo sobre o conteúdo desses acervos relativos à música produzida na cidade de Florianópolis de meados do século XX até o XXI.

“Viver e aprender: a historicidade cultural e imemorial do Morro da Caixa, Florianópolis/SC⁸” foi outro projeto aprovado na FAED que tem como objetivos conhecer a constituição histórica e cultural da comunidade do Morro da Caixa em Florianópolis/SC; conhecer e registrar a história da comunidade; inventariar os movimentos culturais da e na comunidade; observar o desenvolvimento cultural ao longo dos anos; identificar os atores sociais e instituições que deflagram e estimulam ações culturais e sociais na comunidade; identificar instituições que disponibilizam serviços à comunidade; produzir registros – por meio de um e-book – e produzir um documentário sobre os aspectos históricos e culturais da comunidade. Conta com a parceria do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação – LABIB/FAED, do Laboratório de Imagem e Som – LIS/FAED, do PPGINFO e da Comunidade Morro da Caixa de Florianópolis/SC.

Acreditamos ser muito importante o fortalecimento e o fomento de ações de cultura integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão, em especial em uma instituição pública, espaço de diversidade e agente de mudanças sociais e de luta por uma sociedade mais justa, democrática e solidária, que deve primar pelo respeito às diferentes manifestações e promoção da cultura.

Programas de apoio estudantil

Os programas de apoio estudantil da UDESC são peças de um grande quebra-cabeça normativo nacional, que se construiu por meio da trajetória histórica do Estado brasileiro em relação às suas políticas educacionais.

Apesar de o direito à educação ter estado presente desde a primeira Constituição promulgada no Primeiro Reinado (1822-1831),

8 Coordenado pela professora Dra. Ana Maria Pereira.

a inauguração de política específica de apoio estudantil deu-se somente na última presidência da República Oligárquica (1926-1930), no mandato de Washington Luís (IMPERATORI, 2017). Nas palavras de Simone Gomes Costa (2010, p. 55), o programa de assistência “[...] ocorreu em 1928, com a Casa do Estudante Brasileiro [...] em Paris e era destinado a auxiliar estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em fixar residência”.

À medida que os anos passaram e diferentes gestões estiveram à frente da política educacional, os programas de apoio aos discentes foram sofrendo diversas mudanças e, em alguns momentos, melhoramentos. A título de exemplo, podem ser citadas a Reforma de Francisco Campos, no primeiro governo Vargas, que propôs medidas de beneficência aos universitários; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024/61 (LDB), no governo João Goulart, que delegou aos sistemas de ensino a responsabilidade de oferecer serviços relacionados à assistência social, e a criação do Departamento de Assuntos Estudantis do Ministério da Educação e Cultura durante o Regime Militar, que foi responsável pela concessão de bolsas de apoio estudantil aos universitários (IMPERATORI, 2017).

Fruto da luta de movimentos sociais pela democratização do acesso à educação (VASCONCELOS, 2010), o Plano Nacional de Assistência Estudantil⁹ – PNAES, criado em dezembro de 2007 e institucionalizado em 2008, destina-se “[...] a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior [...]”. (INÁCIO, 2019, p. 6).

Como demonstra Inácio (2019), esse documento, apesar de ter sido destinado às IFES, deu inspiração, fôlego e base à assistência estudantil em instituições estaduais (inclusive a UDESC), alavancando os programas de permanência, por meio de maiores investimentos e esforços para normatização da política de assuntos estudantis.

A concretização desses esforços normativos para a evolução dos programas de assistência oferecidos pela UDESC pode ser en-

9 Segundo o sítio institucional do MEC (2020), o “[...] Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa”.

contrada nas resoluções do Conselho Universitário – CONSUNI¹⁰, a partir das quais o auxílio financeiro aos estudantes foi implementado por meio do Programa de Auxílio Permanência Estudantil – PRAPE, conforme Resolução Nº 047/2012, de dezembro de 2012¹¹. De acordo com esse documento (UDESC, 2012, p. 2), o auxílio destinava-se “[...] a discentes regularmente matriculados/as e/ou conveniados/as nos Cursos de Graduação, classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

O programa oferecia assistência financeira nas modalidades moradia e alimentação para alunos que comprovassem pertencer a um núcleo familiar com renda de até um salário-mínimo e meio *per capita*. Além disso, definiu-se como necessário que o acadêmico não tivesse graduação, cursasse, pelo menos, 80% da carga horária do semestre letivo conforme o projeto pedagógico do curso e não trabalhasse em atividades desvinculadas do meio acadêmico (UDESC, 2012).

Caso desejassem renovar tais auxílios, determinava-se que os graduandos deveriam comprovar 75% de frequência nas aulas, aprovação de no mínimo 70% nas disciplinas cursadas e não terem solicitado trancamento de matrícula (UDESC, 2012). Aos alunos contemplados, o documento instituía a exigência de engajamento em alguma atividade na Universidade, por meio de bolsas estudantis ou elaboração de plano de atividades acadêmicas.

Outro benefício que passou a ser ofertado pela universidade foi o Programa de Subsídio nas Refeições – PROSUR, por meio da Resolução Nº 108/2014 do CONSUNI. Financiado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAEST e por receitas próprias da UDESC, o auxílio se dava pela concessão do valor de cinco reais (R\$ 5) por dia letivo, correspondendo a uma refeição nos restaurantes nos *campi* da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. Assim como o PRAPE, o critério de seleção condicionou-se pela existência de vulnerabilidade socioeconômica no núcleo familiar do discente (UDESC, 2014).

10 Presidido pelo Reitor, o Conselho Universitário é um órgão superior da UDESC composto por representação docente, técnica e discente, possuindo função normativa, consultiva, deliberativa e decisória.

11 O PRAPE passou por alterações em 2016, por meio da Resolução do Consuni Nº 08/2016. O documento estabeleceu o Fundo Social como a fonte dos recursos destinados aos auxílios, além de estabelecer critérios para a oferta do número de vagas e fixar datas de vigência do benefício.

Contudo, foi a partir da Resolução do Conselho Universitário Nº 060/2018 que o programa de auxílio estudantil da instituição adquiriu a forma em que se encontra atualmente. Em substituição ao PRAPE e ao PROSUR, o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica – PRAFE criou uma espécie de amplo guarda-chuva de apoio estudantil ao abarcar os auxílios moradia, alimentação, transporte, emergencial e subsídio refeição aos graduandos e, ineditamente, aos pós-graduandos (UDESC, 2018).

Algumas alterações são notáveis, como, por exemplo, a ampliação dos tipos de benefício com a incorporação do auxílio emergencial e transporte. Além disso, excluiu-se a determinação de que o aluno não poderia ter função remunerada não-vinculada ao circuito acadêmico, o que garantiu que discentes trabalhadores recebessem a devida assistência social.

Outro ponto a ser destacado é a retirada do requisito de que, pelo menos, 80% da carga horária do semestre letivo estivesse sendo cursada pelos graduandos ao pleitearem pela primeira vez o auxílio. Quanto às condições de renovação, essas não sofreram alterações em relação ao disposto na Resolução Nº 47/2012.

Observando tal trajetória, depreende-se que os programas passaram por ampliação tanto no público atingido quanto nas modalidades de auxílio, o que representa um ganho para a comunidade acadêmica, pois se traduz em um passo adiante na busca pela garantia de oportunidades iguais de acesso à educação, uma vez que, como estabelece Imperatori (2017, p. 290), “[...] a questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos”.

É importante observar, como relata Araújo (2003), que ainda prevalece a lógica da seletividade dos carentes conjugada à avaliação meritória na concessão de auxílios no Brasil. Isso reflete-se na UDESC, embora tal quadro não seja uma realidade específica da instituição, mas sim um sintoma amplo da política de assistência estudantil brasileira.

No Centro de Ciências Humanas e da Educação, o PRAFE tem um papel importante na permanência estudantil. Em 2022, os Editais PRAFE têm os seguintes estudantes de graduação da FAED contemplados: PRAFE 01 – Auxílio Alimentação, atende dez estu-

dantes; PRAFE 02 – Renovação Alimentação, Moradia e Transporte, atende dezesseis estudantes com Alimentação e doze com Moradia; PRAFE 03 – Novos pedidos Alimentação, Moradia e Transporte, atende trinta estudantes com Alimentação, vinte e cinco com Moradia e quatro com Transporte, e PRAFE 04 – Auxílio Alimentação, que atende seis estudantes.

É preciso reconhecer a importância do auxílio refeição, que também tem cumprido o papel de manter os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica alimentados, incentivando a permanência estudantil na instituição. Todavia, é preciso destacar a baixa adesão de alunos de pós-graduação no programa de assistência estudantil¹². Apesar de o número de pós-graduandos ser menor do que a quantidade de graduandos, a diminuta concessão de auxílios para mestrandos e doutorandos pode ter outra explicação. Pelas regras atuais do PRAFE, o estudante que recebe bolsa de mestrado ou doutorado não pode pleitear a assistência financeira, diminuindo, assim, as possibilidades desses estudantes serem incluídos em programas de assistência estudantil, os quais são bolsistas, em sua maioria.

Nos anos de 2020 e 2021, em virtude das limitações impostas pelo distanciamento social diante da pandemia, os processos de inscrição, acompanhamento e concessão dos auxílios estudantis sofreram algumas adaptações. Em relação aos auxílios-refeição, frente à impossibilidade de acesso aos Restaurantes Universitários, os benefícios foram pagos monetariamente e não em forma de tickets, como estabelecido previamente. A partir do Edital PRAFE 02/2020, as inscrições e interposição de recursos aos resultados foram realizadas remotamente, dispensando o comparecimento dos acadêmicos à dependência da Direção de Extensão.

Destaca-se, também, que, aos pós-graduandos e graduandos, em maio de 2020, foi concedida uma forma inédita de subsídio para auxiliar os estudantes nas aulas remotas. O Auxílio Inclusão Digital ofereceu o valor inicial de 80 reais (aumentando para 115 reais) aos acadêmicos com dificuldades de acesso à Internet. Esse auxílio permaneceu vigente até o retorno às atividades presenciais em 2022.

Por último, deve-se mencionar, conforme estabelecido pela Instrução Normativa N° 11/2020, da Pró-Reitoria de Administração da

12 No ano de 2022, não tivemos estudantes da Pós-Graduação com inscrição no PRAFE.

UDESC, os empréstimos de equipamentos eletrônicos aos discentes enquadrados no grupo de risco para Covid-19 e inseridos na situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa ação contribuiu para a política de permanência estudantil, ao oferecer alternativa de acompanhamento das aulas remotas aos acadêmicos desprovidos de meios materiais e impossibilitados de acesso aos laboratórios de informática da instituição.

Considerações finais

Nosso propósito com este artigo foi apresentar a trajetória da extensão da FAED/UDESC com a exposição das atividades desenvolvidas nos programas e projetos de extensão nos anos de 2018 e 2019, as ações dos projetos de cultura e os programas de permanência estudantil da UDESC, coordenados e articulados pela Direção de Extensão Cultura e Comunidade da FAED. Com isso, busca-se dar visibilidade e destacar a importância, para a Universidade e para as comunidades parceiras, da realização dessas ações.

São programas e projetos – em suas diferentes temáticas e modalidades – que, pautados por um ideal de valorização da extensão, buscam maior integração da universidade com os demais setores da sociedade. Por meio de ações com foco na formação continuada de professores/as, na área da cultura, ambiental, patrimônio, cidadania, diversidade e gestão da informação, promovem os anseios de uma extensão crítica e dialógica, cuja concepção é “[...] a quebra da verticalidade’ coisificadora onde um ator é sujeito e o outro objeto, para uma relação onde todos possam ser sujeitos atuantes [...]”. (SERRANO, 2013, p. 4).

Quanto aos auxílios estudantis, pode-se dizer que eles alicerçam tais esforços da extensão, pois buscam dar condições de permanência aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, demandando e, ao mesmo tempo, incentivando seu engajamento em atividades acadêmicas, inclusive as extensionistas. Nesse sentido, a Direção de Extensão, Cultura e Comunidade da FAED tem realizado um trabalho coletivo que tem como meta destacar o compromisso social da extensão e o engajamento com as questões que envolvem a comunidade acadêmica.

Referências

ARAÚJO, J. de O. **O Elo Assistência e Educação**: análise assistência /desempenho no programa residência universitária alagoana. 2003. 198 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9984/1/arquivo9304_1.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

COSTA, S. G. **A Equidade na Educação Superior**: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Cap. 3. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/984.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 129, p. 285-303, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em: 20 abr. 2020.

INÁCIO, A. E. C. As Ações de Apoio Estudantil da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, ed. 19, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Inpeau, 2019. p. 1-13. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201764/101_00054.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 abr. 2020.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. *In*: **Anais do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2. Belo Horizonte, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC, 2020. Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces-Revista de Extensão UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013.

RIGUEIRA JUNIOR, I. O novo lugar da cultura: pluralismo e transformação darão o tom das produções artísticas na universidade. **Diversa**. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Hori-

zonte, ano 7, nº 13, fev/2008. Disponível em: Acesso em: 13 de maio 2020;

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, João Pessoa, v. 13, n. 8, 2013.

SILVA, M. da F. *et al.* Compromisso social e extensão: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 21, n. 1, p. 77-97, jan./mar. 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSUNI, 2020. Apresentação. Disponível em: <<https://www.udesc.br/conse-lho/consuni>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Resolução CONSUNI - 56/2017- **Institui e regulamenta a Política Institucional de Cultura, o Comitê de Cultura e o Programa de Apoio à Cultura (ProCult) da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**, Florianópolis, SC, 26 out. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Resolução Consuni nº 108/2014, de 10 de dez. de 2014. **Institui o Programa de Subsídio nas Refeições oferecidas nos Restaurantes dos campi da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, dez. de 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Resolução Consuni nº 47/2012, de 19 de dez. de 2012. **Institui o Programa de Auxílio Permanência Estudantil – PRAPE na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, dez. de 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Resolução Consuni nº 60/2018, de 13 de dez. de 2018. **Cria e normatiza o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica - PRAFE**, Florianópolis, SC, dez. de 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Resolução Consuni nº 80/2016, de 13 de out. de 2016. **Altera dispositivos da Resolução nº 047/2012 – CONSUNI, que “Institui o Programa de Auxílio Permanência Estudantil – PRAPE na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC**, Florianópolis, SC, out. de 2016.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAPÍTULO 02

O PROJETO A ESCOLA VAI AO PARQUE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Ana Flávia Pereira
Gabriela Maria de Sousa
José Iago Almeida Carneiro
Ana Paula Nunes Chaves

Apresentação

O presente relato de experiência é fruto das ações desenvolvidas no Programa de Extensão Expedições Geográficas da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC durante os anos de 2020 e 2021. O Programa tem como objetivo “[...] contribuir com a formação docente em Geografia e com o desenvolvimento de práticas educativas em espaços não formais de educação”. (ATLAS, 2022). Nos anos de 2020 e 2021, o Expedições Geográficas atuou em dois espaços: no Monumento Natural Municipal – MONA – da Lagoa do Peri, localizado no município de Florianópolis (SC), e no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – PAEST, com sede no município de Palhoça (SC).

O programa Expedições Geográficas possui três ações, os projetos Conhecendo o Parque, Domingo no Parque e A escola vai ao Parque. O projeto Conhecendo o Parque realiza pesquisas bibliográficas e estrutura saídas de estudos em parques e Unidades de Conservação. Através desse estudo, são pensadas práticas educativas em espaços não formais de ensino, com o objetivo de promover o conhecimento geográfico que extrapola os muros das escolas. Já o projeto Domingo no Parque ocorre semestralmente e tem como objetivo promover atividades de lazer, como caminhadas e trilhas relacionadas à paisagem envolvendo a comunidade local e frequentadores/visitantes dos parques. Por fim, o projeto A escola vai ao Parque propõe realizar saídas de campo com escolas da educação básica,

visando estudar a paisagem dos Parques e promover a propagação do conhecimento geográfico de Santa Catarina.

Devido à pandemia de Covid-19 (SARS-CoV2), durante os anos de 2020 e 2021, fomos submetidos a diferentes medidas sanitárias e de isolamento social para tentar diminuir o avanço do contágio. Por esse motivo, tornou-se necessário o cancelamento das aulas presenciais em toda a rede de ensino brasileira, desde a educação básica até a universidade. Nesse cenário atípico, a atividade educacional foi “[...] inegavelmente atingida, limitada pelo isolamento físico domiciliar, com impacto direto e crucial na vida das famílias, das escolas públicas e privadas, nos processos de aprendizagem e na docência”. (SANTANA FILHO, 2020, p. 4). As atividades pedagógicas foram remanejadas e adaptadas para esse cenário tão adverso vivido pela humanidade, por consequência, as práticas educativas em atividades de extensão não ficaram fora desse contexto.

Após semanas de incertezas de como seguir com as práticas de ensino e educativas no Brasil, o ensino remoto foi uma alternativa implementada e, com ele, vários desafios se impuseram para as ações pedagógicas na escola, como também para nós, extensionistas, que realizávamos nossos projetos no formato presencial.

Assim como as aulas, que precisaram ser transferidas para o ensino remoto, as ações do programa Expedições Geográficas foram adaptadas para o momento peculiar de atividades virtuais. Logo, o projeto Conhecendo o Parque direcionou suas atividades para a escrita de um livro didático sobre trilhas presentes no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – PAEST; o projeto Domingo no Parque foi suspenso até o retorno das atividades presenciais na UDESC, no PAEST e no MONA da Lagoa do Peri. O projeto A escola vai ao Parque foi reformulado e adaptado para o formato virtual para que pudessemos atender às necessidades do atual contexto pandêmico no Brasil.

Desse modo, nosso objetivo, neste texto, é relatar a experiência vivenciada com o projeto A escola vai ao Parque em 2021, durante a pandemia de Covid-19. Através de aulas remotas, as atividades do projeto foram realizadas com turmas do 6º ano do ensino fundamental de duas escolas estaduais do município de Florianópolis e com uma turma da 6ª fase do curso de Pedagogia da UDESC. A escrita do texto está organizada em dois momentos: primeiro, uma re-

flexão sobre os desafios da docência em Geografia no cenário da pandemia, em um segundo momento, a apresentação e análise das intervenções realizadas pelo projeto.

Os desafios para o docente em um cenário de pandemia

No fim do ano de 2019, a notícia se alastrou: o mundo ficou surpreso com a chegada da pandemia de “Coronavírus (Covid-19) que é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2”. (OMS, 2022, tradução nossa) e afetou toda a população mundial. Tínhamos pouco conhecimento e estudos sobre esse novo vírus. O que sabíamos era que se espalhava pelo ar, causando inúmeros sintomas, variando de pessoa para pessoa. A partir disso, o governo do Estado de Santa Catarina, no dia 23 de março de 2020, ordenou uma série de abordagens em busca de alternativas de combate e enfrentamento ao contágio do novo coronavírus (SANTA CATARINA, 2020).

Uma das alternativas estaduais foi o Decreto nº 525/2020, que orientava medidas gerais para o enfrentamento da doença e medidas de autoridade sanitária – em que se requisitou, pelo menos, sete dias de suspensão de algumas atividades consideradas não essenciais, tais como: academias, bares, restaurantes, *shoppings centers* e comércio em geral. As empresas do setor hoteleiro, a circulação dos ônibus municipais e intermunicipais e o transporte público tiveram redução de sua lotação máxima. Em um período de 30 dias, foram cancelados os eventos e reuniões que exigiam aglomeração, como missas, cultos religiosos, parques, praias e praças. O documento informava, ainda, que a partir do dia 19 de março de 2020, as unidades de ensino público e privado de caráter municipal, estadual e federal, desde a educação infantil até o ensino superior, estariam fechadas.

A chegada do novo Coronavírus no contexto educacional do Brasil fez suscitar dúvidas entre os docentes: como ficaria o cenário da educação? Como nos adaptaríamos a um novo modo de ensinar? Estávamos em casa, afastados de nossos afazeres escolares para cumprir as regras de distanciamento social de, pelo menos, um metro como forma de tentar barrar o avanço da pandemia.

Sem grandes planejamentos, o cenário da educação no primeiro semestre de 2020 foi algo incerto. As escolas sofreram impac-

tos, pois estavam com pouco amparo sobre o que e como fazer. No primeiro momento, poucas decisões foram tomadas, ao mesmo tempo, conforme os casos de Covid-19 aumentavam, o Estado de Santa Catarina variava entre as margens de contaminação de risco potencial grave ao gravíssimo. Por conta disso, os Decretos, Pareceres e Portarias (SANTA CATARINA, 2020) precisaram ser alterados diversas vezes para tentar manter o máximo de isolamento físico possível.

O impacto direto das ações de restrição sobre as práticas educativas fez com que os processos de aprendizagem e docência mudassem em busca de alternativas para que as demandas da educação escolar não ficassem ainda mais prejudicadas. Desse modo, implantou-se uma medida de contenção da disseminação do Coronavírus com a inclusão do ensino remoto em todos os níveis de ensino. A partir dessas mudanças, os docentes precisaram se organizar conforme as necessidades trazidas pela pandemia. As atividades foram realizadas de suas casas, o planejamento das aulas e os materiais didáticos foram adaptados e enviados para as plataformas digitais, além da adaptação tanto dos docentes quanto dos estudantes a essas plataformas e ferramentas virtuais. O ensino, que antes se dava por uma explicação expositiva-dialogada com os estudantes em sala de aula de modo presencial, se transformou em explicações dos conteúdos à distância, através da tela de um computador ou de outros equipamentos tecnológicos semelhantes.

Além dessas adaptações e mudanças, Santana Filho (2020) destaca que, na prática, nesse modelo de aula, os docentes precisaram trabalhar por mais tempo, pois, para o ensino remoto, era necessário planejar apresentações de slides dos conteúdos ensinados, bem como despender de um tempo de trabalho extra para buscar domínio da tecnologia e suas ferramentas.

Já para Dussel (2020), as fragilidades da educação em tempos pandêmicos se apresentaram em forma de desafios que permearam o ensino de forma remota. Além dos docentes precisarem se reinventar como professores em um período tão curto, os estudantes também passaram por diversos obstáculos para estudar. Um dos principais entraves diz respeito ao acesso à conexão de Internet para assistirem às aulas e à estrutura básica necessária para o ensino remoto, como computadores, microfone e câmera.

A desigualdade social que permeia a nossa sociedade também aparece no âmbito da educação e, no momento pandêmico, com a utilização do ensino remoto, as desigualdades de conexão à rede de Internet ficaram cada vez mais explícitas. Muitos alunos tiveram acesso ao conteúdo das aulas apenas de forma impressa, quando isso lhes foi possível. Outros acessavam por plataformas mais usuais do dia a dia, como WhatsApp, rádio e televisão, ao passo que uma parte dos estudantes, com condições melhores de renda, utilizavam equipamentos de qualidade e boa conexão de Internet para acessar as plataformas de ensino remoto, além de locais mais adequados e propícios para os estudos.

De acordo com Senhoras (2020), vimos o cenário da educação pandêmica dividido em dois grupos. O primeiro, por estudantes pertencentes a famílias que têm mais oportunidades de escolarização, melhores condições de vida e econômicas, com acesso à Internet, por consequência, deram continuidade ao ensino remoto proposto pelas escolas e pelas plataformas previstas, com o repasse dos conteúdos de forma mais efetiva. O outro grupo é caracterizado pelas famílias compostas por pessoas com menor nível de escolarização e condições de vida mais precária, limitadas por suas estruturas ao acesso às redes para o ensino à distância, o que comprometeu a continuação dos estudos por um curto e médio prazo durante a pandemia. Dessa forma, o momento vivenciado mundialmente, gerou efeitos negativos na educação escolar, repercutindo na aprendizagem dos estudantes, além de acentuar a evasão escolar, que, a longo prazo, poderá gerar diferenças entre os futuros profissionais.

Outra questão imposta pela pandemia e que se faz importante ressaltar, foi a perda da casa como um espaço de descanso e lazer, pois o lar também passou a ser um local de ensino para as crianças. A esse respeito, Dussel (2020) faz uma reflexão quanto à importância que o espaço escolar tem na vida de nossos alunos. Para a autora,

[...] o desaparecimento físico das salas de aulas, nestas condições sociotécnicas onde não existem espaços comuns garantidos que permitam interações sincrônicas, está gerando uma maior individualização do trabalho pedagógico, e esse é um aspecto menos falado, mas que, de novo, revela algo importante. A escola é um espaço

coletivo, um espaço comum; para as crianças, a falta de aulas presenciais produz a ausência de vozes de outras crianças que aprendem juntas, o que as faz perder algo importante. Alguns meninos, sobretudo aqueles que frequentam escolas urbanas de classe média e com muita oferta pedagógica, relatam que se sentem saturados com tanta observação e atenção adulta colocada neles; mostram que na sala de aula, os meninos dividem a carga, se escutam, aprendem com o que os outros falam, encontram com quem ou onde se esconder da demanda adulta. (DUSSEL, 2020, p. 6).

Nessa perspectiva, a escola é, também, considerada um espaço onde ocorrem relações sociais, sendo fundamental para a construção e o desenvolvimento social dos alunos. Além disso, podemos pensar a escola como um lugar a que se pertence. Segundo Lenz *et al.* (2020, p. 272), a escola pode ser vista a partir de um olhar geográfico como um “[...] lugar de experiências, de trocas, de afetos, não pode ser substituída por salas de aulas online, claro que, no momento vivido, de pandemia, elas são essenciais”. Com o momento atípico gerado pela pandemia, as consequências de estar em distanciamento social – com a realização de aulas remotas – fez com que as experiências escolares, os afetos, as trocas e o convívio diário entre jovens e crianças fossem afetados diretamente, o que pode ter gerado também um distanciamento nas relações sociais entre professores e estudantes. Todavia, considerando o cenário pós-pandemia para o ensino de Geografia, Lenz *et al.* (2020) acreditam que ocorrerá uma união do ensino remoto com o presencial, mas, na escola, enquanto lugar que tem como um de seus objetivos as relações humanas, o contato físico se mantém como elemento importante para a saúde física e mental dos indivíduos.

A Geografia é uma disciplina que trabalha a categoria lugar a partir da abordagem de sentimentos de pertencimento, de emoções e conexões emocionais e físicas que os estudantes fazem com os lugares que habitam – a escola é um deles. Essas relações não puderam ser desenvolvidas e trabalhadas de forma usual devido ao afastamento social, por isso, essa categoria geográfica, que era trabalhada muitas vezes de forma prática e com o campo explorativo do estudante, não pôde ser discutida com a mesma ênfase que teria no ensino presencial.

Para Lenz *et al.* (2020), a instituição escolar, o lugar-escola, é importante para estudar conceitos culturais, sociais e, de certo modo, desempenhar um sentimento de identificação com o lugar. A escola é vista como um lugar onde se gera não apenas conhecimento e sabedoria, mas também é palco para experimentar pensamentos sobre o mundo e a realidade que nos cerca. A Geografia trabalha através das vivências, experiências e das relações sociais dos estudantes. Ainda sobre a identidade criada com o lugar-escola, os autores explicam que “[...] estar identificado com a escola faz com que alunos, professores e funcionários valorizem ainda mais o lugar e transformam-no em um centro de construção de relações”. (LENZ, 2020, p. 273). Com a chegada da pandemia e do distanciamento social, a escola ficou limitada quanto ao seu papel tão fundamental na formação das crianças e adolescentes.

Os estudos geográficos foram bastante afetados com o momento pandêmico e as medidas tomadas para frear a contaminação pelo novo coronavírus. Por se tratar de uma disciplina que trata seus conceitos geográficos de forma elucidativa e trabalha os conceitos de forma prática com a realidade e o espaço vivido do aluno, essa ciência sofreu muito com o ensino remoto, limitando professores e estudantes a uma tela de computador. Cabe lembrar que, frente às experiências vivenciadas durante a pandemia, nos perguntávamos: quais seriam os desafios para o docente de Geografia nesse contexto?

O projeto A escola vai ao parque perante os desafios da pandemia

Antes da pandemia de Covid-19 e das medidas de isolamento social decretadas nos anos de 2020 e 2021, as atividades do programa Expedições Geográficas eram realizadas presencialmente em parques e escolas da região da Grande Florianópolis. Nosso maior desafio durante a pandemia foi pensar estratégias metodológicas e didáticas para manter as atividades de extensão no formato remoto-virtual. Como poderíamos realizar saídas de campo sem estarmos no local de estudo? Foi então que, inspirados em propostas de museu virtual (PINACOTECA, 2022), passamos a desenvolver trilhas virtuais sobre os espaços atendidos no projeto A escola vai ao Parque, tomando como referência os estudos e pesquisas realizados em anos anteriores.

Para a realização das atividades do referido projeto, utilizamos a ferramenta *Power Point* para criar uma apresentação do MONA da Lagoa do Peri e das duas trilhas do local que elegemos para trabalhar: o Caminho do Saquinho e o Caminho Guarani. Para tentar aproximar, o máximo possível, os estudantes da realidade do local, enumeramos, na apresentação, os pontos interpretativos de cada trilha e recuperamos as fotos que haviam sido tiradas quando do reconhecimento e mapeamento dos roteiros de forma presencial. Além disso, nos debruçamos sobre o livro Paisagens educativas no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri (CHAVES, 2021)¹, que detalha informações e traz imagens sobre as trilhas em questão.

Para explorar as paisagens educativas das trilhas do Caminho do Saquinho e do Caminho Guarani, passamos por diversos pontos e conceitos importantes da Geografia. A apresentação virtual das atividades para as escolas atendidas no projeto totalizou 24 slides e foi composta por imagens e tópicos acerca de cada ponto destacado ou fotografia da paisagem retratada. Em um primeiro momento, fizemos uma introdução sobre o programa Expedições Geográficas, seus objetivos, projetos e locais de atuação. Logo após, apresentamos o MONA da Lagoa do Peri, sua localização, história da sua criação e importância da preservação do local, para, então, apresentarmos as trilhas Caminho do Saquinho e Caminho Guarani.

Os pontos de estudo da paisagem são bastante variados, dessa forma, na trilha Caminho do Saquinho, falamos sobre a morfologia da paisagem, a vegetação que dá nome ao parque – os peris – e os elementos culturais registrados em marcas da paisagem pelas comunidades que habitavam o espaço antes de ele se tornar um local de preservação. Já na trilha Caminho do Guarani, abordamos a vegetação nativa e exótica presente no bioma Mata Atlântica, a Estação de Tratamento de Água – ETA da Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina – CASAN e a importância da Lagoa do Peri, considerada o maior reservatório de água doce do litoral catarinense.

No início do segundo semestre de 2021, fomos convidados a realizar uma apresentação do projeto A escola vai ao Parque para a turma da 6ª fase do curso de Pedagogia, na disciplina Ciências e En-

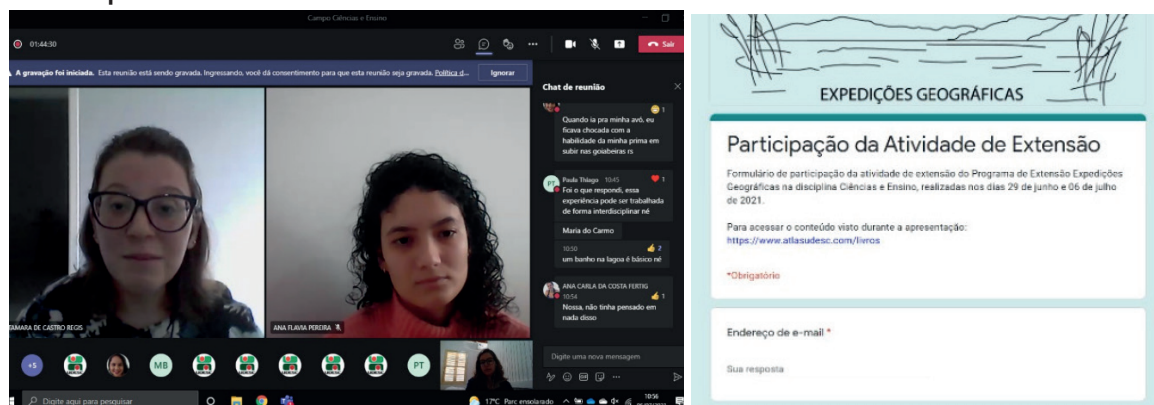
¹ O livro é fruto de um trabalho de pesquisa e extensão do programa Expedições Geográficas realizado entre os anos de 2017 e 2020 e pode ser baixado gratuitamente no link: <https://www.atlasudesc.com/livros>.

sino. As intervenções na disciplina aconteceram via plataforma Microsoft *Teams* e foram divididas em dois momentos, no dia 29 de junho e no dia 06 de julho.

No primeiro dia de participação na disciplina Ciências e Ensino (Figura 1), realizamos a apresentação do Programa Expedições Geográficas do MONA da Lagoa do Peri e falamos sobre as duas trilhas eleitas para serem discutidas com os licenciandos. Além disso, no fim da apresentação, tivemos uma conversa sobre educação ambiental, o contato com a natureza desde a infância e a possibilidade de pesquisas científicas no MONA da Lagoa do Peri.

Já no segundo dia de intervenção, colocamos em prática uma atividade a partir de questionário que havíamos elaborado com o intuito de oportunizar aos futuros professores pedagogos uma reflexão a respeito da possibilidade de utilizar espaços não formais de educação para o ensino da Geografia, de Ciência e de outras disciplinas. Nosso objetivo era demonstrar as possibilidades de se trabalhar a interdisciplinaridade em locais como o MONA da Lagoa do Peri.

Figura 1- Atividade com a turma do curso de Pedagogia da UDESC e do questionário virtual



Fonte: Gabriela Sousa (2021).

No questionário, além de perguntas específicas sobre a idade dos participantes, o município e estado de origem, também buscamos saber se os acadêmicos em questão costumavam fazer trilhas. Nessa atividade, cada participante recebeu um número como forma de preservar sua identidade. Quando perguntamos se conheciam algum parque, apenas o aluno 8 respondeu que não conhecia nenhum parque. Quando questionados se já conheciam o MONA da Lagoa do

Peri, apenas os alunos 6 e 8 responderam que não. Sobre já terem realizado alguma trilha do local, cinco estudantes (1, 2, 4, 6 e 8) responderam que não e os outros quatro responderam que sim.

Por fim, nas duas últimas perguntas de múltipla escolha, os alunos foram perguntados se participariam do Programa Expedições Geográficas presencialmente. Oito estudantes disseram que sim e apenas um disse que talvez. Sobre a avaliação da nossa apresentação, todos os alunos deram uma resposta positiva.

No questionário, também perguntamos sobre como as fotografias que foram mostradas nos nossos slides fazem parte da paisagem do MONA da Lagoa do Peri. Nas perguntas “Você já conhecia esse lugar? Qual a sensação que você teve ao ver essas imagens?”, o aluno 6 respondeu: “Já passei pela região, mas não especificamente nas trilhas. Quando vi as imagens fiquei com saudades do tempo pré pandemia, quando podia fazer trilhas e ir à praia com meus amigos”. (Caderno de campo, 06/07/2021). O aluno 1 disse que “Já conhecia o parque, apesar de nunca ter ido. A visita virtual me deixou com uma sensação de ser uma trilha muito interessante e de que uma visita guiada presencialmente poderia aproveitar melhor as possibilidades educativas da trilha”. (Caderno de campo, 06/07/2021).

Houve, também, respostas como: “Parecia estar de novo lá. Lembrei e rememorei momentos. Saudades!” (Aluno 3, Caderno de campo, 06/07/2021) e

Eu já estive na Lagoa do Peri várias vezes e vendo as fotos tive facilidade de me sentir lá, o legal é que as fotos chamam o olhar para aspectos que podem passar despercebidos em uma visita recreativa, como os aspectos do solo e todas as informações do lugar que podem nos dar. (Aluno 7, Caderno de campo, 06/07/2021).

Outra pergunta que fizemos aos alunos relacionava-se a lembranças sobre trilhas e/ou experiências em um espaço não formal de educação. Se houvesse essas memórias, quais seriam elas? Alguns estudantes responderam que não tinham nenhuma lembrança, outros responderam que lembravam momentos de lazer, mas não necessariamente momentos de ensino em espaços não formais. Também houve respostas como: “Sim, minhas séries iniciais é muito mar-

cante porque sempre estávamos fazendo passeios, trilhas, visitando museus, aprendizados dentro e fora da sala de aula” (Aluno 5, Caderno de campo, 06/07/2021) e,

Quando estava no último ano da faculdade de veterinária, fiz um estágio no CCA da UFSC, acompanhando uma mestranda que estava estudando a dispersão de sementes por antas no Parque Nacional da Serra do Tabuleiro, então por mais de um mês todos os dias nós fomos até o Parque para seguir as trilhas das antas e coletar suas fezes em busca de indícios de sua participação como dispersoras de sementes. Foi um trabalho de grande aprendizagem e muito gratificante. Estar todos os dias nesse lugar maravilhoso, buscando os vestígios desse animal incrível e em alguns momentos até nos deparando com as antas cara a cara, uma experiência transformadora e que carregarei comigo por toda a vida. (Aluno 7, Caderno de campo, 06/07/2021).

Ainda, perguntamos aos acadêmicos: De que forma você utilizaria o MONA da Lagoa do Peri para realizar atividades geográficas na educação básica? Algumas respostas que tivemos foram:

O local permite muitas possibilidades. Estudo do relevo, características de uma lagoa e sua proximidade com o mar, tipo de solo e sua vegetação além do contexto habitacional em seu entorno e sua influência na conservação do espaço.” (Aluno 8, Caderno de campo, 06/07/2021).

O aluno 7 afirmou:

Acho que não só na geografia, mas de uma forma interdisciplinar! Levar as crianças para um ambiente natural e possibilitar essa vivência enriquecedora deveria fazer parte do cotidiano de todas as escolas. Numa expedição à Lagoa do Peri poderiam ser desenvolvidas questões como relevo, diversidade vegetal e animal, pode ser trabalhado aspectos da língua portuguesa, matemática, enfim, e além do currículo, o desenvolvimento humano, trabalhando aspectos como cuidado, respeito, os tempos da natureza e tanto mais. (Aluno 7, Caderno de campo, 06/07/2021).

A atividade com o questionário gerou bastante reflexão por parte dos estudantes sobre as possibilidades de trabalhar conteúdos geográficos em lugares não formais de educação, como é o exemplo do MONA da Lagoa do Peri. Para nós, bolsistas, foi uma experiência muito diferente, exigindo que nos reinventássemos como futuros professores, pois estávamos acostumados a realizar essas saídas de estudos com diversas turmas, da graduação e do ensino básico, de forma presencial, quando é possível mostrar muito mais sobre a paisagem e a geografia do local.

A segunda experiência com o projeto A escola vai ao Parque vivenciada de forma virtual durante a pandemia ocorreu no mês de setembro de 2021 na Escola de Educação Básica Porto do Rio Tavares, localizada no município de Florianópolis. Os encontros se deram na plataforma *Google Meet* com duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental. Por conta da pandemia, as turmas da escola foram divididas em dois grupos, totalizando quatro encontros com os alunos do sexto ano, juntamente com a professora de Geografia da escola.

A experiência com a apresentação do projeto A escola vai ao Parque para uma turma de Ensino Fundamental foi completamente diferente da que tivemos com a turma da graduação. A atividade na escola contou com pouca participação dos estudantes e acreditamos que isso tenha ocorrido por estarmos em espaços distintos – os alunos estavam na escola e nós, bolsistas, na tela do computador via ensino remoto. Entretanto, com a mediação da professora de Geografia da turma, foi possível estabelecer diálogo com os alunos.

Durante a atividade (Figura 2), soubemos que a maioria dos alunos conhece o MONA da Lagoa do Peri, mas alguns estudantes, apesar de morarem na Ilha de Santa Catarina, não conheciam o local presencialmente. Alguns falaram que já visitaram o local, mas que não conheciam as trilhas. Outros contaram que conheciam o local e haviam realizado as duas trilhas apresentadas.

Figura 2 - Atividade com a turma do 6º ano, da EEB Porto do Rio Tavares



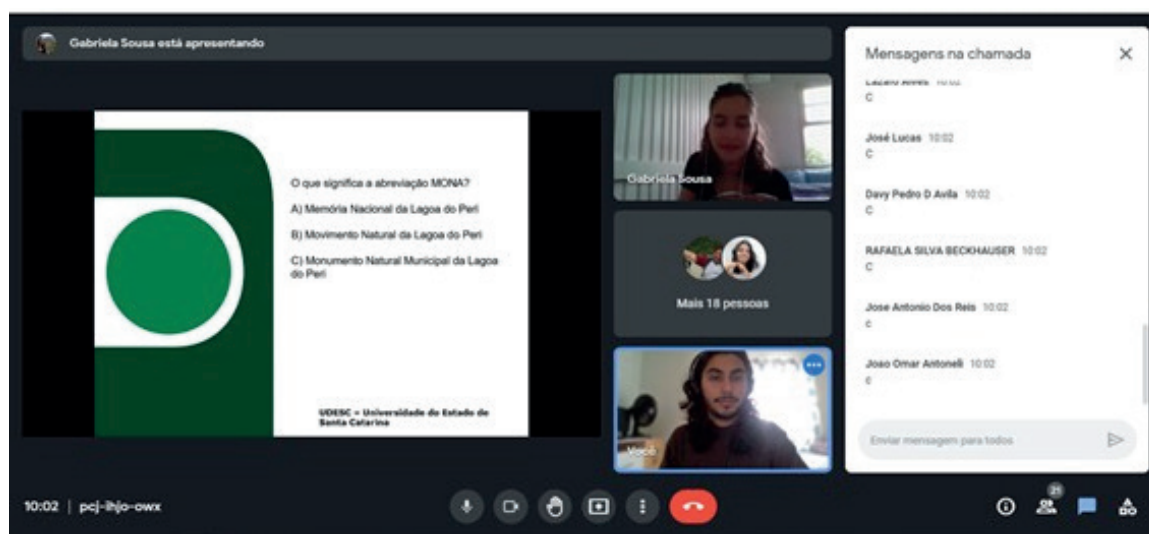
Fonte: Michele Rosa de Aguiar (2021).

No segundo dia de apresentação com a turma 62 da escola Porto do Rio Tavares, tivemos um imprevisto. Houve atraso para iniciarmos a intervenção e a comunicação com a turma devido à atualização do computador da escola. Além disso, após a questão do computador ter sido resolvida, enfrentamos dificuldades com a conexão de Internet da escola, que já havia apresentado problema semelhante em uma intervenção anterior com a turma 61. Felizmente, o problema foi resolvido e seguimos com nossa proposta de apresentação do projeto A escola vai ao Parque.

Assim como o outro grupo de alunos da turma 61, constatamos que a maioria dos estudantes já conhecia o MONA da Lagoa do Peri. Apenas uma aluna disse que nunca tinha visitado o local e poucos disseram que já haviam feito as trilhas. No fim da apresentação, abrimos espaço para uma conversa sobre a importância de utilizar a água de maneira consciente e responsável. Essa conversa partiu dos alunos e foi mobilizada devido à apresentação da estação de captação de água da CASAN, responsável também pela distribuição de água da Lagoa do Peri para os bairros do Sul e Leste da Ilha de Santa Catarina.

No dia 21 de setembro de 2021, realizamos a terceira apresentação do projeto A escola vai ao Parque com a turma do 6º ano da Escola Básica Municipal Dilma Lúcia dos Santos, localizada no bairro Armação, em Florianópolis-SC (Figura 3). Devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, a apresentação ocorreu de forma remota pela plataforma virtual *Google Meet*. Tanto os bolsistas extensionistas como os estudantes e a professora da turma estavam *online*.

Figura 3 - Atividade com a turma do 6º ano, da EBM Dilma Lúcia dos Santos



Fonte: José Iago (2021).

Nesse encontro, foram apresentados alguns aspectos morfológicos do MONA da Lagoa do Peri, como a cobertura vegetal e o tipo e a composição do solo, além de alguns elementos culturais e curiosidades. Por fim, realizamos um *quiz* com três perguntas sobre as informações discutidas durante a apresentação. Os alunos demonstraram bastante interesse pelo assunto e a maioria participou da dinâmica via *chat*. Ao final do encontro, alguns estudantes relataram que já haviam feito algumas das trilhas do MONA da Lagoa do Peri.

Considerações finais

Em virtude das circunstâncias relativas à pandemia de Covid-19, como o isolamento social e consequente cancelamento das aulas presenciais nas escolas e universidades, as ações do programa de extensão Expedições Geográficas precisaram se adequar a

esse novo contexto social. Assim, o projeto A escola vai ao Parque redirecionou suas atividades para o ensino remoto e, com ele, surgiram alguns obstáculos, como a dificuldade de alunos e professores quanto à conexão com a rede de Internet e obtenção de computadores, *tablets*, celulares e outros meios tecnológicos utilizados para acompanhar as aulas virtuais. Em decorrência disso, muitos estudantes foram afetados pelo novo ambiente de ensino, que refletiu no alto índice de evasão escolar durante a pandemia. Infelizmente, muitos se encontram em vulnerabilidade socioeconômica e não dispõem de condições favoráveis para o ensino remoto.

É importante salientar, também, que o momento social vivenciado nos anos 2020 e 2021 imprimiu novos desafios aos professores, pois, além de se preocuparem com a conexão com a rede de Internet e o acesso a dispositivos móveis para a construção do novo ambiente de ensino, precisaram adaptar suas metodologias de ensino e se habituar às plataformas virtuais, as quais não faziam parte do seu dia a dia em sala de aula de forma tão intensa. Os professores, que antes estavam acostumados com o ambiente da sala de aula, durante a pandemia, precisaram se adequar às novas tecnologias e ao novo modelo de ensino. Sendo assim, faz-se necessário refletir sobre o direcionamento que a educação brasileira tomou no período pandêmico.

No cenário exposto, as ações do projeto “A escola vai ao Parque” foram ambientadas ao novo espaço de ensino e, apesar dos obstáculos comentados, conseguimos nos reinventar como futuros professores de Geografia e contribuir com algumas escolas públicas ao realizar as apresentações sobre o MONA da Lagoa do Peri, por meio das quais foram divulgadas as características morfológicas e culturais desse espaço. A experiência nos permitiu não apenas contribuir com o ensino e aprendizagem dos alunos, mas também repensar sobre o futuro da educação e os caminhos possíveis que precisam ser trilhados para alcançarmos uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

Referências

ATLAS. Grupo de pesquisa ATLAS em Geografias, imagens e educação. **Programa de extensão**: Expedições Geográficas, 2022. Dispo-

nível em: <https://www.atlasudesc.com/expedicoesgeograficas>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CHAVES, A. P. N. **Paisagens educativas no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri**. Campo Grande/MS: Inovar, 2021.

DUSSEL, I. La escuela en la pandemia. Reflexiones sobre lo escolar em tempos dislocados. **Praxis educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1-16, 2020.

LENZ, A. C. *et al.* Os cenários da pandemia: a Geografia, o ensino remoto e a escola. **Disciplinarum Scientia**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 263-275, 2020.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Coronavirus Disease (COVID-19)**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1. Acesso em: 25 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Decreto nº 525, de 23 de março de 2020. Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências. **Período do Covid-19**. Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/principais-consultas/legislacao/30586-legislacao-periodo-do-covid-19>. Acesso em: 21 set. 2021.

SANTANA FILHO, M. M. Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Tamoios**, [S. l.], a. 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 3-15, 2020.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020.

PINACOTECA. Tour virtual. **Pinacoteca**, 2022. Disponível em: <http://pinacoteca.org.br/visite/tour-virtual/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CAPÍTULO 03

EXTENSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: QUESTÕES EM DEBATE

Lourival José Martins Filho
Alba Regina Battisti de Souza

Pontos de partida

Refletir, avaliar, programar, investigar, transformar são especificidades dos seres humanos no e com o mundo. (FREIRE, 2005, p. 21).

Neste artigo, dialogamos como professores universitários que colaboram na formação e profissionalização docente por meio da Extensão. Desde 2004, coordenamos um programa de extensão em parceria com redes e sistemas de ensino visando a formação continuada de profissionais da educação com ênfase nos professores e professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. De 2020 a 2021, o referido programa foi denominado OLHARES. Até a presente data, participaram de nossas ações de extensão mais de 18.927 professores e professoras de Santa Catarina e de outras regiões do Brasil.

Apresentaremos, portanto, neste artigo, conceitos/dimensões fundamentais que são trabalhados nos cursos de extensão realizados pelo Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente – NAPE.

Docência e formação docente

A docência é uma atividade que, independentemente do campo de atuação, é repleta de desafios e expectativas, assim, em um movimento contínuo e complexo, o docente precisa lidar com diversas situações, muitas delas inusitadas.

Três aspectos do ensino, segundo Nóvoa (2008), expõem parte da complexidade da docência: a) ao contrário de diversas outras atividades profissionais, a docência implica em participação dos alunos – um advogado ou um médico pode atender um cliente/paciente silencioso. O docente necessita da cooperação ativa do aluno, o que nem sempre consegue; b) a dimensão emocional faz parte da atividade docente, os sentimentos de conflito e afeto estão sempre presentes. A proximidade entre docente e alunos, em muitos casos, é condição para a promoção da aprendizagem, já o distanciamento é causador de muitas desmotivações; c) relação com a sociedade – há muitas expectativas sobre o professor: escola, família, agências formadoras, sistemas de ensino, ou seja, a sociedade em geral deposita nele uma grande responsabilidade na formação do aluno, que vem sendo cada vez mais ampliada.

Com essa compreensão, no Programa de Extensão Olhares, percebemos que a complexidade é muito mais intensa e dinâmica. Retiramo-nos do nosso espaço de “conforto”, no qual transitamos como integrantes de um corpo docente, e adentramos em outro, ainda como professores universitários, mas com certo nível de “estranhamento” inicial mútuo: o nosso e o de quem nos recebe. Mas isso não é um empecilho para nós, é o caminho que decidimos trilhar como profissionais e buscamos fazer isso de forma cada vez mais partilhada e integrada com a escola.

Registre-se que, em 2020 e 2021, nosso desafio como professores coordenadores do programa de extensão foi ainda maior diante da pandemia e decorrente necessidade de repensarmos, juntos, as práticas pedagógicas e curriculares dos anos iniciais do ensino fundamental.

Torna-se imperioso dizer que a cooperação escola universidade é fundamental para a formação de docentes: a universidade tem o papel de prover os conhecimentos teóricos e metodológicos fundamentais para o exercício da docência, mas a escola também assume importante papel. Ao conceder um espaço para a realização de ações de extensão, ela se dispõe a participar de forma compartilhada.

Desse modo, estabelecer um diálogo contínuo, no sentido de conhecer e participar das ações extensionistas, de avaliar a trajetória e traçar possíveis alterações, é fundamental para um trabalho con-

junto. Essa cooperação segue nas formações continuadas. A Universidade e as Escolas definem quais temas são prioritários e, em conjunto, organizam cursos, seminários, oficinas e grupos de estudos. Em nosso entendimento, as ações de extensão necessitam ser realizadas sob a perspectiva colaborativa e integrada.

Extensão na escola: um processo repleto de desafios

A partir da realidade concreta com que as novas gerações se defrontam é que se torna possível articular sonhos de recriação da sociedade. (FREIRE, 2005, p. 35).

Compreendemos a escola como um lugar repleto de possibilidades, no qual precisamos adentrar com um olhar atento e crítico, mas acompanhado de uma postura ética e de ações propositivas. É um lugar único, imprescindível para o desenvolvimento de diversos conhecimentos docentes. Nele, os futuros docentes se deparam com inúmeras situações que, embora possam parecer um fragmento, possuem relevante valor nesse processo. Onde mais encontrarão a beleza de uma criança descobrindo os códigos da escrita e vibrando com um lindo sorriso por já saber escrever o próprio nome? Ou uma professora, de forma compreensiva e atenta, ouvindo de uma criança o porquê não quer fazer uma atividade? E como reagir diante disso? Obviamente, são centenas, milhares de situações de indescritível valor com as quais temos contato pela compreensão e acolhimento de nossas escolas parceiras.

Procuramos, nesse processo, construir uma relação com base no diálogo constante, por meio do qual os integrantes se manifestam e ouvem as sugestões, críticas e encaminhamentos. Se pretendemos formar professores sensíveis e atentos, destinar espaços para discussões a respeito das caminhadas na universidade e na escola deve ser uma prática inerente à docência.

Freire (2005) entende que o diálogo entre professor e alunos não os torna iguais, mas cria uma relação democrática, denominada por ele de relação dialógica, ou seja, não significa destituir o professor de sua autoridade e responsabilidade pedagógica, mas de tornar o espaço da sala de aula aberto à curiosidade e à participação dos

alunos. Dessa maneira, o respeito, a disciplina e a responsabilidade podem ser tratados de forma coletiva, superando a prática da imposição para a proposição reflexiva, na qual todos possuem relevante papel na condução da aula e no cumprimento dos acordos. Nessa perspectiva, o papel do professor é fundamental, mediando e conduzindo o processo e retomando o que for necessário.

Temos como um compromisso primordial o reconhecimento da criança e do tempo de infância em sua plenitude. Com base em Sarmiento (2002), compreendemos as crianças como seres diferentes, em sua forma de ser, agir e pensar, do adulto, mas não como seres inacabados e em déficit. No processo de formação docente, por meio da extensão, compreendemos as infâncias como construção social e como categorias do tipo geracional que devem ser reconhecidas em sua heterogeneidade, subjetividade e particularidade, considerando fatores, como classe social, etnia, gênero, religião e espaço geográfico, como determinantes da constituição dessas diferentes infâncias. As infâncias, desse modo, são forjadas também pelas crianças como sujeitos plurais, que, concebidos como atores sociais ativos, são também produtores de cultura.

Nossa reflexão caminha por uma ideia de criança enquanto ser humano que vive a infância, um sujeito dotado de capacidades e potências, ator social que estabelece relações com os contextos em que vive, produzindo, assim, diferentes formas de comunicação e expressão, o que podemos denominar de múltiplas linguagens. Para isso, o adulto, ao assumir a profissão de professor de crianças, precisa criar formas de comunicação e compreensão. Dentre as formas mais próximas estão as brincadeiras, os jogos, o faz de conta, os jogos teatrais, a contação de histórias, as expressões plásticas e corporais. Brincar, para Sarmiento (2002), é próprio do ser humano, portanto, não é exclusividade da criança. A diferença entre o brincar, nesse caso, está na intensidade – enquanto o adulto separa bem o ócio do trabalho, o brincar e o fazer “coisas sérias”, as crianças não fazem essa distinção com tanta dicotomia, sendo o brincar, para elas, algo muito sério – a esse respeito, basta observamos um grupo de crianças brincando para ver como se concentram e aplicam as regras combinadas.

Paralelo a isso, também se faz importante uma consonância das políticas públicas em educação em tornar os espaços escolares

mais aprazíveis para as crianças, considerando aspectos arquitetônicos e pedagógicos.

Também temos o compromisso com os conhecimentos sistematizados e com a composição curricular da escola. Isso significa assumir com ênfase o papel da escola em criar as condições para o acesso, a apropriação dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades inerentes à trajetória escolar da criança.

Nossa perspectiva de currículo caminha pelo viés que considera os processos educativos escolares constitutivos e construtores de relações humanas, crianças e professores, que, sendo humanos, carregam diversas formas de cultura, memórias, valores, identidades, universos simbólicos e imaginários, portanto, tomamos como objeto de preocupação de constituição do conhecimento as dimensões do ensinar, educar e aprender, as quais envolvem os dois atores: crianças e professores.

Na busca por reconhecer essa forma de ver a criança e de conceber a infância, torna-se relevante e significativo pensarmos na leitura e na escrita como fazendo parte da linguagem do ser humano e, ao serem desenvolvidas, é importante que estejam correlacionadas às outras linguagens e a todas as áreas do currículo. Tomemos a oralidade como exemplo: ela envolve os sujeitos e, sendo compreendida em uma comunicação recíproca, pode provocar o processo de alfabetização. Dizemos isso pelo fato de a escrita ser uma representação da fala, que, por sua vez, representa a realidade. Sabemos que a oralidade é uma linguagem fundamental nas relações entre professores e crianças e entre as próprias crianças. Nessa etapa, tanto o movimento quanto as expressões verbais e não verbais estão fomentando, simultaneamente, o desenvolvimento infantil em seu processo de alfabetização. Assim, quanto mais a escola nos anos iniciais do ensino fundamental se ocupar em melhorar, repensar e sofisticar as formas mais adequadas em suas práticas pedagógicas e curriculares no processo da aquisição da leitura e da escrita, mais positiva será sua atuação e contribuição.

Tais desafios nos possibilitam entender o currículo e a prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental em interfaces permanentes com os componentes curriculares. Podemos afirmar que a profissão professor, conseqüentemente a docência, é pautada nas relações humanas e na intencionalidade frente aos saberes.

Nessas relações, notamos que a criança/aluno não é mera consumidora da aula ou puro e simples objeto de trabalho do professor, ela é, principalmente, sujeito participante da atividade de ensino. Consideramos, porém, uma necessidade urgente o pensarmos os processos educativos como atividade social mediadora qualificando o trabalho docente. Isso provavelmente significa que a apropriação da cultura no ambiente escolar, tanto material como intelectual, perpassa a mediação qualificada do professor, ou seja, esse profissional irá selecionar, organizar, sistematizar e planejar os conteúdos a serem explorados nos ambientes escolares.

Assim, entendemos como fundamental que os professores abordem os conteúdos de forma problematizadora, criando situações nas quais a criança se sinta desafiada a buscar respostas. Para Gasparin (2002, p. 35), “[...]. A Problematização é o elemento-chave na transição entre a prática e a teoria, isto é, entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada.” Isso significa movimentar o grupo em função de questões orientadoras, mobilizando-o, inicialmente, a partir dos conhecimentos prévios e em continuidade para a construção e apropriação dos conhecimentos sistematizados.

Foco na aprendizagem e no trabalho colaborativo – universidade-escola

Entendemos que aprender de forma contextualizada, sem descaracterizar as disciplinas curriculares, mas buscando uma inter-relação entre elas, em uma perspectiva interdisciplinar, é outro desafio também presente nas ações formativas da extensão. Há algum tempo, vários estudiosos e educadores vêm defendendo um currículo mais integrado, no sentido de superar a excessiva fragmentação dos conteúdos e a dispersão metodológica que os acompanha (ZABALA, 2002; SANTOMÉ, 1998; HERNANDEZ, 1998). Organizar as atividades docentes por meio de projetos em torno de temáticas oriundas do cotidiano da sala de aula, traduzidas em ações planejadas diariamente e que contemplem os conteúdos previstos nos programas oficiais, tem sido nossa opção.

Nesse caminhar, entendemos a relação teoria-prática não no sentido da sobreposição da teoria sobre a prática ou vice-versa, mas

na mediação da prática pela teoria. Ou seja, o professor desenvolvendo o sensível e o inteligível no desenrolar de suas práticas pedagógicas. Tal perspectiva é indicada no sentido de romper com o abismo existente entre a produção teórica na universidade e o chão da escola.

Outra dimensão dos nossos compromissos na formação de docentes diz respeito à diversidade e ao papel da escola e das instâncias formadoras. Participamos da formação de pessoas que integrem em uma sociedade e nosso compromisso perante uma educação inclusiva é inerente à própria tarefa de educar. Nossa perspectiva de inclusão é ampla e abrangente, pautada na diversidade cultural, que entendemos como um desafio premente, e nossa constatação denuncia a lacuna dos currículos e abordagens metodológicas quanto ao processo inclusivo na formação de docentes. Os conteúdos ainda privilegiam conhecimentos advindos de uma cultura e ciência europeias e as crianças que apresentam ritmos e formas de aprendizagens diferentes precisam ser mais contempladas. Nosso modelo de formação e de prática docente ainda precisa avançar nesse sentido, mas percebemos um movimento, mesmo que em fase embrionária.

Santomé (1998) alerta que muitas vozes estão ausentes nos contextos educacionais, como por exemplo, etnias minoritárias ou sem poder, mundo rural, homens e mulheres de terceira idade, pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais, culturas jovens e infantis, o mundo das pessoas menos favorecidas economicamente. Enfim, nosso currículo ainda está configurado na perspectiva de mundo idealizado.

Nesse cenário, temos alertado para a importância de refletirmos criticamente a respeito da formação dos professores, pois somente dessa forma será possível projetarmos mudanças e transformações significativas e coerentes para as práticas pedagógicas. Assim, afirmamos que o engajamento do professor e o entusiasmo para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas advêm também de uma formação teórico-prática sólida e consistente, o que temos procurado com insistência como professores formadores de professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Cabe destacar que a Universidade tem como função social formar sujeitos capazes de construir de forma autônoma seus siste-

mas de valores, e, a partir daí, atuarem criticamente na realidade que os cerca. Isso deve acontecer durante todo o curso, em uma atitude interdisciplinar, envolvendo todas as disciplinas do curso de Pedagogia, bem como a relação com os demais, buscando, sempre, uma interligação entre a teoria e a prática. Para isso, Petrágliã (1993) afirma ser necessário que o educador tenha a humildade e a disponibilidade da troca e do diálogo para que possa integrar a sua disciplina com as demais, pois é o trabalho coletivo, de equipe, que pressupõe a interrelação mútua de mais de um educador, sendo uma construção lenta, gradual e coletiva.

Japiassú, em 1976, também já afirmava que a interdisciplinaridade se faz necessária sob a forma de um tríplice protesto: contra um saber fragmentado, pulverizado na multiplicidade crescente de especialidades; contra o divórcio crescente entre uma universidade cada vez mais compartimentada e setorizada e a sociedade em sua realidade dinâmica e concreta; contra o conformismo das ideias impostas e recebidas.

Ainda compartilhando

Só que tem jeito na medida em que nos determinarmos a forjá-los. Nenhum jeito aparece por acaso. (FREIRE, 2005, p. 39).

O currículo dos cursos para a formação do/a professor/a precisa voltar-se para um todo relacional, compondo e organizando os conhecimentos, o que não significa uma relação de conteúdos técnicos, mas conhecimentos sociopolítico-culturais necessários para que o futuro profissional tenha condições de desenvolver uma leitura crítica e criativa da realidade.

As ações de extensão exigem o compromisso com a pesquisa e o papel da universidade na articulação das diferentes áreas do conhecimento e do estágio, por essa razão, podem preparar o profissional pesquisador, sujeito que não se sujeita, mas que pensa, discute, investiga, reflete, assume riscos e inova.

Além das questões desenvolvidas neste artigo, uma outra merece ser mencionada: diz respeito às políticas de formação docente

que incluam escolas e professores. As escolas e universidades não podem resolver todos os problemas advindos da formação de professores, embora tenhamos ciência de nossa responsabilidade e tenhamos criado mais laços e parcerias. As realizações das ações de extensão fortalecem nossa convicção de que também é necessário um plano abrangente e efetivo de valorização dos docentes da Educação Básica envolvendo condições de trabalho, melhorias salariais, apoio nas formações continuadas, dentre tantas outras reivindicações já conhecidas.

As ideias expostas neste texto representam parte de nossa caminhada na formação de docentes para os anos iniciais por meio das ações de extensão e são oriundas de muitas reflexões e encharcadas pelo compromisso de contribuir com uma educação séria e de qualidade. Não foi, nem será, uma caminhada solitária, pois as relações construídas com as escolas foram e serão fundamentais para chegarmos aonde estamos e aonde chegaremos.

Nessa aprendizagem entre Universidade e Educação Básica, em uma formação em cumplicidade, o Programa Olhares evidenciou que, sem a valorização salarial e sem o respeito às necessidades formativas de quem está atuando na escola contemporânea, nenhuma formação será significativa. Portanto, torna-se fundamental que: a) redes e sistemas de ensino reconheçam a formação continuada atrelada à valorização salarial dos profissionais; b) as formações realizadas considerem os saberes dos participantes e não sejam frutos de mercantilização; c) redes e sistemas de ensino realizem parcerias com universidades e grupos de pesquisa consolidados; d) a formação realizada nunca ocorra em uma relação de cima para baixo, pois ambos se ensinam mutuamente e os formadores precisam também aprender, e muito, com os profissionais da Educação Básica. Tem jeito? Como Paulo Freire (2005) nos ensina, apenas à medida que nos determinarmos a forjá-los, pois nenhum jeito aparece por acaso.

Referências

- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

HERNANDEZ, F. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NÓVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In : TARDIF, M.; LESSARD, C. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 217-233.

PETRAGLIA, I. C. **Interdisciplinaridade: o cultivo do professor**. São Paulo: Pioneira, 1993.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

SANTOMÉ, J. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SARMENTO, M. J. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido nas atividades do projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância” do Centro de Estudos da Criança. Portugal: Universidade do Minho, 2002. p. 1-18.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O ofício do professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

CAPÍTULO 04

GEODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL - SC/RS

Jairo Valdati
Maria Carolina Villaça Gomes
Matheus Oliveira Della Nina
Ciro Palo Borges

Introdução

O programa de extensão Geodiversidade no território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – SC/RS, coordenado pelo professor Dr. Jairo Valdati, está vinculado ao Laboratório de Geologia e Mineralogia – LGEM da FAED/UEDESC. Além do coordenador, o programa conta com a participação de professores do Departamento de Geografia, alunos de graduação, mestrado e doutorado. O programa busca o reconhecimento da geodiversidade no território do Geoparque por meio da identificação e valorização dos geossítios. O território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – GCCS-SC/RS compreende sete municípios, sendo quatro deles catarinenses e três sul-rio-grandenses, que estão, desde 2007, discutindo a proposição do geoparque à Unesco. O reconhecimento da Organização veio em 2022, com o GCCS passando a integrar a Rede Global de Geoparques da própria Unesco (UNESCO, 2022).

As ações do programa foram realizadas junto ao Comitê Educacional e Científico do Geoparque. Elaborado em um contexto pré-pandemia do novo coronavírus, o programa estabelecia três ações: 1 – oficinas para os guias turísticos, alunos e comunidade em geral sobre a geodiversidade do território; 2 – saídas de campo junto à comunidade para o reconhecimento e valorização dos geossítios, e 3 – seminário para apresentação à comunidade dos geossítios e sua importância para a conservação da geodiversidade do território do Geoparque.

Com o novo cenário imposto, foi necessário repensar as ações previstas, sendo elas, em sua maioria, aplicadas virtualmente em transmissões ao vivo, conforme descrito no desenvolver do presente artigo. Desta forma, foram realizadas três ações: (i) o Geoconversando com o Geoparque; (ii) a participação no 1º Seminário de Pesquisas no Território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul e (iii) a criação de materiais para o GeoMuseu do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Geoconversando com o Geoparque

A série do Geoconversando, intitulada “Geoconversando com o Geoparque”, consistiu em três encontros idealizados com o objetivo de compreender a gestão de uma nova unidade territorial – o Geoparque. Sua estrutura organizacional, o dia a dia e as expectativas quanto ao funcionamento foram alguns dos temas que nortearam as conversas durante os encontros.

Trazer ao debate as possibilidades do Geoparque como uma nova unidade territorial tem por objetivo dar-lhe visibilidade enquanto uma nova unidade de planejamento e gestão territorial. Nesse sentido, conforme preconizado pela Unesco (2015), os geoparques são uma área bem delimitada, que engloba sítios de relevância abiótica a nível internacional, fundamentando-se no preceito holístico de conservação, educação e desenvolvimento sustentável. Sua importância reside na grande potencialidade enquanto um instrumento de promoção de desenvolvimento regional (ZOUROS, 2010; BRILHA, 2014; LEE; JAYAKUMA, 2021), sendo o geoturismo uma das atividades propulsoras da melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Dessa forma, a idealização desse evento parte do entendimento de que os geoparques têm vocação para se tornar objeto de muitos projetos para o desenvolvimento territorial, assim, as primeiras experiências brasileiras servirão de exemplo, como o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Os encontros, ocorridos todos em formato virtual a partir da plataforma *Microsoft Teams*, contaram com a participação da equipe técnica do Consórcio Intermunicipal e da Coordenação do Comitê Educativo e Científico – CEC do Geoparque Caminhos dos Cânions

do Sul. As conversas foram conduzidas pelo coordenador do projeto, Prof. Jairo Valdati, e, ao final, os participantes puderam colocar suas questões para debate entre os convidados.

A equipe técnica do Consórcio Intermunicipal é constituída por profissionais das estruturas municipais, que desenvolvem as ações no território em conjunto com instituições parceiras e comunidades locais. O CEC, por sua vez, é um órgão colegiado propositivo e consultivo que tem como missão contribuir com conhecimentos científico e educativo para a promoção da geoconservação, do geoturismo e da geoeducação.

No primeiro encontro (Figura 1), os convidados foram o diretor executivo da equipe técnica do Consórcio Intermunicipal, Gislael Floriano, e as coordenadoras do Comitê Educativo e Científico, Maria Carolina Villaça Gomes e Gabriela Camboim Rockett.

A fala do diretor abordou questões relativas às suas funções na estrutura organizacional, entre as quais destaca-se o papel de articulador dos diferentes atores do Geoparque. Nesse sentido, o dia a dia de trabalho envolve desde a articulação entre as diversas coordenadorias e grupos de trabalho que compõem a equipe técnica até os diferentes atores envolvidos: poder público municipal, *trade* turístico, órgãos setoriais dos governos estaduais, bem como a responsabilidade enquanto representante legal da equipe técnica.

Levando-se em conta que esse encontro ocorreu ainda sob o estado de emergência sanitária em decorrência da pandemia de Covid-19, e após longo período de atividades suspensas/alteradas, o diretor foi questionado sobre o andamento das atividades no contexto de isolamento social. Foi apontado, pelo convidado, que o maior desafio residiu na dificuldade de sensibilização do *trade*, ação designada para o período em questão no plano de gestão do Geoparque – a implantação do programa Empresa Parceira.

As questões colocadas às coordenadoras do CEC envolveram desde as atribuições do referido Comitê até a sua importância enquanto órgão colegiado do Geoparque. A coordenadora adjunta, Gabriela, apresentou as motivações da existência de um comitê científico, bem como os principais objetivos que definem a colaboração do CEC para com o Geoparque.

Além disso, Gabriela explicou como o contexto de trabalho remoto em função do isolamento social permitiu que o Comitê tivesse participação mais ativa de seus membros. Devido ao fato de nem todos os integrantes residirem nos municípios pertencentes ao Geoparque ou nas proximidades, as reuniões, nesse período realizadas à distância, tiveram as maiores adesões desde a criação do referido Comitê.

As questões direcionadas à coordenadora se referiram à importância da participação no CEC na redefinição das atividades vinculadas à universidade (ensino, pesquisa e extensão) e sobre as expectativas relativas à missão de avaliação do Geoparque pela Unesco. Para a convidada, embora o fato de desenvolver as pesquisas no território ser a razão da participação no CEC, a aproximação é determinante no redirecionamento dos temas de pesquisa.

Assim, pesquisas que, por hora, se davam em campo científico mais básico, contribuem para que os temas aplicados à geodiversidade, geoturismo e/ou geoeducação passem a fazer parte do universo de pesquisa dos membros. Como exemplo, destacam-se as ações de extensão, geralmente vinculadas à pesquisa, sobretudo quando de caráter aplicado.

Dessa forma, é bastante evidente que a participação no Comitê Educativo e Científico é determinante na redefinição da trajetória acadêmica e científica dos pesquisadores que o integram. Por fim, sobre a expectativa em relação à avaliação da candidatura à Unesco, ambas concordaram ao dizer que, independentemente do resultado, em uma primeira missão de avaliadores, o saldo seria muito positivo, pois, além do resultado, é emitido um relatório sobre as observações da equipe, o que certamente irá contribuir para as ações futuras no Geoparque.

Figura 1 - *Banner* de divulgação da primeira edição do Geoconversando com o Geoparque

udesc.faed

GEOCONVERSANDO COM O GEOPARQUE

29.09.2021 18H

PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DA COORDENAÇÃO DO COMITÊ EDUCATIVO E CIENTÍFICO (CEC) DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL

DIRETOR EXECUTIVO DA EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO, GISLAEL FLORIANO

COORDENADORA DO CEC, MARIA CAROLINA VILLAÇA GOMES

COORDENADORA DO CEC, GABRIELA CAMBOIM ROCKETT

TRANSMISSÃO ONLINE PELO TEAMS: bit.ly/geoconversando

Realização:
Grupo de Pesquisa estrutura, dinâmica e conservação da Biodiversidade e da Geodiversidade - BIOGED

UDESC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FAED
Centro de Ciências Humanas e de Educação

PPGPLAN
Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional

Fonte: *Instagram* do Grupo de Pesquisa BIOGEO (2021).

O segundo encontro (Figura 2) contou com a participação dos coordenadores de Educação, Fabiano Souza, e de Cultura, Mikael Miziescki, ambos da equipe técnica do Consórcio Intermunicipal do Geoparque. As questões colocadas a ambos seguiram a linha das perguntas direcionadas ao diretor executivo – suas funções na estrutura organizacional, principais atividades e os desafios enfrentados no desempenho de suas funções no contexto do isolamento social.

A indicação de ambos os coordenadores se deu em virtude da afinidade temática de suas pastas, o que resulta em ações comuns a serem abordadas a partir da visão de cada um dos coordenadores. Destaca-se a fala sobre a implantação do museu geológico, históri-

co-cultural e artístico no município catarinense de Morro Grande, SC, que representa uma ação de grande repercussão para o Geoparque.

Os coordenadores ressaltaram o significado da criação de um museu em um município com menos de 3.000 habitantes, cercado por plantações de fumo e milho, sendo orgulho para a comunidade, seja por valorizar a história das famílias morrograndenses, seja por enaltecer a cultura italiana, o tropeirismo e por dar visibilidade à produção artística contemporânea de artistas do município. Particularmente em relação à educação, foram apresentadas as ações recentes de geodivulgação realizadas com escolas de Educação Básica, destacando-se as necessárias adequações em decorrência do ensino não-presencial.

Figura 2 - Banner de divulgação da segunda edição do Geoconversando com o Geoparque

udesc.faed

GEU CONVERSANDO COM O GEOPARQUE

06.10.2021 18H

PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DA COORDENAÇÃO DO COMITÊ EDUCATIVO E CIENTÍFICO (CEC) DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIÕES DO SUL



COORDENADOR DE EDUCAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO,
FABIANO SOUZA



COORDENADOR DE CULTURA DA EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO,
MIKAEL MIZIESCKI

TRANSMISSÃO ONLINE PELO TEAMS: bit.ly/geoconversando

Realização:

Grupo de Pesquisa estrutura, dinâmica e conservação da Biodiversidade e da Geodiversidade - BIOGEO

UDESC UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

F8ED Centro de Ciências Humanas e da Educação

PPGPLAN Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Instagram do Grupo de Pesquisa BIOGEO (2021).

O último encontro (Figura 3) teve a participação de membros da equipe técnica representando três eixos temáticos – a coordenadora de Turismo, Edinéia Pallu, a coordenadora de Comunicação, Priscila Ventura Gamba, e a coordenadora Científica, Maria Elisabeth da Rocha. Quando questionadas sobre a repercussão da pandemia em suas atividades, as considerações de Edineia e Priscila valem ser destacadas, pois diferem muito das dificuldades enfrentadas pelos colegas.

No caso exposto, exceção feita aos primeiros meses de maior isolamento social e fechamento das Unidades de Conservação que abrangem parte das atrações mais visitadas no território, o que se observou foi um aumento exponencial no número de visitantes. Isso implicou na criação de demandas à coordenação de turismo e da comunicação, inclusive pela necessidade de veiculação de comunicados sobre a necessidade de adoção das medidas sanitárias exigidas pelos órgãos competentes. Portanto, o longo período de confinamento acabou por valorizar as alternativas de lazer em meio à natureza, sendo que as recentes campanhas de divulgação certamente impulsionaram a visita ao Geoparque.

Figura 3 - *Banner* de divulgação da terceira edição do Geoconversando com o Geoparque

The banner features a dark blue background with the title 'GEOCONVERSANDO COM O GEOPARQUE' in large, bold letters. The date '13.10.2021 18H' is displayed in green and orange. Below the title, an orange bar contains the text: 'PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DA COORDENAÇÃO DO COMITÊ EDUCATIVO E CIENTÍFICO (CEC) DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIÕES DO SUL'. Three circular portraits of women are shown, each with their respective titles: Edinéia Pallu (Coordinator of Tourism), Priscila Ventura Gamba (Coordinator of Communication), and Maria Elisabeth da Rocha (Scientific Coordinator). The event is to be held online via Teams, with the link 'bit.ly/geoconversando'. The bottom section lists the organizing institutions: BIOGEO (Grupo de Pesquisa estrutura, dinâmica e conservação da Biodiversidade e da Geodiversidade), UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), FBED (Centro de Ciências Humanas e da Educação), and PPGPLAN (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Territorial).

Fonte: *Instagram* do Grupo de Pesquisa BIOGEO (2021).

Participação no 1º Seminário de Pesquisas no Território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

O Comitê Educativo e Científico do GCCS organizou, entre os dias 17 e 19 de agosto de 2021, o 1º Seminário de Pesquisas no território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (Figura 4), evento que buscou divulgar pesquisas realizadas no Geoparque e debater sobre temas pertinentes à geoconservação e ao desenvolvimento da comunidade.

Figura 4 - Banner de divulgação do evento



Fonte: *Instagram* do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (2021).

Ao todo, o evento obteve 682 visualizações divididas entre os três dias. O primeiro dia contou com 5 apresentações (Figura 5), que tiveram como temas: 1) Metodologia de Seleção de Territórios e Inventariação de Geoparques do Serviço Geológico do Brasil; 2) O processo de governança na construção do Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – Brasil; 3) Programa de Capacitação de Profissionais do Turismo e Docentes da Educação Básica – Aspectos da Geologia e Geomorfologia do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul; 4) Arranjos de governança na implementação do programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: estudo de caso nas regiões com cânions no sul do país e 5) “No meio do caminho tinha uma pedra”: aproximações entre o patrimônio histórico-cultural e o patrimônio geológico no geossítio Serra e Cânion da Pedra, em Jacinto Machado, SC.

Figura 5 - Banner de divulgação do primeiro dia de evento



DIA 17/08/2021 . TERÇA-FEIRA   

18:00 - Abertura (apresentação do Evento e do CEC)

18:20 - Metodologia de Seleção de Territórios e Inventariação das Propostas de Geoparques do Serviço Geológico do Brasil
Carlos Augusto Brasil Peixoto e Michel Marques Godoy

18:40 - O processo de governança na construção do Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – Brasil
Sung Chen Lin

19:00 - Programa de Capacitação de Profissionais do Turismo e Docentes da Educação Básica- Aspectos da Geologia e Geomorfologia do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul
Leila Maria Vasquez Beltrão

19:20 - Arranjos de governança na implementação do programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: estudo de caso nas regiões com cânions no sul do país
Carolina Braghirolli Stoll

19:40 - “No meio do caminho tinha uma pedra”: aproximações entre o patrimônio histórico-cultural e o patrimônio geológico no geossítio Serra e Cânion da Pedra, em Jacinto Machado-SC
Jaqueline Posser Gallina

1º SEMINÁRIO de PESQUISAS
no território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul



Fonte: *Instagram* do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (2021).

Durante o segundo dia, os trabalhos seguiram com diversas apresentações (Figura 6), com destaque para a participação do professor Dr. Jairo Valdati, que esteve coordenando as apresentações 3 e 4, e da integrante do programa Yasmim Rizzolli Fontana dos Santos, que divulgou os resultados de seu mestrado. Os seguintes temas foram abordados: 1) Interfaces entre a Geoconservação e a Gestão Costeira: o caso de Torres (Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil); 2) Evolução e Geomorfologia Eólica do campo de dunas de Itapeva; 3) Ações do Grupo de Pesquisa BIOGEO no território do Geoparque; 4) Cartografia de detalhe do relevo; 5) Cartografia Geomorfológica de Detalhe Aplicada ao Geopatrimônio: geomorfossítios do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, SC/RS e 6) Geossítio vizinho – a Costa de Araranguá: Importância do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul na valorização do geopatrimônio adjacente.

Figura 6 - Banner de divulgação do segundo dia de evento

DIA 18/08/2021 . QUARTA-FEIRA

18:00 - Interfaces entre a Geoconservação e a Gestão Costeira: O Caso de Torres (Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil)
Samanta Cristiano

18:20 - Evolução e Geomorfologia Eólica do campo de dunas de Itapeva
Gabriela Camboim Rockett

18:40 - Ações do Grupo de Pesquisa BIOGEO no território do Geoparque
Jairo Valdati

19:00 - Cartografia de detalhe do relevo
Jairo Valdati

19:20 - Cartografia Geomorfológica de Detalhe Aplicada ao Geopatrimônio: geomorfossítios do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, SC/RS
Yasmim Rizzolli Fontana dos Santos

19:40 - Geossítio vizinho - a Costa de Araranguá: Importância do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul na valorização do geopatrimônio adjacente
Samanta da Costa Cristiano

1º SEMINÁRIO de PESQUISAS
no território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

Fonte: Instagram do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (2021).

No terceiro e último dia de evento (Figura 7), outros integrantes do programa puderam apresentar um pouco das pesquisas realizadas no território do GCCS. Iniciando as apresentações, Daner Rosskamp Ferreira destacou os resultados de seu mestrado e a Dra. Maria Carolina Villaça Gomes, coordenadora do Comitê Educativo e Científico, estabeleceu um debate sobre o relevo como fonte de registro da ocorrência de deslizamentos e inundações.

Os temas apresentados na terceira noite foram: 1) Roteiro geoturístico em Timbé do Sul/SC: valorização da geodiversidade no território do Geoparque Caminhos dos Cânionsdo Sul – SC/RS; 2) O relevo como fonte de registro da ocorrência de deslizamentos e inundações; 3) Plano Integrado de Gestão de Riscos e Desastres – Geoparque Caminhos dos Cânionsdo Sul; 4) Análise do direcionamento

preferencial de estruturas bioerosivas (paleotocas) na região do Cânion Pingador, município de Morro Grande/SC e 5) Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba: pesquisa, salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico.

Figura 7 - Banner de divulgação do terceiro dia de evento

DIA 19/08/2021 . QUINTA-FEIRA

18:00 - Roteiro geoturístico em Timbé do Sul – SC: valorização da geodiversidade no território do Geoparque Caminho dos Cânions do Sul – SC/RS
Daner Rosskamp Ferreira

18:20 - O relevo como fonte de registro da ocorrência de deslizamentos e inundações
Maria Carolina Villaça Gomes

18:40 - Plano Integrado de Gestão de Riscos e Desastres - Geoparque Caminho dos Cânions do Sul
Luiz Henrique Fragoas Pimenta

19:00 - Análise do direcionamento preferencial de estruturas bioerosivas (paleotocas) na região do Cânion Pingador, município de Morro Grande, SC.
Luiz Carlos Weinschutz

19:20 – Arqueologia Entre Rios: Do Urussanga ao Mampituba: Pesquisa, salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico
Juliano Bitencourt Campos

19:40 - Encerramento do Evento

1º SEMINÁRIO de PESQUISAS
no território do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

Fonte: *Instagram* do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (2021).

Geomuseu

Em Jacinto Machado, um dos sete municípios que constituem o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, está sendo criado um GeoMuseu (Figura 08), um espaço expositivo e interativo com vistas à promoção do entendimento dos eventos naturais que aconteceram durante o tempo geológico encontrados no Geoparque, além de reconhecer e expor evidências encontradas em seu território.

Com o intuito de enriquecer e contribuir com o GeoMuseu, foi confeccionada uma série de três escalas do tempo geológico. Cada escala possuía um recorte temporal próprio, de forma a ressaltar os períodos da história geológica da Terra que remetem aos principais eventos originários da paisagem do GCCS. De forma geral, todas continham a estrutura geral da escala do tempo geológico – a divisão em Éons, Eras e Períodos, apontando, ainda, os principais eventos de ordem geológica, climática e biológica que marcaram cada momento da história da Terra. Também foram destacados os principais eventos geológicos e geomorfológicos responsáveis pela formação do território do GCCS.

A partir de encontros programados com os alunos bolsistas do programa de extensão, Matheus Della Nina, e de iniciação científica, Matheus Pereira, o coordenador do projeto, Jairo Valdati, e a Professora Maria Carolina Villaça Gomes definiram o *layout* de cada escala e estabeleceram a natureza das informações a serem inseridas.

No que se refere ao *layout*, foi decidido que cada bilhão de ano seria representado por um metro, sendo possível, então, citar eventos que relacionam questões referentes aos aspectos específicos de cada tempo geológico. Na Figura 8, observa-se uma das escalas de tempo geológico exposta no GeoMuseu.

Figura 8 - Exposição da escala de tempo geológica



Fonte: Gomes (2021).

A parte gráfica desse projeto foi realizada por Matheus Pereira com o uso do aplicativo Adobe Photoshop cs5. A incumbência de realizar pesquisas de conteúdo e medição do tempo geológico, transformando milhões/bilhões de anos em centímetros/metros, foi atribuída ao bolsista de extensão Matheus Della Nina. Os dois estudantes frequentaram o Laboratório de Geologia e Mineralogia – LGEM (Sala 003 da UDESC/FAED), em encontros semanais, com o intuito de discutir e realizar de forma conexa e alinhada a confecção da escala. Já para representar os materiais, cuja formação foi registrada nas escalas, o coordenador Jairo Valdati e a professora Maria Carolina V. Gomes coletaram amostras (Figura 9) referentes a tais rochas e depósitos em Jacinto Machado e nas proximidades do GeoMuseu.

Figura 9 - Amostras coletadas e dispostas no GeoMuseu



Fonte: Gomes (2021).

A primeira exposição do GeoMuseu se deu em novembro de 2021 e contou com a apresentação das escalas do tempo geológico pelos professores Jairo e Maria Carolina, que as explicaram aos avaliadores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ci-

ência e a Cultura – Unesco designados para a missão de avaliação do GCCS (Figura 10).

Figura 10 - Exibição da escala de tempo geológica no Geomuseu, Jacinto Machado, SC



Fonte: Gomes (2021).

Considerações finais

As ações realizadas no âmbito desse programa de extensão tiveram por finalidade, de forma mais ampla, sensibilizar a comunidade em relação à relevância do patrimônio abiótico pertencente ao Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, sejam os sítios designados como de relevância internacional, como os cânions e as paleontocas, sejam os sítios de relevância local ligados ao cotidiano da comunidade local. Carregados de valor cultural, todos possuem a mesma importância enquanto geopatrimônio de um geoparque pertencente à rede global de geoparques da Unesco.

Nesse sentido, é fundamental a execução de programas que disseminem o conhecimento sobre o território do GCCS, permitindo

que a comunidade envolvida o reconheça, se identifique e, dessa forma, sinta-se pertencente a ele. Ainda, o contato com a comunidade e com a equipe gestora do GCCS oferece uma oportunidade valiosa para que novos elementos a serem valorizados e conservados sejam reconhecidos. Com isso, fica evidente a necessidade de se repetir, periodicamente, ações como as aqui descritas, uma vez que o conhecimento acerca do território certamente irá crescer ao longo do tempo e precisa ser divulgado.

Referências

BRILHA, J. Geoheritage and geoparks. *In*: REYARD, E.; BRILHA, J. (eds.) **Geoheritage** - Assessment, Protection, and Management. [S. l.]: Elsevier, 2018. p. 323-335.

UNESCO. United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization. Statutes and Operational Guidelines for UNESCO Global Geoparks. 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260675?posInSet=3&queryId=18a01105-ae-82-4fb2-9824-08747d2c9257>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ZOUROS, N. C. Lesvos Petrified Forest Geopark, Greece: geoconservation, geotourism, and local development. **The George Wright Forum**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 20-28, 2010.

LEE, Y.; JAYAKHUMAR, R. Economic impact of UNESCO Global Geoparks on local communities: comparative analyses of three UNESCO Global Geoparks in Asia. **International Journal of Geoheritage and Parks**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 189-198, 2021.

CAPÍTULO 05

CONSTRUIR E PARTILHAR HISTÓRIAS AFRICANAS E INDÍGENAS I: BIBLIOTECA VIRTUAL E AYACAST

Cláudia Mortari

Luisa Tombini Wittmann

João Gabriel Santos Pinto

Luiza Silva

Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano

Victor Leonardo da Silveira

Simeia Mello

Helena Fediuk Gohl

Vinicius Pinto Gomes

O Programa de Extensão “Olhares, vozes e memórias: saberes africanos e indígenas”, vinculado ao AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais (FAED/UDESC), tem por objetivo o combate ao racismo e ao epistemicídio através de três ações de extensão: uma plataforma digital, um evento e uma série de podcasts que articulam e produzem materiais nas temáticas africanas e indígenas na perspectiva dos campos teórico-práticos pós-colonial e decolonial. Entendemos, portanto, que a luta por uma sociedade mais justa passa por atividades que coloquem em evidência culturas e histórias subalternizadas pela modernidade/colonialidade.

Nesse sentido, a Biblioteca Virtual do AYA, a organização do II Encontro Internacional Póscolonial e Decolonial e o AYACAST envolveram um público amplo e diverso, que abarca educadores(as), pesquisadores(as), estudantes de graduação e de pós-graduação (das mais diversas áreas), membros de movimentos sociais, artistas e interessados em geral.

É importante ressaltar que há uma evidente vinculação entre as atividades do Laboratório AYA, que tem como base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulados em uma relação dialógica com a sociedade (MORTARI; WITTMANN, 2018, p.

161). Dessa forma, desenvolve-se teoria e prática de forma conjunta na formulação e divulgação do conhecimento, visando contribuir para a luta e a educação antirracista.¹

Sentipensar através de plataforma digital

A primeira ação a ser apresentada é a “Biblioteca Virtual de Estudos Africanos e Indígenas”, que consiste em um projeto permanente do Laboratório AYA. Trata-se de um site em plataforma digital que gera produção de materiais (escritos, sonoros, imagéticos, audiovisuais) por integrantes do laboratório e por africanes(as/os), afro-brasileiros(as/os) e indígenas, dentro das temáticas e abordagens teórico-metodológicas que embasam os projetos do laboratório. O escopo da ação é a criação, divulgação e articulação de materiais que contribuem para a qualificação profissional de professores(as) da rede de ensino e de acadêmicos(as) de graduação e pós-graduação do campo das Ciências Humanas, embora o alcance extrapole os muros da universidade e as fronteiras do Brasil, afinal, trata-se de uma base de dados que se constrói em um “[...] movimento contra as fronteiras e para além delas”. (HOOKS, 2017, p. 24).

A Biblioteca Virtual do AYA teve seu início em 2017 e acumulou, no mesmo ano, 9.731 visualizações, com o total de 16 publicações que disponibilizam materiais² didáticos, como o “Vozes, Corpos e Saberes do Maciço”, de Karla Andrezza Vieira Vargas³, e textos,

-
- 1 Há outro Programa de Extensão desenvolvido no Laboratório AYA intitulado “Histórias Africanas e Indígenas: olhares e práticas na educação”, que possui três ações que buscam colaborar com a implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, e suas diretrizes correspondentes, através da produção de material didático (aulas-oficinas), publicação de livros e oferta de curso de formação continuada. Esse programa é coordenado pela Profa. Dra. Claudia Mortari e o “Olhares, vozes e memórias: saberes africanos e indígenas” está sob a coordenação da Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann. Para maiores informações, ver texto publicado também neste livro.
 - 2 Na aba “Leituras”, foram divulgados(as) os(as) autores(as) Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Bell Hooks, Silvia Cusicanqui, Aimé Césaire, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Ana Rita Santiago, Karine de Souza, Severino Elias Ngoenha, Oyèrónkẹ Oyèwùmí, Catherine Walsh, Yuderlys Espinosa, Luciana Ballestrin, Luisa Tombini Wittmann, Claudia Mortari e Sérgio Costa. Na aba “Sala de Aula”, foram divulgados reflexões e trabalhos de Edson Kayapó, Tathiana Cassiano, Carolina Corbellini Rovaris, Bruno Ziliotto, Karla Andrezza Vieira e André Meyer. Na aba “Ver e Ouvir”, foram múltiplas as produções divulgadas, como lives dos integrantes do AYA e filmes.
 - 3 Egressa do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória-UDESC), a autora recebeu Menção Honrosa no 1 Prêmio Profhistória com o trabalho sobre memórias e histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz, Flo-

como o artigo “Conhecimento de África, Conhecimentos de Africanos”, de Paulin J. Hountondji⁴. Neste ano de 2022, a Biblioteca chegou ao expressivo número de 188.523 visualizações, com 93 postagens acessadas por pessoas de 121 países, bem como 67.426 downloads desde 2019, quando a plataforma começou a contabilizar. Apenas no período de 2020 e 2021, o site contou com a visualização de 96.548 pessoas e o acesso de 47.383, bem como 44.619 downloads de materiais do site no período⁵. Atualmente, em nossas redes sociais, possuímos 799 seguidores no perfil do Instagram (@ayalaboratorio) e 7.309 curtidas na página do Facebook (@ayalaboratorio).

Figura 1 – Tabela de informações gerais sobre a Biblioteca AYA

ANO	VISUALIZAÇÕES	ACESSOS	PAÍSES DE ACESSO	DOWNLOAD
2017	9.731	3.991	40	não contabilizados
2018	10.833	4.353	46	não contabilizados
jul. - 2019	51.751	14.471	73	9.393
2020	42.008	17.621	81	17.208
2021	54.540	29.762	102	27.411
2022	19.660	11.980	121	13.414
TOTAL	188.523	82.178	121	67.426

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Nos últimos dois anos, a biblioteca tem oferecido formatos de publicação de conteúdo que vão além da disponibilização de materiais, tendo sido escritos textos em diálogo com produções diversas elaboradas por africanes(os/as) e indígenas. A partir da categoria sentipensar, do antropólogo colombiano Arturo Escobar, trabalhamos na chave da produção de conhecimentos plurais, na qual o “[...] sentipensar con el territorio implica pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar.” (ESCOBAR, 2014, p. 16), através do diálogo com artistas.

As publicações que hoje fazem parte do eixo intitulado “Sentipensar” iniciaram com postagens nas abas “Leituras” e “Ver e Ouvir”, onde disponibilizamos bibliografias e audiovisuais de referência. O aprofundamento das postagens gerou projetos novos, intitulados

rianópolis.

- 4 Texto retirado da biblioteca AYA, <ayalaboratorio.com>, o artigo é uma versão revista de uma conferência proferida na cerimônia de abertura da *Bayreuth International Graduate School of African Studies* (BIGSAS), da Universidade de Bayreuth, na Alemanha, em 13 de dezembro de 2007. O artigo questiona em que medida são africanos os chamados Estudos Africanos.
- 5 Informações atualizadas em 3 de junho de 2022.

“Experiências Sonoras” e “Tecendo Sensibilidades”. Nesse sentido, a partir da segunda metade de 2021, criou-se esse eixo específico na Biblioteca AYA, onde se situam os projetos supracitados e o AYA-CAST, sobre o qual trataremos adiante.

A intenção do “Experiências Sonoras” é construir um espaço de diálogos múltiplos com músicos/as indígenas, africanos e africanas, buscando um sentipensar profundo. A iniciativa surgiu para manter a biblioteca ativa e incentivar produções próprias do Laboratório AYA, articulando as pesquisas desenvolvidas pelos seus integrantes e desenvolvendo um material de reflexão que fosse acessível a todos os públicos.⁶

O processo de produção desses materiais se deu através da pesquisa de artistas e do aprofundamento das discussões que permeavam suas músicas, o que revelou a importância do entendimento de conceitos como necropolítica⁷ e *aesthesis*⁸. Atualmente, com o total de cinco publicações, o projeto contabiliza 1.465 visualizações.

É importante ressaltar que as reuniões periódicas do grupo da biblioteca foram essenciais para a escrita dos textos que acompanham as obras artísticas. No geral, as reuniões consistiam em discussões sobre as temáticas da ação, assim como de materiais profícuos a serem divulgados, delegações de tarefas e elaboração e revisão dos textos em pequenos grupos e em conjunto com as professoras.

-
- 6 Em setembro de 2020, os integrantes da equipe participaram do evento IV Encontro Discendente de História da UFRGS, no Simpósio Temático “África e Africanidades: Dimensões para a Historiografia, Teoria Crítica e Ensino de História”. A comunicação intitulada “Biblioteca Virtual do AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais: pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos plurais” foi apresentada pelas bolsistas Helena Fediuk Gohl e Luiza Ferreira da Silva. No segundo semestre de 2021, houve participação no Simpósio Temático “Sentir pensar em perspectivas: narrativas históricas, mídias e linguagens africanas e afro-diaspóricas”, na Semana Acadêmica de História da UDESC, pelo bolsista João Gabriel, com a comunicação intitulada “Biblioteca Virtual do AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais (UDESC): as narrativas africanas na divulgação e produção de conhecimento”.
- 7 Conceito desenvolvido por Achille Mbembe, pensador camaronês que discute sobre o poder de decisão do Estado sobre quais são os corpos que podem ser massacrados, ou seja, o Estado define quando e como serão mortos ou expostos ao risco de morte, impedidos de acessar os cuidados básicos à vida, como o direito à alimentação, água potável, moradia etc.
- 8 Conceito desenvolvido por Adolfo Alban Achinte, professor e artista afro-colombiano. Discussões coletivas do grupo Modernidade/Colonialidade levaram a questionamentos acerca do lugar da estética na matriz colonial (belo) e a descolonização dela através das sensações: “El arte y la estética fueron instrumentos de colonización de subjetividades y hoy la descolonización de la estética para liberar la *aesthesis* es un aspecto fundamental de los procesos de decolonialidad” (GOMEZ; MIGNOLO, 2012, p. 13).

Vale destacar, também, a importância do Grupo de Estudos do AYA⁹ no desenvolvimento geral das ações do laboratório, posto que as leituras e os debates realizados coletivamente foram – e são – fundamentais, inclusive para as reflexões que orientam as produções disponibilizadas na Biblioteca. O doutorando Adriano Denovac, nesse sentido, alertou para o risco de segmentar em categorias prévias artistas que estão inseridos em outras lógicas musicais e de vida, pela colonialidade inserida em nós.

Outro apoiador decisivo para a produção dos materiais foi o artista nigeriano Ìdòwú Akínrúlí¹⁰, que compartilhou conosco perspectivas sobre a música yorubá. São músicas que costumam ser longas, pois a preocupação é contar uma história que faça refletir, notando a importância da mensagem e de como ela pode modificar a visão de mundo de quem escuta.

Iniciamos nosso caminho de postagens no “Experiências Sonoras” pelos artistas Orlando Owoh¹¹ e Djuena Tikuna¹². O texto começa pela questão provocativa: “o que eu vejo e o que me olha?”, a partir da qual a importância de uma discussão sobre o que é o chamado “tradicional”. Especialmente quando se refere a artistas africanos(os/as) e indígenas, essa classificação musical pode ser violenta e esvaziada de sentido, portanto, o texto explora como “[...] o dito tradicional (não apenas em relação à música) é mutável, heterogêneo e diverso e resignifica-se constantemente de acordo com o tempo histórico e geográfico”.

A segunda postagem, “A canção e o corpo-memória”, voltou-se para os artistas Ian Wapichana¹³ e Amadou & Mariam¹⁴, em um

9 O Grupo de Estudos do AYA acontece periodicamente, sendo atividade obrigatória aos participantes do laboratório. Ao longo do ano de 2020, dialogamos com diversos autores, como Sueli Carneiro, Alberto Acosta, Aimé Césaire, Patricia Hill Collins, Riviera Silva Cusicanqui, Lucas Dantas, Franz Fanon, Lélia Gonzalez, Ramón Grosfoguel, Bell Hooks, Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Maria Lugones, Nelson Maldonado-Torres, Achille Mbembe, Walter Dignolo, Celenis Rodriguez Moreno, Oyèrónké Oyewùmí, Sam C. C. Rivera, Edwar Wadie Said, Sanjay Seth e Rolando Melken Vázquez. Em 2021, as discussões estiveram focadas em autores/as como Edson Kayapó, Rennan Lemos, Dulcilei da Conceição Lima, Eliane Potiguarra, Ale Mujica Rodriguez, Luiz Rufino e Luiz Antonio Simas.

10 O músico parceiro do Laboratório AYA Ìdòwú Akínrúlí é um artista nigeriano que vivenciou o ritmo Afrobeat com a família de Fela Kuti. No Brasil, ele promove e difunde a cultura Yorubá formando artistas e realizando shows de afrobeat e música tradicional. Desde 2016, Akínrúlí realiza eventos como o “Fela Day” e o “Felabration” em comemoração ao aniversário e a difusão da obra de Fela Kuti.

11 Músico nigeriano Yorubá.

12 Indígena da etnia Tikuna e cantora amazonense.

13 Indígena da etnia Wapichana, nascido em Roraima. Poeta, cantor, músico e compositor.

14 Nascidos em Bamako, no Mali, atuam em conjunto no campo musical desde 1980.

refletir sobre símbolos, vivências e significados presentes em suas músicas e clipes.

Cantada em francês, o ritmo e as imagens são capazes de nos transmitir muito além do que está posto diretamente na letra. Existem mensagens e simbologias no violão levado pelos trilhos do trem, no ritmo afro-blues com a suave guitarra elétrica, nas ações das crianças ao ver o sol nascer, nos dedos que acariciam um cafuné e nos olhares para a câmera. As pessoas no videoclipe são muito mais que apenas representações físicas do eu, são corpos-memórias, corpos-mundo que carregam em si florestas de experiências e histórias e nos permitem olhares outros sobre a canção e o viver. (AYA Biblioteca, 2020).

“Os sons resistências e suas efervescências”, em diálogo com Fela Kuti¹⁵ e Mercedes Sosa¹⁶, explorou os universos culturais presentes em suas potências artísticas, focando nas resistências de ambas em diferentes âmbitos. A última postagem, intitulada “Tudo era uma grande aldeia antes de ter fronteira”, colocou em foco as obras de Tinariwen¹⁷ e dos rappers indígenas Brô MC’s e Oz Guarani¹⁸. Abordamos o viver existente antes do colonialismo, e que ainda permanece, ultrapassando o tempo moderno e incentivando o questionamento das fronteiras sobre o território construídas historicamente.

“Tecendo Sensibilidades” também faz parte do eixo Sentipensar e se constitui de materiais pensados e produzidos especificamente para a plataforma digital, contabilizando quatro publicações, com 472 visualizações até o momento. O projeto desenvolvido durante o ano de 2021 divulga e convida os visitantes a conhecer e se transformar a partir de artistas plurais que atuam por meio de diferentes formas e formatos artísticos, prezando pela intertextualidade das linguagens artísticas. Tem como objetivo, portanto, continuar o debate através de diálogos múltiplos com artistas afro-diaspóricos e indígenas (para além de músicos), em um exercício de conectar ativismo e materiais pós e decoloniais.

15 Multi-instrumentista nigeriano, líder de banda, compositor e ativista político.

16 Cantora argentina com descendência indígena.

17 Banda tuaregue do norte do Mali.

18 Brô MC’s é um grupo indígena Guarani-Kaiowá de Dourados, oeste do Mato Grosso do Sul. Oz Guarani é Mbyá-Guarani, da Terra Indígena Jaraguá em São Paulo.

As postagens de “Experiências sonoras” e “Tecendo sensibilidades” têm, em conjunto, 1.937 dos acessos ao site e possuem como forma de transição o mecanismo de conexão entre as abas do site, ideia que surgiu a partir de conversas entre a equipe do Laboratório AYA. A sugestão foi possibilitar e instigar aos visitantes maior articulação entre os materiais disponíveis na Biblioteca Virtual. Assim foi construída, por exemplo, a reflexão sobre, com e a partir do artista Jaider Esbell e sua produção indígena contemporânea, interligando obras, entrevistas, textos, materiais diversos, intervenções urbanas e a divulgação do Prêmio Pipa Online, do qual foi vencedor em 2016, e indicado em 2021. Na sequência, com a contribuição decisiva da participante da ação, Siméia de Mello Araújo, coordenadora do Núcleo de Educação no Museu Afrobrasil (SP) e doutoranda em História do PPGH-UDESC, o projeto se conectou com artistas que estavam sendo divulgados pelo museu citado, em uma parceria com a Rede de Pesquisadores(as) Pós-coloniais e Decoloniais¹⁹, constituída no I Encontro Pós-colonial e Decolonial ocorrido na FAED/UDESC em 2019, com a presença de 500 pessoas, e organizado pelo Laboratório AYA. As publicações destacam produções de artistas como Frida Orupabo²⁰, Jaider Esbell²¹ e Diego Mouro²².

O processo de produção se deu por meio de uma pesquisa aprofundada a respeito de cada artista e obra, na tentativa de conexão com quem produz as postagens, colocando os integrantes do laboratório como parte da construção desse conhecimento em diálogo com os/as artistas. Foi também parte do processo de desenvolvimento dos projetos a produção estética das imagens de divulgação, que

19 Dra. Cláudia Mortari (FAED/UDESC); Dra. Luisa Tombini Wittmann (FAED/UDESC); Dra. Ana Rita Santiago (UNEB); Dr. Celso Sanchez (UNIRIO); Dra. Fernanda Oliveira (UFRGS); Dr. Gerson Ledezma Galo (UNILA); Dr. Hélder Pires Amâncio (Universidade Eduardo Mondlane e Universidade Wutive); Dr. Joaquim Paka Massanga (UON/Angola); Dra. Karine de Souza Silva (UFSC); Doutoranda Siméia Mello (PPGH/UDESC); Dra. Sônia André (UCM, Moçambique)

20 Socióloga e artista, a norueguesa com heranças nigerianas atualmente reside em Oslo, na Noruega, onde produz sua arte que, de acordo com seu site, consiste em trabalho digital e colagens de vários tipos que exploram questionamentos relacionados à raça, relações familiares, gênero, sexualidade, violência e identidade.

21 Jaider Esbell, segundo seu site, é do povo Macuxi, nasceu em Normandia, Roraima, e viveu grande parte de sua vida onde hoje é a Terra Indígena Raposa – Serra do Sol (TI Raposa – Serra do Sol). Jaider faleceu no dia 2 de novembro de 2021, em meio à pandemia de Covid-19.

22 Pintor autodidata, morador de São Paulo e oriundo da periferia de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Perpassando o realismo até sketches não terminados, os seus trabalhos têm influência da arte de rua, tradicional e contemporânea.

tinha, além do objetivo de propagar as publicações, promover sensibilidades em uma conversa das imagens de Jaider, Diego e Frida com os textos de divulgação que destacam as próprias falas e produções dos(as) artistas.

Como um emaranhado, tecemos diversos olhares sob os quais a arte tem como intenção a busca da cura que Jaider Esbell nos propõe: “[...] suas diversas possibilidades, quando bem aplicadas, podem nos dar a chance de galgar postos antes impossíveis, visto que os caminhos para ir aos grandes palcos onde se modulam as referências de pensamento influente ainda são um desafio grande”. (ESBELL, 2020, p. 37).

Figura 2 - Imagem de divulgação Tecendo Sensibilidades – Frida Orupabo



Fonte: Orupabo (2021).

Figura 3 - Imagem de divulgação Tecendo Sensibilidades - Jaider Esbell



Fonte: Esbell (2021).

A escuta de narrativas e histórias plurais

A segunda ação prevista tinha como título “I Encontro de Estudos Africanos”, todavia, pela impossibilidade de realização de eventos presenciais por causa da pandemia, sua realização foi adiada e substituída pela organização de forma remota do 2º Encontro Internacional Pós-colonial e Decolonial, que ocorrerá em novembro de 2022.²³ Desde agosto de 2021, tivemos mais de vinte reuniões de organização do evento, que objetiva reunir pesquisadores(as), professores(as), estudantes de graduação, pós-graduação e da Educação Básica, integrantes de movimentos sociais e de coletivos africanos e indígenas e demais interessados para a construção de diálogos, circulação, produção e divulgação científica e cultural pós-colonial e decolonial, com ênfase nas temáticas africanas, afro-diaspóricas e indígenas.

Em um diálogo Sul-Sul, objetiva-se evidenciar a potência da diversidade de histórias e culturas africanas, afrodiaspóricas e indígenas, visando a produção de epistemologias plurais e de práticas transformadoras no campo das Ciências Humanas e da Educa-

²³ O projeto do evento foi submetido a editais de financiamento público, tendo tido aprovação de mérito no Edital da Capes de apoio a eventos no país (PAEP) e no Edital Proeventos da FAPESC, sendo o único evento da UDESC contemplado com recursos na fase 2.

ção em busca de equidade social. A interseccionalidade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade são eixos estruturantes do evento, com rodas de conversa, diálogos contemporâneos, simpósios temáticos, oficinas, mostra de cinema, lançamentos de livros e atividades culturais. Após o evento, haverá publicação de livros resultantes dos diálogos empreendidos no II EPD, que ficarão disponíveis na Biblioteca Virtual do AYA, assim como ocorreu com as obras decorrentes da primeira edição do evento.

As dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19 impossibilitaram, além da realização de um encontro, a elaboração de vídeos prevista no projeto intitulado “Fazer e contar histórias: audiovisuais sobre temáticas africanas e indígenas”, que dependiam de entrevistas filmadas. Dessa forma, ao invés de elaboração de audiovisuais, adaptamos a ideia, sem nos distanciarmos da intenção, e a ampliamos, ao criar uma série de podcasts chamada AYACast.

Os episódios que estão no ar tiveram seus roteiros e edições elaborados a partir de gravações das falas de pessoas de distintos *locus* de enunciação e campos de atuação. Consideramos que a mudança impactou de maneira mais ampla o público interessado na temática, devido aos números de visualizações. Contamos, atualmente, 1.374 visualizações a partir do site da biblioteca, totalizando 2.855 acessos com outras plataformas de *streaming*, como o Spotify²⁴, por exemplo.

O AYACAST tem como propósito disseminar discussões ligadas aos campos teórico-prático, pós-colonial e decolonial e busca, a partir da interlocução com pesquisadoras(es), docentes, intelectuais e militantes sociais, difundir histórias e culturas de populações africanas e indígenas. Assim sendo, o podcast divulga e valoriza as narrativas históricas plurais que descentralizam a perspectiva eurocêntrica, ampliando concepções múltiplas de conhecimento. Entendemos que produzir conhecimento histórico a partir de uma perspectiva plural reivindica, acima de tudo, a possibilidade de que esse conhecimento ultrapasse os limites acadêmicos e não dissocie ensino, pesquisa e extensão.

A ideia que resultou no AYACAST surgiu com a intencionalidade de articular as falas dos(as) palestrantes do 1º Encontro Inter-

24 Dados atualizados em 15 de maio de 2022.

nacional Pós-colonial e Decolonial, tendo incluído, também, áudios diversos disponíveis online. O projeto de trabalho, que incluiu estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores(as) associados(as) ao AYA Laboratório, iniciou-se com a decupagem e transcrição das gravações das Rodas de Conversa e Diálogos Contemporâneos ocorridos no evento citado. Essa etapa possibilitou que as falas fossem agrupadas a partir de eixos temáticos e, em seguida, houvesse a definição e o planejamento de cinco episódios da série intitulada “Narrativas e Histórias Plurais”, a saber: Sobre Histórias; Sobre Ser no Mundo; Sobre Conhecimentos; Sobre Territórios e Sobre Femininos.

Figura 4 - Logo do AYACAST



Fonte: AYA Laboratório (2021).

O primeiro episódio, “Sobre Histórias”, aborda uma proposta decolonial para a produção do conhecimento, chamando à conversa os/as palestrantes do I EPD, Aline Cristina Oliveira do Carmo²⁵, Ger-

²⁵ Pós-doutoranda em Educação (UniRio) com projeto intitulado “Redes Educacionais Quilombistas: Contribuições do Campo da Filosofia Africana”. Docente-pesquisadora do Departamento de Filosofia do Colégio Pedro II, Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e de Ensino Superior localizado no Rio de Janeiro.

sem José dos Santos Luciano²⁶, Gerson Galo Ledezma Meneses²⁷, Joaquim Paka Massanga²⁸ e Joziléia Daniza Jagso Kaingang²⁹. É por meio da colonialidade que um projeto ocidental constrói um mundo de mortes física e simbólica, cataloga e hierarquiza, medindo o humano a partir de uma única régua: a do homem branco. Através de uma costura de diálogos entre esses(as) intelectuais e de reflexões oriundas dos pensamentos de outros(as), como Chimamanda Adichie (e sua rejeição a uma história única), possibilitamos focar na importância de ouvir e narrar histórias, “[...] histórias guardadas em memórias e corpos ancestrais que desafiam o poder colonial”³⁰, pois:

Pensar sobre nossas referências é algo importante, pensar sobre nosso lugar de fala, não na perspectiva de quem pode falar sobre o que, todos podem falar, mas é importante reconhecer de onde a gente fala e quais as limitações do lugar de onde enunciamos, onde buscamos construir nosso conhecimento³¹. (CARMO, 2020).

O segundo episódio, “Sobre ser no mundo”, dialoga a respeito de identidades, partindo de diálogos diversos com Ana Rita Santiago³², Celso Sánchez³³, Felipe Tchinene Calueio³⁴, Gerson Meneses,

-
- 26 Professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Do povo Baniwa, Gersem nasceu em 1964, no Yaquirana Rendá (Sítio Jaquirana), em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Graduou-se em Filosofia pela UFAM e tem mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).
- 27 Doutor em História Social pela Universidade de Brasília e professor de graduação e pós-graduação na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).
- 28 Doutor em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é professor do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (Angola) e da Universidade Onze de Novembro (Angola).
- 29 Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ativista do Movimento de Mulheres Indígenas, coordenadora pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC) e covereadora pela Coletiva Bem Viver Floripa.
- 30 AYAcast - Episódio 1: Sobre Histórias. Florianópolis: Emitai Produções, 4 de novembro de 2020. Ayacast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6RPZRPSvEGkbzNJbgGutMr?go=1&sp_cid=7acefcf37a065acc95b18f5333121d0&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1. Acesso em: 25 maio 2022.
- 31 AYAcast - Episódio 1: Sobre Histórias. Aline Cristina Oliveira do Carmo. [01:34:51].
- 32 Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
- 33 Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professor de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), coordenador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur/UNIRIO).
- 34 Acadêmico de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenador do grupo e do projeto de pesquisa “Os Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e o Meio Ambiente”.

Joaquim Paka, Joziléia Kaingang, Katu Mirim³⁵ e Eunice Antunes Kerexu Yxapyry³⁶. Vozes múltiplas de homens e mulheres que falam de diversos lugares, abordam sobre formas de ser e estar no mundo e como as experiências de cada um(a), livres de estereótipos, formam a noção pluriversal do humano:

Eu sou Felipe conforme foi apresentado. Eu sou africano e nasci em Angola. Eu gosto de me apresentar desse jeito, africano primeiro e depois angolano, em repulsa às nossas próprias fronteiras. Eu não sei se eu sou angolano de verdade, mas eu tenho certeza que sou africano³⁷. (CALUEIO, 2020).

É no terceiro episódio, chamado “Sobre conhecimentos”, que se abre o diálogo com a vida, na busca por refletir a respeito de conhecimentos e as inúmeras possibilidades de ser, fazer e conhecer. Ale Mujica³⁸, Ana Patté³⁹, Gerson Meneses, Idowu Akinruli⁴⁰, Jaider Esbell⁴¹, Karine de Souza Silva⁴², Joaquim Paka, Joziléia Kaingang, Kerexu Yxapyry e Sonia André.⁴³ Com suas falas inundadas de conhecimentos, nos apontam percepções variadas de formas de saber, mas que quase nunca estão em nossas salas de aula, nas escolas, nas universidades:

Passados muitos anos nós continuamos brigando pela escola que queremos. E essa escola que queremos é uma escola com novas epistemologias, é uma escola que

-
- 35 Rapper, cantora, compositora, atriz e ativista indígena urbana de ancestralidade Boe Bororo.
- 36 Liderança política da Terra Indígena Itaty no Morro dos Cavalos, Santa Catarina, formada no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC).
- 37 AYAcast - Episódio 2: Sobre ser no Mundo. Felipe Tchinene Calueio. [01:46:47]
- 38 Bacharel em medicina, doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), feminista e ativista autônoma do movimento Trans e lésbico, do movimento gor-do, do movimento feminista em saúde e da frente catarinense pela legalização e despatologização do aborto.
- 39 Liderança Xokleng integrante da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e assessora parlamentar, formada no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC), com Ênfase em Direitos Indígenas.
- 40 Artista já citado neste texto, músico e produtor nigeriano yourùbá, coordenador da empresa ÌLÚ AKIN, dirigente do Grupo ÌBEJÌ.
- 41 Artivista Makuxi, referência da arte indígena contemporânea, escritor e produtor cultural, falecido em novembro do ano de 2021, a quem dedicamos este texto.
- 42 Doutora em Direito Internacional, professora dos Programas de Pós-graduação em Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Eirenè, Centro de Pesquisas e Práticas Pós-coloniais e Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional.
- 43 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atriz, produtora e cineasta moçambicana.

pensa na valorização do nosso saber, na valorização da nossa língua, na valorização da nossa ciência. Os povos indígenas são povos que tem uma ciência muito interessante. A maioria dos remédios que a gente conhece das pesquisas brasileiras levam em conta alguma substância que vem do ambiente. Então esses saberes, essa ciência, vem desse ambiente, e esse ambiente é conhecidíssimo dos povos indígenas⁴⁴. (KAINGANG, 2021).

Os diálogos possibilitados nesse episódio ampliam as formas de se produzir conhecimentos, seja em espaços escolares/universitários ou em encontros sensíveis, onde somos afetados pelas experiências, por vivências encharcadas por tudo aquilo que a ciência moderna recusou e tentou eliminar, por considerar inferior.

A trajetória empreendida no desenvolvimento desse projeto evidenciou a potencialidade da articulação entre os conhecimentos da pesquisa e a divulgação desse mesmo conhecimento por meio das plataformas digitais. Isso levou à institucionalização do AYACAST, tornando-se a terceira ação dentro do Programa de Extensão “Olhares, Vozes e Memórias”. Atualmente, os três primeiros episódios estão disponíveis na Biblioteca do AYA Laboratório⁴⁵, no site da UDESC/Comunicação⁴⁶ e no Spotify⁴⁷.

Os episódios “Sobre Territórios” e “Sobre Femininos” estão em fase de produção e serão lançados no primeiro e segundo semestres de 2022, respectivamente. Além da primeira série de episódios descrita anteriormente, dentro dessa ação, iniciamos o processo de preparação da próxima série. Essa preparação inclui uma parceria com o pesquisador associado do laboratório Ms. Vinícius Gomes, por meio de um curso de formação em *Storytelling* voltado a estudantes e pesquisadores vinculados ao AYA, com o objetivo de capacitá-los(as) à produção dos roteiros dos episódios para as próximas temporadas do AYACAST.

O curso ministrado se dividiu em dois momentos: a parte teórica, cuja proposta é oportunizar o entendimento das características do formato “*Storytelling*” e uma reflexão a respeito do podcast como linguagem estratégica para a divulgação histórica; a parte prá-

44 AYAcast - Episódio 3: Sobre Conhecimentos. Josiléia Kaingang. [02:09:30].

45 <https://ayalaboratorio.com/category/ayacast/>

46 <https://www.udesc.br/podcasts/ayacast>

47 <https://open.spotify.com/show/7xnDCroPN1ppawt155uGr7>

tica constitui-se como estudo de caso para compreensão dos desafios da adaptação da linguagem escrita e acadêmica para a linguagem do podcast.

Figura 5 - Curso de formação em Storytelling

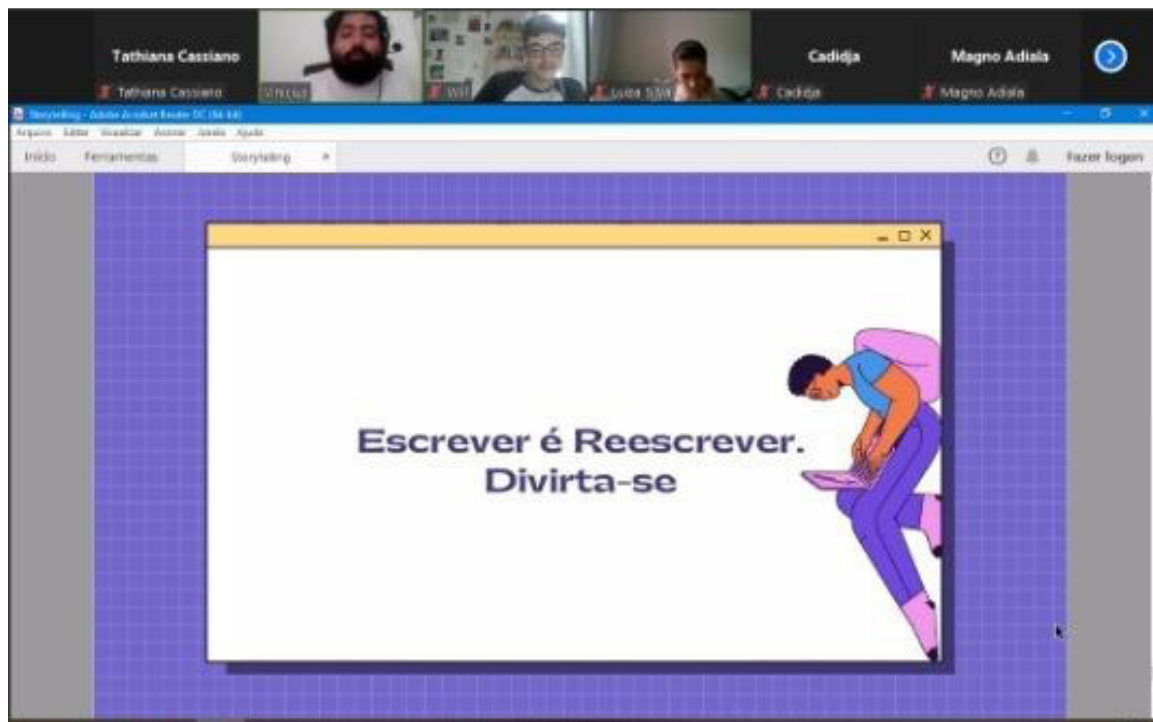
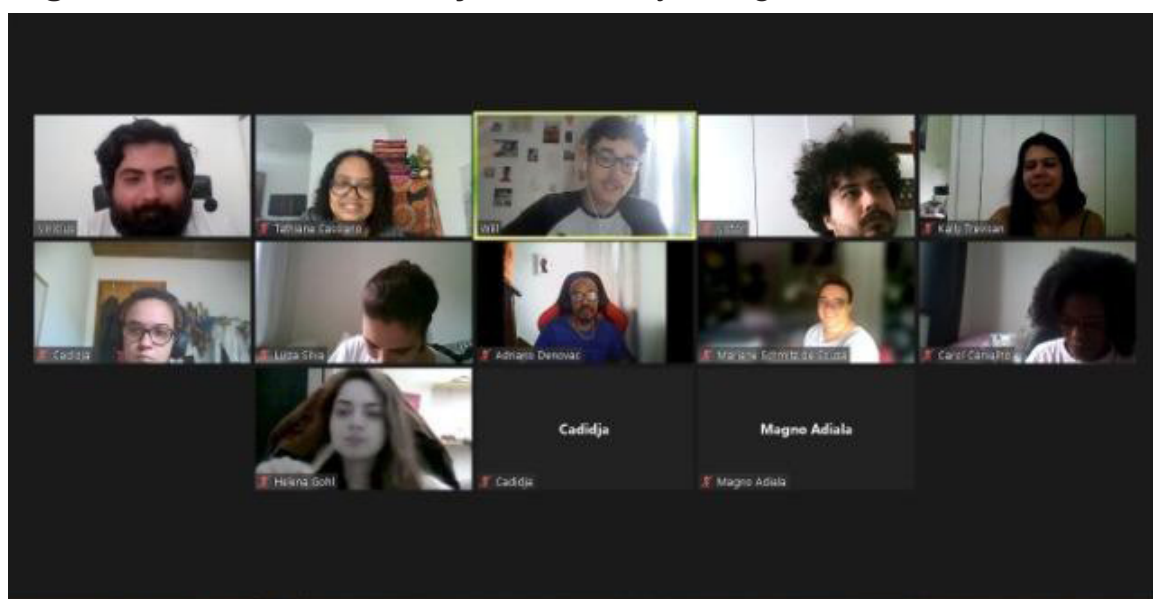


Figura 6 - Curso de formação em Storytelling



A próxima série de podcasts se constituirá de episódios acerca das pesquisas produzidas no âmbito do laboratório e que refletem a intencionalidade de uma produção acadêmica voltada à ampliação

do conhecimento histórico. Compromissada, portanto, com o combate ao epistemicídio e apagamento das experiências de pessoas subalternizadas pela modernidade/colonialidade e com a disseminação desse conhecimento para um público mais amplo.

Considerações finais

Almeja-se, com os projetos de extensão desenvolvidos no AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais, colaborar com o que o escritor nigeriano Chinua Achebe (2007) propõe como “equilíbrio das histórias”, rompendo, assim, com o perigo da história única, como nos inspira a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009). Existências e narrativas plurais são colocadas em foco, oriundas de distintos *locus* de enunciação e permeadas por diferentes experiências em relação à raça, ao tempo, ao viver e ao sentir em múltiplos espaços geopolíticos (GROSFOGUEL, 2008).

Visto isso, as ações contribuem para a ampliação de um olhar supostamente universal e eurocentrado, construído pela modernidade e mantido na colonialidade. Almejamos continuar atuando em projetos que promovam esse equilíbrio das histórias, visibilizando vivências e epistemologias plurais. Destacamos, como relatado, os ricos produtos que foram gerados a partir das ações: episódios de podcast, organização de evento internacional e publicações produzidas por membros do Laboratório AYA na Biblioteca Virtual, que conta com alto número de visualizações, articulando materiais em diversas linguagens.

Consideramos, portanto, que o objetivo geral do Programa de Extensão “Olhares, vozes e memórias: saberes africanos e indígenas” foi cumprido: estudar e debater histórias e culturas africanas e indígenas através das perspectivas teórico-práticas, pós-coloniais e decolônias, visando contribuir para a formação de profissionais e cidadãos que exerçam e lutem pelo direito à cidadania, com solidariedade e respeito às diversas referências culturais da sociedade brasileira, contribuindo, assim, para a elaboração de propostas de intervenção na realidade em busca de equidade.

Referências

ACHEBE, C. A. An interview with Late Nigerian Author, Chinua Achebe by Helon Habila. **The Africa Report**. 2007. Disponível em: <https://www.theafricareport.com/WestAfrica/an-interview-with-late-nigerian-author-chinua-achebe-by-helon-habila.html>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ADICHE, C. O Perigo de uma história única. **TEDTalks**, jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adiche_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 25 nov. 2020.

AYAcast - Episódio 1: Sobre histórias. Florianópolis: Emitai Produções, 4 de novembro de 2020. Ayacast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6RPZRPSvEGkbzNJbgGutMr?go=1&sp_cid=7acefcf37a065accc95b18f5333121d0&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1. Acesso em: 25 maio 2022.

AYAcast - Episódio 2: Sobre Ser no Mundo. Florianópolis: Emitai Produções, 28 de abril de 2021. Ayacast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3PUmhnOEP8CBmCxSIBCQAA?go=1&sp_cid=7acefcf37a065accc95b18f5333121d0&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1. Acesso em: 25 maio 2022.

AYAcast - Episódio 3: Sobre Conhecimentos. Florianópolis: Emitai Produções, 13 de setembro de 2021. Ayacast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/7AarbEZakuKiU1QBzTFEEA?go=1&sp_cid=7acefcf37a065accc95b18f5333121d0&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1. Acesso em: 25 maio 2022.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO-GOMES, S. Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GOMES, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 79-92.

ESBELL, J. Auto-decolonização: uma pesquisa pessoal no além coletivo. In: MORTARI, C.; WITTMANN, L. T. (Orgs.). **Narrativas insurgentes**: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota, Coleção AYA, v. 1).

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, v. 4, 2014.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, v. 80, 2008. Disponível em: <http://rccs.revues.org/697>. Acesso em: 25 maio 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Ed. WMF, 2013.

HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 131-144.

MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 171-169.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. Aesthesis Decolonial. *In*: BORSANI, M. E.; MELENDO, M. J. **Arte y estética en la encrucijada descolonial II**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MORTARI, C.; WITTMANN, L. T. Histórias compartilhadas: propostas universitárias de construção de conhecimentos decolonizados. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 154-176, jan./abr. 2018.

VÁZQUEZ, R.; BARRERA CONTRERAS, M. Aiesthesis decolonial y los tiempos relacionales. Entrevista a Rolando Vázquez. **Calle 14 revista de investigación en el campo del arte**, v. 11, n. 18, p. 76-93, 4 oct. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5687728>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CAPÍTULO 06

AÇÕES EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19 NA COMUNIDADE DA SERVIDÃO DOS LAGEANOS, BAIRRO SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC

Amanda Cristina Pires

Rita de Cássia Dutra

José Iago Almeida Carneiro

Dirceu Bruno Câniva Sebastião

Isac Portela Nunes Ramos da Silva

Luiz Phelipe Flor Pereira

Joana Elaine Matos Simici

Emanuel Henrique Vodzik

Evelyn Lima Gonçalves

Introdução

A 2ª edição do Programa de Extensão Capacitações para Voluntários de Nupdec's desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres – LabRed, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, envolve ações com integrantes de comunidades em áreas de riscos e foi planejado a partir de três projetos: 1) “Conhecendo as comunidades”; 2) “Fortalecendo a Cultura de Percepção de Risco” e 3) “Workshop: Implementação de NUPDEC's”. Neste artigo, são descritas as atividades desenvolvidas pelo LabRed a partir das experiências vivenciadas pelos discentes e colaboradores do programa durante o seu tempo de execução, que coincidiu com o período de pandemia de Covid-19.

Em função de contato prévio e o firmamento de uma parceria, a área selecionada para a aplicação das oficinas de capacitação com moradores de áreas de risco foi a Comunidade da Servidão dos Lageanos, do bairro da Serrinha, que, junto com outras 15 comunidades, compõe a ocupação urbana sobre um elevado maciço rochoso localizado na porção central da capital de Santa Catarina, Floria-

nópolis, com direção alongada em sentido norte-sul, chamado Maciço Morro da Cruz.

Atividades iniciais

Assim que foi constituída a equipe de trabalho para executar as atividades da 2ª Edição desse Programa de Extensão, a nível mundial foi decretada a pandemia de Covid-19. Desse modo, parte do primeiro projeto, “Conhecendo as Comunidades”, foi desenvolvida com o estudo do embasamento teórico para compreensão dos riscos e desastres na área alvo de trabalho e análogas.

Com as atividades presenciais na Universidade canceladas, a equipe do LabRed precisou se adaptar e modificar as ações previstas, que saíram do presencial para encontros virtuais, inicialmente por meio da plataforma Skype, posteriormente por meio da plataforma Moodle-Udesc.

No primeiro momento, foram procuradas e enumeradas algumas publicações relacionadas à temática do programa de extensão e, após breve seleção, durante as reuniões semanais, iniciou-se a análise e discussão do capítulo 3 da tese de doutorado intitulada “Dimensão Socioambiental na Gestão de Risco dos Assentamentos Precários do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis – SC”, de autoria de Silvia Saito, orientada pelo professor Dr. Joel Pellerin, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC. Outra bibliografia utilizada foi o capítulo 3 do livro Mapeamento de Riscos de Encostas e Margens de Rios, do IPT, que trata sobre os movimentos de massa.

Elaboração e aplicação de questionários

Em 2020, a equipe do LabRed iniciou aproximação com uma das lideranças da Associação Forças de Maria, a Sra. Maria Lucelma de Lima, na tentativa de aplicar, remotamente, um questionário. Embora o questionário inicial não tenha apresentado o retorno esperado, seu resultado foi detalhadamente interpretado e debatido em nossas reuniões, o que possibilitou traçar novas estratégias para o sucesso de uma segunda tentativa de aproximação com a comunidade.

Em março de 2021, foi realizado o primeiro encontro com a diretoria da Associação Forças de Maria, ao ar livre, na Praça Maria Francisca, recém-construída na comunidade, sendo seguidas todas as orientações sanitárias estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Além da Sra. Maria Lucelma de Lima, estiveram presentes no encontro a presidente da Associação Forças de Maria, a Sra. Teresa Adão, e Bruna Bianca, secretária (Figura 1).

Figura 1 - Primeiro encontro com a Associação Forças de Maria, na Praça Maria Francisca, bairro Serrinha, em 02 de março de 2021

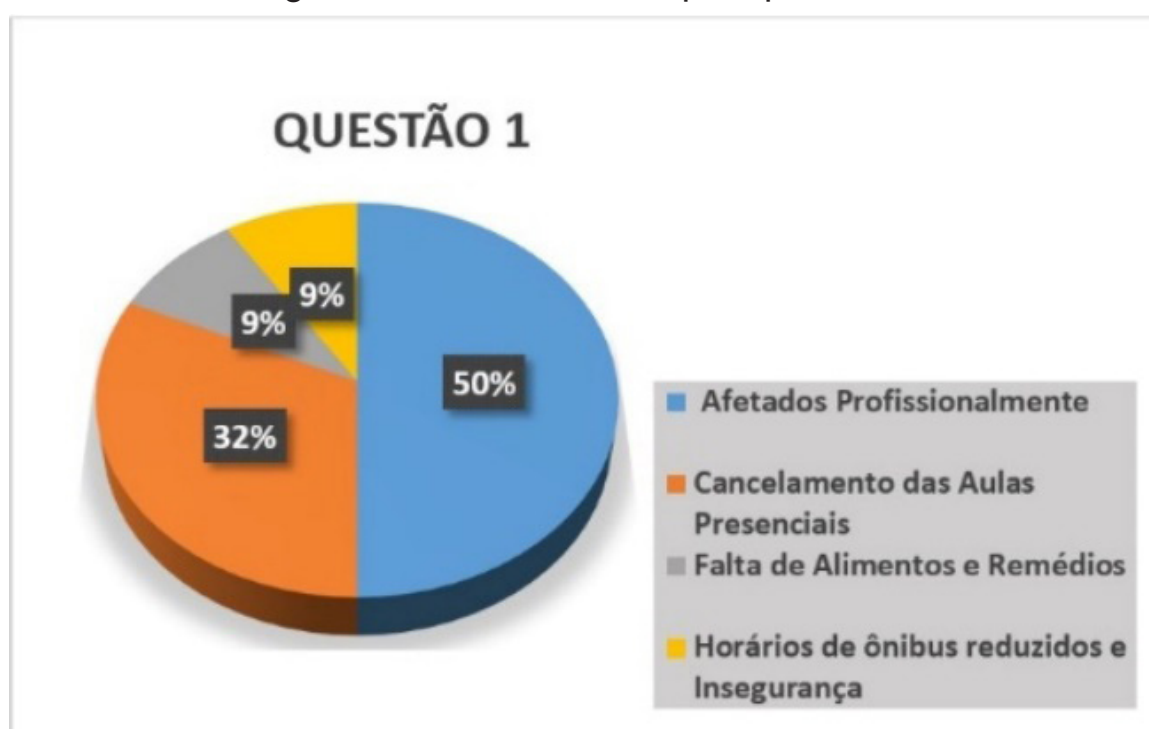


Fonte: Acervo dos autores (2021).

Esse primeiro encontro teve por objetivo a apresentação e a verificação quanto à possibilidade de interação com a comunidade ainda durante a pandemia. Sendo assim, diante da situação de alto risco vigente, foi sugerida a aplicação de um novo questionário, elaborado e disponibilizado em meio físico, com a finalidade de conhecer melhor o contexto dos moradores dessa comunidade, além de saber o que entendem por áreas de riscos. O segundo questionário foi elaborado de maneira mais assertiva, contendo sete perguntas subjetivas e foi respondido por dezenove moradores da comunidade.

A primeira pergunta versou sobre como os moradores, juntamente com suas famílias, foram afetados pela pandemia de Covid-19. Conforme ilustra o gráfico (Figura 2), entre os 19 moradores que responderam à questão, 50% foram afetados profissionalmente pela pandemia, ou seja, perderam seus empregos; 32% relataram o cancelamento das aulas presenciais das crianças da família; 9% apontaram a falta de alimentos e remédios e 9% foram afetados de outras formas, como falta de ônibus e insegurança.

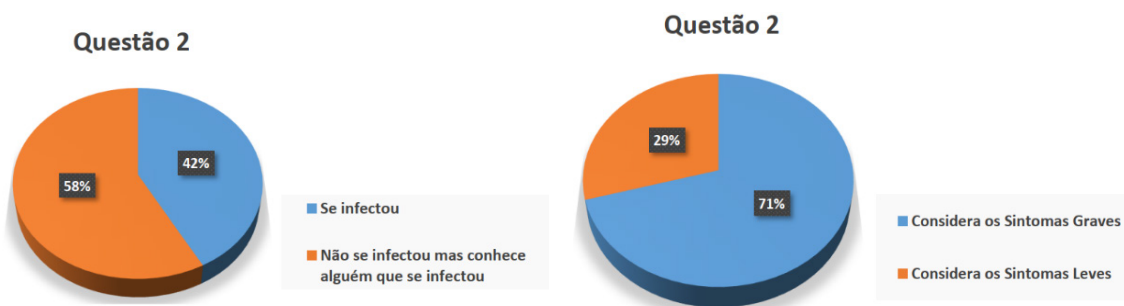
Figura 2 - Gráfico ilustrando como os moradores da comunidade da Servidão dos Lageanos foram afetados pela pandemia de Covid-19.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A segunda pergunta teve por objetivo investigar se os moradores contraíram a Covid-19 e de que forma caracterizam os sintomas da doença, entre graves, médios ou leves. Como ilustram os gráficos da Figura 3, de acordo com os respondentes, 58% dos residentes da comunidade até março de 2021 não tinham sido infectados pelo novo coronavírus, 42% responderam que sim. Com respeito aos sintomas, 71% dos moradores consideram os sintomas da Covid-19 graves e 29% consideram os sintomas leves.

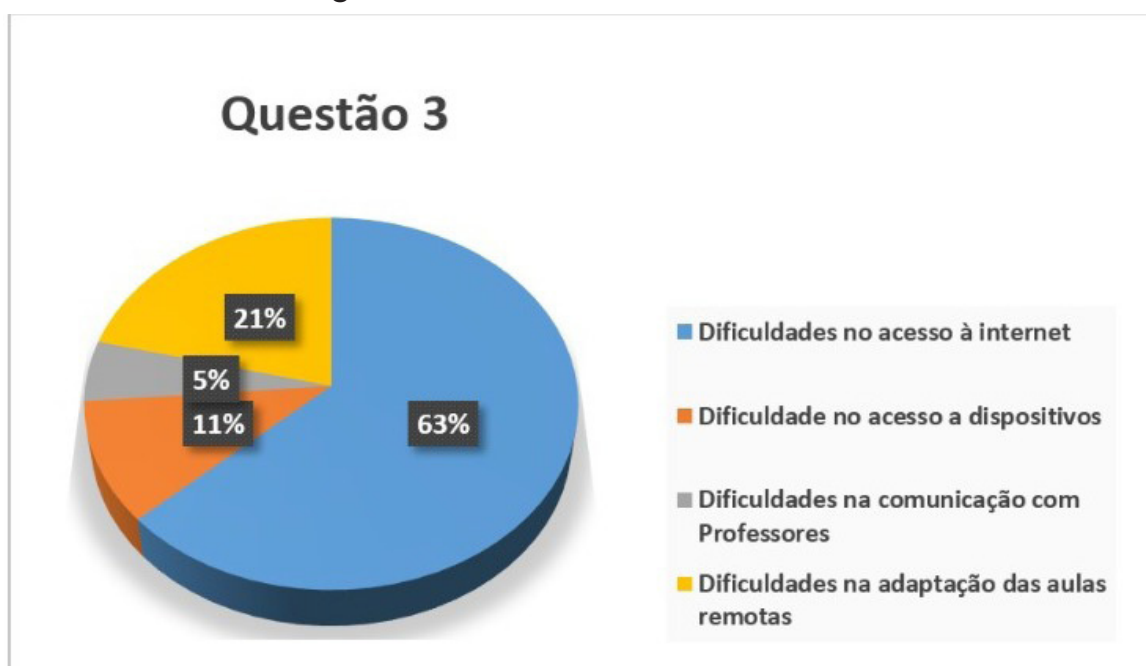
Figura 3 - Contaminação por Covid-19 e seus efeitos nos moradores da Comunidade da Servidão dos Lageanos



Fonte: Elaborado pelos autores.

A terceira pergunta versou sobre os desafios e as dificuldades que os estudantes tiveram durante a pandemia em relação ao acesso às aulas. Todos afirmaram ter alguma dificuldade de adaptação ao ensino remoto. Como ilustrado no gráfico (Figura 4), 63% dos respondentes especificaram que a dificuldade maior foi quanto ao acesso à Internet; 11% tiveram dificuldades de acesso aos dispositivos, como computadores e celulares, e 5% tiveram dificuldades na comunicação com os professores. Os outros 21% não especificaram qual a dificuldade.

Figura 4 - Dificuldades enfrentadas por estudantes da Comunidade da Servidão dos Lageanos com o ensino remoto

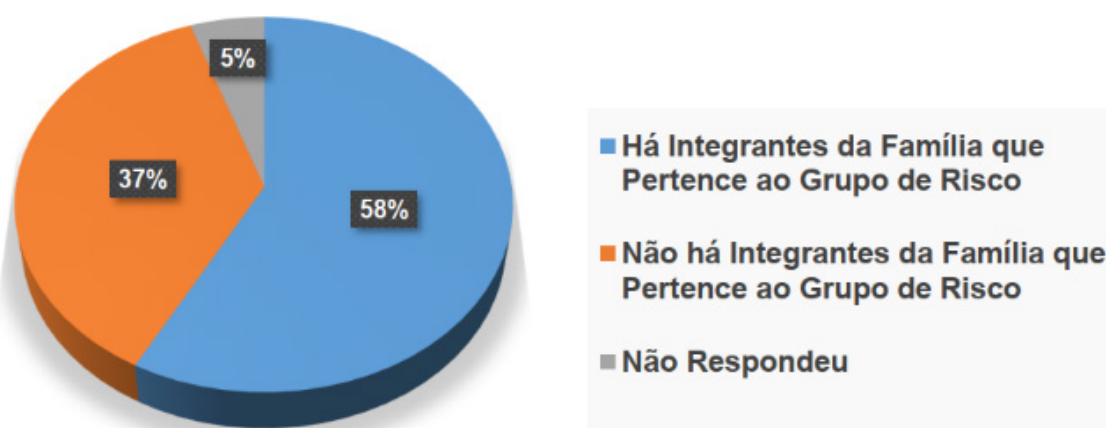


Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A quarta pergunta foi sobre o pertencimento a algum grupo de risco relacionado à Covid-19. O resultado ilustrado na Figura 5 revela que 58% dos moradores pertencem a algum grupo de risco ou têm alguém na família que pertence; 37% disseram não pertencer a nenhum grupo de risco e o restante, 5%, não respondeu a esta questão.

Figura 5 - Proporção de moradores da Comunidade da Servidão dos Lageanos que fazem parte de algum grupo de risco para Covid-19

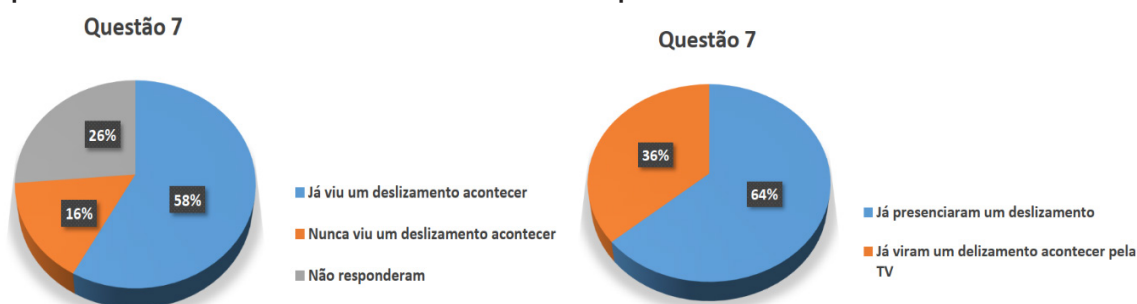
Questão 4



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

As três últimas perguntas referiam-se aos conteúdos abordados nas atividades desenvolvidas pelo Programa de Extensão, ou seja, sobre o risco de desastres. Na quinta pergunta, todos os dezoito respondentes afirmaram que sabem o que significa uma área de risco. Na sexta pergunta, buscou-se entender se, na visão desses moradores, existe área de risco próximo às suas moradias. As respostas apontam divergência, pois 74% responderam positivamente. Por fim, a sétima questão referiu-se a deslizamento, se sabiam o que significa e, e em caso positivo, se já viram algum evento como esse acontecer. Todos os respondentes afirmaram que sabem o que é um deslizamento e, conforme ilustra o gráfico à esquerda (Figura 6), 58% já viram um deslizamento acontecer; 16% nunca viram e 26% não responderam. Como ilustrado no gráfico à direita (Figura 6), dos moradores que disseram ter visto um deslizamento, 64% o presenciaram e os outros 36% viram pela televisão.

Figura 6 - Respostas dos moradores da Servidão dos Lageanos quanto a ter observado a ocorrência processo de deslizamento



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Podcasts e vídeos informativos do LabRed

Durante as reuniões virtuais, foram criados outros projetos em função da continuidade das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Inicialmente, pensou-se na elaboração de *podcasts*. Para isso, foi necessário procurar, conhecer e escolher programas e aplicativos para gravação e disponibilização desses produtos. Essa tarefa foi executada pela bolsista de extensão, Letícia Mayer Peloso. A partir de então, iniciou-se a discussão sobre temas, periodicidade, tempo de gravação, entre outros aspectos. Nessa ocasião, o discente voluntário, José Iago, propôs a criação de vídeos informativos sobre as atividades realizadas no LabRed desde sua criação. Os vídeos teriam uma ordem sequencial, com informações contínuas.

Nessa ideia, além das atividades do LabRed, alguns conceitos relacionados à Gestão Comunitária de Redução de Riscos e Desastres – GCRRD seriam apresentados de forma didática. Diante dessas discussões, decidiu-se abordar, tanto nos vídeos quanto nos *podcasts*, informações e temas similares, ou seja, as atividades do LabRed desde a sua criação até as atuais. Iniciou-se, assim, a elaboração dos roteiros e a busca por informações pretéritas da história de criação do laboratório.

Podcasts

Conforme enumerado no quadro abaixo (Figura 7), o primeiro *podcast* disponibilizado em fevereiro de 2021 nas mídias sociais do LabRed foi sobre a origem desse laboratório e atividades iniciais, na voz da discente Letícia Mayer Peloso. Seguindo a ordem, os *podcasts* publicados em março e abril tiveram as vozes dos alunos Dir-

ceu Bruno e Letícia Peloso, respectivamente, e abordaram de forma mais detalhada as atividades dos projetos de pesquisa e extensão encerrados. Em maio, na voz do discente José Iago, foram apresentados o projeto de pesquisa e o programa de extensão então ativos, com seus objetivos e atividades previstas.

O quinto e o sexto *podcasts*, disponíveis nos meses de junho e julho, foram elaborados pelas discentes Evelyn Lima Gonçalves e Janine Pinheiro, respectivamente, e o tema abordou as atividades desenvolvidas por esse programa de extensão vigente em 2020-2021. O sétimo *podcast*, de agosto, foi produzido pelo aluno José Iago e descreveu a pesquisa desenvolvida no projeto intitulado “Aplicação da Metodologia Integrada e Participativa de GCRRD.

Em setembro, na voz do discente Luiz Felipe, foi lançado o oitavo *podcast* sobre o planejamento das ações seguintes do LabRed até o encerramento de 2021. Em outubro, em formato inédito, o nono *podcast* foi apresentado pelo discente Dirceu Bruno, trazendo uma entrevista com a Profa. Edna Lindaura Luiz, do Departamento de Geografia da FAED/UDESC, abordando os processos do meio físico nas encostas de Florianópolis e os riscos e ameaças para ocupação humana. Nos décimo e décimo primeiro *podcasts*, de novembro e dezembro, elaborados por Emanuel Vodzik e Luiz Felipe, respectivamente, foram expostas as oficinas de capacitação realizadas na Comunidade da Servidão dos Lageanos.

O último *podcast* produzido pelo Programa de Extensão, apresentado em janeiro de 2022 pela aluna Janine Pinheiro, sintetizou todas as ações realizadas pelo programa de extensão. Para cada *podcast* foi elaborada uma capa para divulgação e todas são apresentadas na Figura 8.

Figura 7 - Quadro com a lista dos *podcasts* produzidos pelo Programa de Extensão em cada mês, contendo seus apresentadores e temas

Número do <i>Podcast</i> e Mês de divulgação	Apresentador	Tema
1 – Fevereiro	Letícia	Origem do LabRed e atividades iniciais
2 – Março	Dirceu Bruno	Projetos de Pesquisa Encerrado
3 – Abril	Letícia	Projetos de Extensão Encerrados
4 – Maio	José Iago	Objetivos e Atividades previstas dos Projetos de Pesquisa e Extensão então ativos
5 – Junho	Evelyn	Atividades do Programa de Extensão 2020-2021

6 – Julho	Janine	Atividades do Programa de Extensão 2020-2021
7 – Agosto	José Iago	Atividades do Projeto de Pesquisa
8 – Setembro	Luiz Phelipe	Atividades Planejadas até final de 2021
9 – Outubro	Dirceu Bruno	Entrevista com Profa. Edna Lindaura Luiz- UDESC
10- Novembro	Emanuel	Oficina de Capacitação: Pluviômetros Caseiros
11 – Dezembro	Luiz Phelipe	Oficina de Capacitação: Cartografia Social
12 – Janeiro 2022	Janine	Síntese das atividades do Programa de Extensão

Figura 8 - Capas de divulgação dos 12 podcasts produzidos pelo Programa de Extensão.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Vídeos

A elaboração dos vídeos seguiu uma ordem de assuntos e informações abordados também nos *Podcasts*, totalizando nove vídeos, pois foram iniciados posteriormente. Além de divulgados nas mídias sociais do LabRed, os vídeos foram disponibilizados no canal oficial do YouTube do LabRed (Figura 9). Conforme observado, no quadro elaborado com a lista dos vídeos produzidos (Figura 10), o primeiro – sobre o histórico do Laboratório desde sua criação – foi disponibilizado em maio de 2021, na voz do discente Dirceu Bruno.

Seguindo o cronograma, o segundo foi apresentado em junho pelo discente José Iago e versou sobre as atividades desenvolvidas pelo laboratório no final de 2018 e durante o ano de 2019.

Em julho, na voz do discente Luiz Felipe, o terceiro vídeo informou sobre as atividades até então desenvolvidas pelo programa de extensão no período 2020-2021. Em agosto, na voz do discente José Iago, o quarto vídeo apresentou o evento virtual realizado pelo LabRed nos dias 15 e 16 de junho de 2021. Em setembro, com a voz da discente Janine Pinheiro, o quinto vídeo tratou das atividades realizadas na área da Comunidade da Servidão dos Lageanos pelos Projeto de Pesquisa e Programa de Extensão vigentes.

O sexto vídeo, publicado pelo discente Dirceu Bruno no mês de outubro, ilustrou a entrevista realizada com a Profa. Edna Lindaura Luiz e que foi apresentada no *podcast* no mesmo mês. O sétimo vídeo, apresentado pela discente Janine Pinheiro em novembro, descreveu a Oficina de Pluviômetros Caseiros. O oitavo vídeo, publicado em dezembro, relatou a Oficina de Cartografia Social. O nono e último vídeo, apresentado pelo discente Emanuel Vodzik em janeiro de 2022, ilustrou a síntese das atividades realizadas pelo Programa de Extensão em 2020 e 2021.

Figura 9 – Imagem da Homepage do canal oficial no YouTube do LabRed



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Figura 10: Lista dos vídeos produzidos pelo Programa de Extensão em cada mês, contendo seus apresentadores e temas

Número do Vídeo e Mês de divulgação	Apresentador	Tema
1 – Maio	Dirceu Bruno	Origem do LabRed e Projetos Iniciais
2 – Junho	José Iago	Atividades do Programa de Extensão 2018-2019
3 – Julho	Luiz Phelipe	Programa de Extensão 2020-2021 - Parte 1
4 – Agosto	José Iago	1º Evento Virtual do LabRed
5 – Setembro	Janine Pinheiro	Atividades Realizadas pelos Projetos de Pesquisa e Programa de Extensão na Servidão dos Lageanos
6 – Outubro	Dirceu Bruno	Ilustração da Entrevista realizada com Profa. Edna Lindaura Luiz da Udesc
7 - Novembro	Janine Pinheiro	Oficina de Capacitação: Pluviômetros Caseiros
8 – Dezembro	Evelyn Lima Gonçalves	Oficina de Capacitação: Cartografia Social
9 – Fevereiro 2022	Emanuel Vodzik	Síntese das Atividades Realizadas pelo Programa de Extensão “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s 2020/2021 – 2º Edição”

1º Evento Virtual do Labred: Riscos dos Movimentos de Massas e Alternativas para o seu gerenciamento

Nos dias 15 e 16 de junho, o LabRed promoveu o evento intitulado “Riscos dos Movimentos de Massas e Alternativas para o seu Gerenciamento”, que foi transmitido pelas plataformas virtuais do *Google Meet* e *YouTube*, de forma gratuita e aberta ao público, mediante inscrição prévia pelo site *Even3*. Como ilustra o cartaz de divulgação (Figura 11), os convidados palestrantes foram, no dia 15, a Profa. Dra. Edna Lindaura Luiz, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que expôs sobre os “Processos do meio físico nas encostas de Florianópolis que representam ameaças à ocupação humana”, e o Dr. Eduardo Soares de Macedo, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, com o tema “Mapeamentos de riscos e sua inserção na gestão de riscos”. No dia 16, tivemos como palestrantes o Diretor da Defesa Civil de Florianópolis, Luiz Eduardo Machado, com sua fala intitulada “O sucesso está na urbanização”, e a Profa. Dra. Débora Olivato, do CEMADEN, que

discutiu sobre “A importância da participação social na gestão de risco e suas múltiplas possibilidades”.

Figura 11 – Cartaz de divulgação do Evento Virtual Risco dos Movimentos de Massas e Alternativas para o seu Gerenciamento, organizado pelo LabRed e captura de tela realizada durante apresentação do Diretor da Defesa Civil de Florianópolis, Luiz Eduardo Machado

Risco dos Movimentos de Massas e Alternativas para seu Gerenciamento
15 e 16 de Junho
Horário: 14h às 18h

Palestrantes:

Terça, dia 15 de Junho

Prof.ª Dra. Edna Lindaura Luiz FAED/UDESC
"Processos do meio físico nas encostas de Florianópolis que representam ameaças à ocupação humana."

Dr. Eduardo Soares de Macedo Instituto de Pesquisas Tecnológicas
"Mapeamentos de riscos e sua inserção na gestão de riscos."

Quarta, dia 16 de Junho

Diretor Luiz Eduardo Machado Defesa Civil Municipal de Florianópolis
"O sucesso está na Urbanização."

Prof.ª Dra. Débora Olivato CEMADEN
"A importância da participação social na gestão de risco e suas múltiplas possibilidades."

Inscrições: 20/05 a 14/06 no site: <https://www.event3.com.br/labredfaedudesc>

Este evento terá emissão de certificado com carga horária de 8h
A transmissão ocorrerá pela plataforma virtual Google Meets

Organização: LAB-RED, UDESC, FAED, Centro de Ciências Ambientais da Educação

Apoio: UDESC, FAED

Labred.udesc, LabRed udesc, @udesclabred

DADOS

Município	Quantidade (m²)	Custo (R\$ mil)
Morro da Gramma e Jagua	5.227,73	4.229.679,96
Morro do Caju/Chap. Toca Inocenta	2.882,85	1.558.531,89
Serra da	3.861,12	3.399.749,59
Morro Serral	7.724,79	2.488.232,89
Pedra Branca	1.473,20	1.803.818,89
Costão da Casa	38.836,26	3.777.294,59
Morro do 20	3.254,58	2.812.130,00
Morro do Morfê	4.718,68	3.412.382,00
Morro do São João e Montanhas	1.279,23	1.744.746,79
Serra Militar	8.029,90	4.875.376,90
TOTAL	98.038,98	35.044.743,93

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O debate teve início com a Profa. Dra. Edna Lindaura Luiz, que, primeiro, introduziu conceitos associados a riscos de desastres, pontuando as diferenças entre ameaça ou perigo, vulnerabilidade e risco no meio físico. Posteriormente, abordou a geomorfologia de Florianópolis, dando ênfase à formação do relevo, constituído, em sua maior parte, por morros e montanhas. Ela ressaltou que os fenômenos naturais associados com ações antrópicas acabam tornando esses locais propensos a desastres, como quedas e rolamento de blocos rochosos, escoamento pluvial concentrado de alta energia que causa inundações e erosões nas margens e nos leitos dos cursos d’água. Tudo isso ocorre devido à declividade das encostas e aos solos rasos.

Nosso segundo palestrante, o Dr. Eduardo Macedo, começou expondo uma linha do tempo com os registros de desastres causados por movimentos de massas no Brasil. Em seguida, contou que, ao perceber a precariedade e a falta de controle de qualidade nos es-

tudos sobre desastres, em 1988, junto ao IPT, iniciou a construção de um banco de dados sobre as mortes ocorridas nesses eventos e apresentou o modelo de abordagem utilizado pela Organização das Nações Unidas de Coordenação do Auxílio em Casos de Catástrofes – UNDRR. Para concluir, citou o modelo de gestão integral de riscos empregado pela Colômbia, que é separado em três linhas paralelas de atuação: há equipes responsáveis pelo mapeamento, análise e comunicação da ameaça; um grupo responsável pela fiscalização e um grupo responsável pela reabilitação e reconstrução das áreas atingidas.

As discussões sobre os modelos de gestão para o enfrentamento aos desastres causados pelos movimentos de massa foram amplas e extensas, com valiosas contribuições de membros da Defesa Civil de Santa Catarina, atores importantes na coordenação de ações para enfrentamento de desastres. Considera-se que esses momentos, nos quais se tem uma articulação e discussão entre estudantes, professores e profissionais da Defesa Civil, são oportunidades muito enriquecedoras.

No segundo dia, o Diretor Luiz Eduardo Machado iniciou sua fala resgatando o processo de ocupação nas encostas de Florianópolis nos últimos 10 anos e as intervenções realizadas pela equipe da Defesa Civil. De acordo com os quadros comparativos e as estatísticas a partir da Revisão do Plano Municipal de Redução de Riscos de Desastres 2012/2014, o número de acidentes envolvendo moradores diminuiu consideravelmente, chegando a zerar o número de mortes. Esses dados apontam o sucesso do investimento em infraestrutura de contenção e sua manutenção, visando proteger a população que reside nas áreas de encosta de Florianópolis.

A última convidada, a Prof. Dra. Débora Olivato, iniciou sua explanação com uma reflexão conjunta sobre a importância da participação social nas comunidades, trazendo palavras-chave como entendimento compartilhado, diálogo, construção de confiança e compromisso. Essa participação é considerada como um aspecto importante para a Gestão de Riscos de Desastres, constando em antigos Marcos históricos da RRD, como o de Hyogo e de Sendai, assim como também é apontada na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – Lei nº 12.608/2012. Aspecto que também foi ressaltado na

tese de doutorado da professora Débora, na qual a autora abordou a participação social na gestão de risco ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Indaiá, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo. Naquele espaço, as atividades foram de ensino-aprendizagem com a comunidade e divididas em duas etapas: a primeira consistiu na reunião comunitária e a segunda em curso realizado com as lideranças locais. A metodologia adotada demonstrou a viabilidade do levantamento de informações junto à população e a sistematização em prol da gestão de riscos na área de estudo.

Por fim, a Dra. Débora Olivato apresentou alguns programas do CEMADEN, como o Cemaden Educação, que desenvolve atividades com escolas e comunidades, dentre elas, a construção de pluviômetros caseiros (que são de baixo custo, feitos com garrafas PET), a cartografia social, a elaboração de cartilhas e visitas de grupos de escolas. Outro projeto é a Rede Educação para Redução de Riscos de Desastres do litoral norte de São Paulo (Projeto Rede ERR-D-LN) e a campanha em preparação #Aprender para Prevenir 2021, com o tema “Desastres aqui!? Como Prevenir?”, voltada a professores e estudantes de escolas do ensino fundamental II e ensino médio, com a criação e divulgação de vídeos do tipo TikTok.

O evento forneceu certificados aos participantes, com carga horária de oito horas, conferidos pela Direção de Extensão, Cultura e Comunidade da FAED/UDESC e pela coordenação do Programa da Extensão do LabRed.

Publicação e apresentação em evento acadêmico

A equipe do LabRed submeteu o artigo intitulado “Avaliação de Risco de Moradias na Servidão dos Lageanos, Serrinha, Florianópolis-SC: Estudo Preliminar” ao VII Congresso Nacional de Educação Ambiental (CNEA) e IX Encontro Nordestino de Biogeografia. O trabalho foi apresentado por José Iago no dia 18 de setembro de 2021. Essa publicação teve por objetivo apresentar a avaliação de risco a deslizamento realizado em sete moradias da Servidão dos Lageanos (CARNEIRO *et al.*, 2022). Para isso, foram realizadas três saídas de campo para mapeamento de risco, com base no Roteiro de Cadastro Emergencial de Risco de Deslizamento contido no capítulo 4 do livro

“Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios” do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT (BRASIL, 2007).

Os aspectos considerados foram os cortes das encostas que geram taludes íngremes, aterros lançados encosta abaixo, presença de blocos rochosos e lixo/entulho, tipo de vegetação, situação das águas servidas lançadas em superfície, bem como, drenagem superficial, além de sinais de movimentação, como trincas, degraus de abatimento, inclinação de árvores e muros e feições de movimentação ocorridas anteriormente no terreno. Após a interpretação dos dados coletados, determinou-se o grau de risco a que a moradia está sujeita. Das avaliações realizadas, três moradias foram classificadas de alto risco (R3), outras três com risco médio (R2) e uma com risco baixo (R1).

Oficina de capacitação: pluviômetros caseiros

A Oficina de Capacitação de Pluviômetros Caseiros foi realizada no dia 16 de outubro de 2021 com integrantes da Comunidade da Servidão dos Lageanos, no Bairro Serrinha, em Florianópolis-SC. Estavam presentes, além dos integrantes do LabRed, a liderança comunitária, Sra. Maria Lucelma de Lima, e outros três moradores da comunidade, totalizando dez pessoas, todas seguindo os protocolos de segurança sanitária. A ação se insere em colaboração com a Defesa Civil de Santa Catarina, que, em parceria com o Centro de Monitoramento de Alerta de Desastres Naturais, o CEMADEM, desenvolve o Projeto intitulado “Dados a Prova D’água ++”. Tal projeto foi coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Global Sustentável da Universidade de Warwick, do Reino Unido, e pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, do Brasil.

O objetivo do projeto foi primordial para a criação e o desenvolvimento de um aplicativo móvel para promover melhor monitoramento e resiliência em áreas suscetíveis a processos hidrológicos e/ou geológicos, ou seja, os que são deflagrados por intensas ou longas chuvas. Para a validação desse aplicativo, foram utilizados dados de chuvas coletadas por integrantes de escolas e de comunidades em áreas de risco. O papel do LabRed foi o de apresentar o projeto e instruir sobre a coleta de dados na Comunidade da Servidão dos Lageanos.

A oficina de confecção de Pluviômetros Caseiros iniciou-se com a explicação do projeto e a distribuição de um “folheto informativo ao participante”, contendo todas as informações necessárias e contato dos coordenadores e responsáveis. Salientou-se, também, a questão do sigilo dos dados pessoais de cada participante e a importância do aceite em participar desse projeto. Dispondo dos dados, foi esclarecido que, para realização do monitoramento, haveria a necessidade de que cada participante efetuasse a leitura diária e ininterrupta das chuvas no período de um mês. A partir desse momento, foi solicitada a concordância na participação, obtendo aceite de cinco moradores, atendendo à solicitação de cinco pontos de coleta de dados.

A confecção dos pluviômetros com garrafa PET e sua instalação foram realizadas pelos integrantes do LabRed presentes (Figura 12), seguindo um protocolo. Os materiais utilizados foram os seguintes: uma garrafa PET reta e lisa de dois litros, tesoura, fita adesiva transparente e régua de 30 cm. Alguns cuidados seguidos para a correta instalação e melhor resultado na coleta dos dados foram: ser local aberto de, no mínimo, três metros de diâmetro de qualquer obstáculo ou barreira que viesse a interferir na entrada da água da chuva no pluviômetro. Os pluviômetros caseiros foram instalados perto da residência dos participantes. Por um período de 30 dias, os participantes realizaram a leitura, sempre no mesmo horário, e anotaram na planilha disponibilizada, preenchendo-a com os seguintes dados: data, hora da coleta, quantidade de chuva acumulada em 24 horas em milímetros. Mesmo na ausência de chuva, foi explicado a importância do registro. Após cada leitura, os participantes foram orientados a esvaziar o pluviômetro até a marca zero da régua para a próxima leitura, reposicionando-o no mesmo local. No caso do participante que, por algum motivo, não pudesse fazer o registro diário, foi-lhe solicitado que fizesse um traço para indicar essa impossibilidade. O objetivo da oficina foi alcançado com os cinco pluviômetros confeccionados e instalados com membros da comunidade comprometidos em realizar a leitura. Em função de limitações do aplicativo criado – Expo, os dados ainda não foram inseridos, o que será efetuado em breve. Certificados foram entregues aos participantes após o preenchimento da planilha de dados.

Figura 12: Registro fotográfico de um dos pluviômetros caseiros instalados



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Oficina de capacitação: cartografia social

A equipe do LabRed construiu uma oficina de Cartografia Social executada no dia 29 de novembro na mesma comunidade. Estavam presentes seis integrantes do LabRed e sete moradores da comunidade, totalizando treze pessoas. Assim como nos encontros anteriores, os protocolos de segurança sanitária foram seguidos. O objetivo foi sensibilizar a comunidade sobre os riscos e as vulnerabilidades socioambientais, a fim de mitigar os riscos de desastres por meio da construção de mapas participativos elaborados pelos próprios mo-

radores. A atividade proporcionou maior aproximação e troca de conhecimentos entre a comunidade e a equipe do LabRed, por meio de diálogo incentivando a reflexão das potencialidades e fragilidades do local onde vivem.

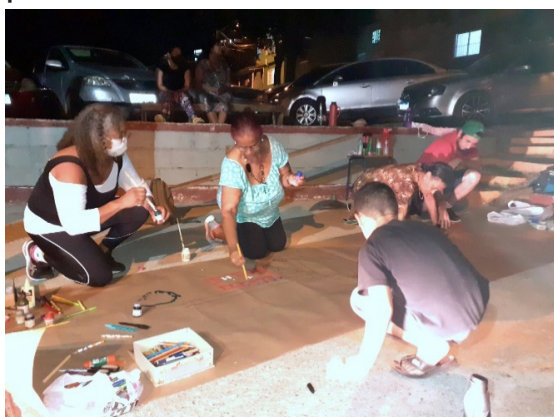
Após a apresentação de cada um dos que estavam no encontro, foi exposto o conceito de Cartografia Social e a importância da participação popular para sua realização, momento marcado por relatos e trocas de saberes de cada integrante da comunidade presente. Para a criação dos mapas, foram utilizados os seguintes materiais: papel pardo, tinta guache e pincéis, lápis de cor, canetinhas e giz de cera. Os participantes decidiram dividir o papel pardo em duas partes, ilustrando, na primeira, a visão atual dos moradores sobre a comunidade, resgatando suas memórias e construindo o mapa por meio de desenhos e símbolos (Figura 13). Nesse primeiro mapa, foram apontados os seguintes problemas atuais da comunidade: lixo, esgoto, iluminação, baixa participação coletiva, falta de consciência coletiva e problemas relacionados à drenagem pluvial e organização do estacionamento da comunidade. A segunda parte do papel pardo foi destinada à visão de futuro, ou seja, aquilo que os participantes gostariam de ter ou melhorar na comunidade, também expressa por meio de desenhos e símbolos. Nesse segmento, foram incluídas, na praça, redes de drenagem mais eficazes e redes de energia e, por fim, foram citadas as ações para a comunidade, como uma Horta Comunitária e atividades de educação ambiental. Finda a confecção dos mapas, foi realizada uma roda de conversa com os moradores participantes para expor sobre os itens ilustrados, a partir de suas visões sobre o presente e o futuro que gostariam de construir para a comunidade. Em seguida, por iniciativa dos moradores, foram incluídos, além dos seus nomes nos mapas, nomes dos atores que contribuíram para a construção, melhorias e consolidação da comunidade.

A partir de uma análise conjunta feita pelos integrantes do LabRed, foi considerado que a Oficina de Cartografia Social atingiu seu objetivo, proporcionando uma troca de conhecimentos, ideias e saberes. Essa integração materializada simboliza, mesmo que pequena, uma coesão social importante para o desenvolvimento de ações futuras que consolidam maior segurança e proteção contra os Riscos de Desastres. De forma específica, é importante considerar e obser-

var que ficou clara a visão dos moradores sobre a espacialização e os agentes do meio físico e social que promovem os desastres.

Por fim, é possível observar que o resultado revelou a preocupação coletiva em relação à questão individual das moradias, sendo que o espaço que teve um amplo destaque foi o da praça da comunidade. Embora revele um valor considerável para a coletividade dos moradores, sabemos que os perigos das moradias individuais constituem, também, um problema coletivo, pois, na medida em que um evento, como um deslizamento, se desencadeia em uma moradia, ele afeta as demais ao redor da encosta. Essas análises incentivam a equipe do LabRed a continuar planejando e preparando novas oficinas de capacitação para aplicar futuramente.

Figura 13 - Construção de mapa na oficina de Cartografia Social e parte do seu resultado final



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Cursos de formação de Nupdec's, simulado e formatura

Embora não previsto no programa de extensão, no fim do ano de 2021, foram instituídos dez Núcleos de Proteção e Defesa Civil pela Defesa Civil de Florianópolis nas seguintes comunidades ou bairros: Arvoredo, Costeira do Pirajubaé, Monte Serrat, Morro do Mosquito, Morro da Queimada, Morro da Mariquinha, Ponta das Canas, Santa Mônica, Serrinha e Rio Vermelho. Para implementação desses Nupdec's, foi ministrado um curso de cinco aulas para cada comunidade, com os seguintes conteúdos e na ordem: 1) Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – Lei 12.608/2012; 2) Plano Familiar de Emergên-

cia; 3) Noções de Primeiros Socorros; 4) Percepção de Riscos Geológicos e Risco em Edificações Vulneráveis e 5) Lixo como Potencializador de Desastres. A organização, o planejamento das aulas/encontros, bem como o contato com membros das comunidades foram realizados pelos organizadores responsáveis da Defesa Civil Municipal, o diretor Luiz Eduardo Machado e Samuel Vidal, que gentilmente fizeram convite para a participação do LabRed. Embora estivéssemos com outras atividades, sempre que possível, houve apoio e representação, o que fortaleceu a parceria com a referida Instituição e o planejamento e a participação em ações futuras. Os ministrantes das aulas foram os próprios organizadores, com exceção da aula de primeiros socorros, que foi ministrada por Sidnei Santos e Charles Schnor, voluntários da Defesa Civil de Florianópolis.

Além do curso para a formação de Nupdec's, a instituição também formou, ao mesmo tempo, o grupo de voluntariado e ambos tiveram como atividade prática um simulado de desastre, que foi realizada no dia 11 de dezembro de 2021, às 8h, na Comunidade da Servidão dos Lageanos, na Serrinha, em Florianópolis/SC. Além dos grupos de voluntariado e dos Nupdec's, da Defesa Civil de Florianópolis e de Santa Catarina, fizeram parte do evento a Fundação Somar, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Prefeitura de Florianópolis, o Corpo de Bombeiros, a Guarda Municipal e a Polícia Militar (Figura 14). Esse simulado teve por objetivo instruir a comunidade sobre o tempo de resposta de emergência, como evacuação, chegada ao ponto de encontro e sintonia entre os membros envolvidos das instituições participantes. Foram mais de 50 famílias evacuadas dos locais de risco após a sinalização. Três vítimas foram resgatadas em diferentes lugares e contextos, sendo utilizado até mesmo um cão treinado em resgate dos Bombeiros para encontrar vítimas. O dia foi finalizado com agradecimentos à participação de todos, acompanhado de um café oferecido pela equipe da Defesa Civil (Figura 15).

Figura 14: Registros Fotográficos de duas direções do momento da fala do Cel. Araújo Gomes, Secretário Municipal de Segurança Pública, ao lado de Samuel Vidal, à esquerda, e do atual prefeito, Topázio Silveira Neto, na ocasião representando a prefeitura como vice-prefeito



Figura 15: Registro fotográfico do momento da fala do Cel. Araújo Gomes no encerramento do Simulado



Fonte: Acervo dos autores (2021).

A formação foi completada com uma Cerimônia de Formatura e a entrega de certificado a cada um dos voluntários do Grupo de Voluntariado e os pertencentes a cada um dos dez Nupdec's, ação realizada no dia 15 de dezembro de 2021 no Auditório da OAB, em Florianópolis (Figura 16).

Figura 16: Registro Fotográfico da Cerimônia de Formatura dos Voluntários de Defesa Civil e dos membros do Nupdec no dia 15 de dezembro de 2021 no auditório da OAB



Considerações finais

Mesmo com a pandemia de Covid-19, a 2ª Edição do Programa de Extensão Capacitações para Voluntários de Nupdec's foi muito exitosa, pois, além de atingir todos os objetivos propostos e executar os projetos planejados, foi criado um projeto que proporcionou alcance ainda não obtido de divulgação das ações do LabRed. A produção de vídeos e *podcasts* informativos constituiu um considerável avanço na comunicação.

Mesmo com a dificuldade inicial de relação com a comunidade, a atenção e a comunicação foram constantes, o que oportunizou um rápido desenvolvimento das ações no final do ano de 2021.

Com a boa articulação no ensino e na pesquisa, excelentes resultados foram obtidos, dentre eles conhecer o contexto dos moradores da comunidade da Servidão dos Lageanos através do questionário, o que se constituiu nova forma de Sensibilização dentro da Metodologia Integrada e Participativa de GRRD (Gestão Comunitária em Redução de Riscos de Desastres).

Quanto ao evento virtual, que foi também um desafio, no fim dos dois dias enriquecedores, ficou evidente a importância da atuação de diferentes áreas do conhecimento de maneira articulada para o enfrentamento aos desastres causados pelos movimentos de massa, desde os estudos dos processos do meio físico, com a especialização e o mapeamento de risco em escala de detalhe, passando pe-

las importantes medidas preventivas estruturais, como as obras de contenção – única forma de prevenção ou mitigação de desastres em áreas de risco com avançada ocupação – até as medidas preventivas não estruturais com envolvimento da comunidade, de forma a desenvolver a cultura de risco para o levantamento de dados e seu monitoramento contínuo.

Por fim, o excelente resultado da aplicação das oficinas de capacitação foi revelado pela escolha, entre tantas outras, da Comunidade da Servidão dos Lageanos, que serviu de palco para a elaboração do Simulado de Resposta a Emergências.

Referências

BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo – IPT. **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. CARVALHO, C. S.; MACEDO, E. S. de; OGURA, A. T. (Orgs.). Brasília: Ministério das Cidades; IPT, 2007.

CARNEIRO, J. I. *et al.* Avaliação de risco de moradias na Servidão dos Lageanos, Serrinha, Florianópolis-SC: estudo preliminar. *In*: Congresso Nacional de Educação Ambiental, 7, Encontro Nordestino de Biogeografia, 9, 2021. Educação Ambiental - uso, manejo e gestão de recursos naturais, Ituiutaba-MG: **Barlavento**, 2022, p. 680-692.

SAITO, S. M. **Dimensões socioambiental na Gestão de Risco dos Assentamentos Precários do Maciço Morro da Cruz, Florianópolis-SC**. 2011. 252 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CAPÍTULO 07

O PROGRAMA DE EXTENSÃO NOVOS E VELHOS MIGRANTES: REGISTROS DE MEMÓRIA NA PERIFERIA URBANA

**Francisco Canella
Evelyn Lima Gonçalves
Rosane Talayer de Lima**

O Programa de Extensão Novos e Velhos Migrantes: Cidadania, Diversidade e Educação, realizado durante os anos de 2020 e 2021, teve como característica principal propor ações junto a populações vulneráveis na Grande Florianópolis. Seu objetivo geral foi “desenvolver ações de extensão em áreas de periferia urbana da Grande Florianópolis que possibilitem a difusão de saberes e práticas relacionados à memória, diversidade e cidadania, favorecendo com isso o diálogo intercultural entre a Universidade e grupos populares vulneráveis”.

Três projetos compuseram o Programa: Memórias do Monte Cristo; Novos olhares sobre a cidade e Diálogo intercultural e português como língua de acolhida. Esse último projeto, coordenado pela professora Gláucia de Oliveira Assis, foi planejado para ser implementado junto a migrantes internacionais nas localidades de periferia urbana onde já se desenvolviam os dois outros projetos. Planejava-se atividades conjuntas, propiciando encontros entre a população mais antiga do bairro (majoritariamente de origem migrante) com os novos moradores da área – migrantes provenientes de diferentes países (principalmente Haiti e Senegal). No entanto, em razão da pandemia de Covid-19, as aulas de português não puderam ser ministradas de modo presencial, razão pela qual a tão desejada articulação entre os projetos não ocorreu. Por esse motivo, o presente capítulo enfoca as duas ações que estiveram mais articuladas no trabalho com a população mais antiga da periferia, projetos que se concentraram em torno de questões relacionadas à memória e ao olhar de

moradores e moradoras de bairros periféricos. De todo modo, cabe ressaltar que a equipe de extensão, nas três ações que formaram o Programa, compartilhou o entendimento de que as experiências de extensão devem proporcionar a conexão do conhecimento científico produzido na universidade com a realidade vivida.

O objetivo deste capítulo, portanto, é relatar a experiência de discentes e docentes no Programa de Extensão. Pretende-se mostrar como o trabalho com memória, ao ser articulado com experiências sociais vivenciadas por atores coletivos, pode ter como resultado iniciativas que contribuam com novas percepções e com práticas associativas desses atores, favorecendo o exercício da cidadania e da luta por direitos, promovendo o surgimento de novas lideranças e servindo como referência para novas ações coletivas.

As ações do Programa desenvolveram-se, inicialmente, no bairro Monte Cristo, recontando a história de comunidades que formaram, a partir de lutas coletivas, a periferia urbana da Grande Florianópolis, tema de pesquisas desenvolvidas por docentes da UDESC. As atividades consistiam na busca de registros documentais e fotográficos do cotidiano e das lutas sociais que estavam guardados pelos moradores. Na verdade, essas atividades aconteceram em continuidade ao projeto desenvolvido em edição anterior, o Projeto Território popular: registro, memória e participação no Bairro Monte Cristo (CANELLA; COSTA; LIMA, 2020)¹.

A partir de um contato mais estreito com moradores da comunidade (em especial com a Casa Chico Mendes), a equipe dedicou-se à organização de um acervo de documentos impressos, material audiovisual, objetos, livros e teses que registraram a história do bairro, além da realização de exposições com o material coletado.

A fotografia como documento de memória

A partir da organização do acervo da Casa Chico Mendes, percebe-se a fotografia como “[...] vestígio capaz de construir memórias, sendo um fragmento do passado ali representado consolidando-se como documento em representar visualmente determinado acontecimento”.

¹ As atividades desenvolvidas nas edições aqui relatadas foram realizadas com recursos do Programa de Apoio à Extensão (PAEX) e com o dedicado apoio da equipe da Direção de Extensão da FAED, a quem expressamos os nossos agradecimentos.

tecimento”. (LIMA, 2022). A fotografia tem o poder de suscitar emoções, evocar e ampliar as memórias mediadas por corporeidades coetâneas que estiveram presencialmente no passado, as quais forjam os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1990).

Figura 1 - Luta por Moradia



Fonte: Acervo Labgef (2021).



Fonte: Acervo Labgef (2021).

Os materiais referidos são registros da construção do bairro, da evolução e trajetória de seus moradores e seu cotidiano. Com a construção do acervo junto a lideranças e moradores, o projeto buscou, nas lutas históricas, dar visibilidade às formas de organização do passado que dialoguem e promovam a capacidade de construir unidades de interesse para a formação, as lutas e a organização do bairro. Trata-se de experiências passadas que foram acolhidas no presente, como acontece durante as exposições, em que a fotografia transpassa em significados por meio da memória espacial e da fusão de imagens.

Figura 2 - Exposição do acervo no Encontro das Ocupações na UFSC



Fonte: Rosane Lima (2021).

Nesse contexto, é importante observar, que o trabalho de memória também deu visibilidade à história da extensão universitária da FAED/UDESC. Muitas das fotografias que fazem parte do acervo, e que foram divulgadas em exposições, são registros produzidos por lideranças, por crianças e adolescentes em oficinas coordenadas por docentes e bolsistas.

Tais iniciativas devem ser compreendidas como parte de uma luta pela narrativa sobre a história da cidade, dando visibilidade às

lutas sociais que ocorreram (e que ocorrem) no espaço da cidade. Nas disputas de narrativas sobre a cidade, essas ações evidenciam, por imagens e por registros do passado, como espaços foram transformados em lugares e como esses lugares se construíram por meio de personagens populares que enfrentaram os poderes instituídos na cidade. Revelam, com isso, um passado que tem sido ocultado por uma narrativa de *city marketing*, cujo interesse é vender a cidade como paraíso turístico, sem conflitos, sem pobreza, sem desigualdade – dimensões trazidas pela história do bairro Monte Cristo (CANELLA, 2020). Nesse envolvimento com a história vivida pelos moradores a partir do contato cotidiano, em busca de seus registros e trazendo à luz suas memórias, conferindo visibilidade pública a uma história não contada, é que reside o compromisso social que essas ações de extensão procuraram consolidar.

Ampliando a ação: a ocupação Marielle Franco

A partir de 2021, com o mesmo compromisso já sinalizado, o trabalho de extensão ampliou-se para outros espaços periféricos da cidade. Espaços nos quais seus moradores e moradoras reivindicavam moradia digna, seguindo o percurso dos pioneiros do bairro Monte Cristo. Nesse quadro com dificuldades no contato cotidiano do bairro Monte Cristo, o que impossibilitava a continuidade do trabalho de coleta de material e de realização de exposições, o projeto voltou-se para esses moradores que, pressionados pela necessidade, se colocavam publicamente. Áreas de conflito, com pessoas que, sem ter condições de pagar aluguel, ocupavam terrenos urbanos, formavam novas comunidades e passavam a se organizar para evitar ações de despejo.

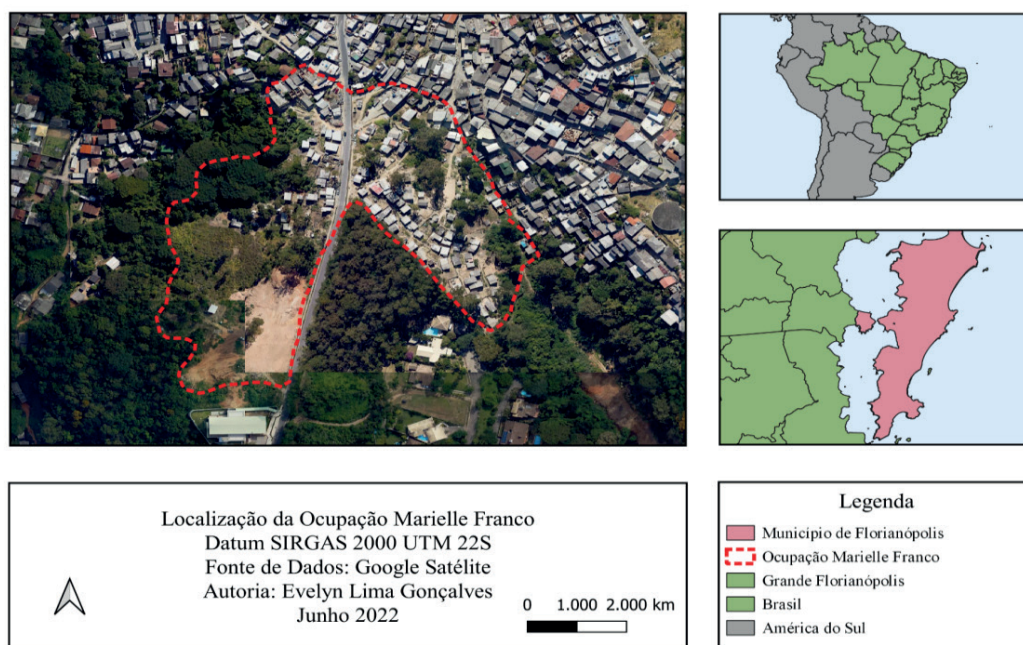
Diante da grave situação de moradia que se presenciava na cidade, agravada ainda mais pela pandemia, impôs-se a necessidade de entender o contexto e promover a reflexão sobre a história e as condições atuais referentes ao processo de luta por moradia; os fatores e as necessidades da luta por um lar e um lugar para a família morar; o direito à moradia, a uma vida com qualidade, com condições mínimas de saneamento básico, educação, segurança; o direito à cidade. Também, se fez necessário compreender a luta como meca-

nismo imprescindível para organizar e promover o protagonismo dos moradores. Afinal, uma das ideias que vinha conduzindo o trabalho de extensão residia no reconhecimento da memória como ato presente. A importância de trazer a reflexão para os dias contemporâneos, nas continuidades e rupturas de mais de 20 anos de lutas por moradia, colocou-se como premente diante de novos personagens que irromperam na cena pública da cidade.

No alto da Caeira, em uma região central da Ilha de Santa Catarina, no morro da Serrinha, está a Comunidade Marielle Franco. A área dessa comunidade situa-se próxima à antiga ocupação Palmares, que não mais existe, pois acabou sendo despejada. Localizada na rua General Vieira da Rosa, no bairro Carvoeira, região do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, SC, a ocupação Marielle Franco vem crescendo cada dia mais. Ela é fruto de muita luta e resistência, hoje organizada como parte do movimento de luta por moradia na Grande Florianópolis, que, em seu nome, homenageia a ativista social assassinada no Rio de Janeiro e que deixou como legado a sua resiliência, resistência e luta por justiça social.

Figura 3 – Localização da Ocupação Marielle Franco

Localização da Ocupação Marielle Franco



Fonte: Google Satélite (2022).

Como sua localização é próxima à Universidade Federal de Santa Catarina e aos bairros centrais, proporcionando aos moradores o acesso a serviços básicos e a oportunidades de trabalho, tornou-se um forte elemento de atração para todos, tanto novos moradores quanto para o setor imobiliário. No início, era uma área de terra não ocupada por moradias, existindo, apenas, algumas plantações de eucalipto e muita vegetação rasteira. O surgimento da ocupação Marielle Franco ocorreu de forma lenta e gradual, de acordo com relatos dos moradores mais antigos.

Por conta da pandemia de Covid-19, houve grande aumento da ocupação, mas o poder público já não consegue mais realizar o cruel ato de despejo e demolição em razão da Lei Federal conhecida como Despejo Zero, uma conquista nacional de movimentos que lutam pelo direito à cidade. Antes da pandemia, estimava-se 120 famílias, em 2022, estima-se 250 famílias, o que começou a gerar uma formação de maneira individualizada e sem um planejamento coletivo (DIAS, 2022). Em decorrência de sua expansão, essa ocupação acaba sendo alvo de intervenções sistemáticas por parte da Prefeitura Municipal, tornando o sonho de uma moradia estável muito distante.

Comunidade Marielle Franco



Fonte: Evelyn Lima Gonçalves (2021).

Comunidade Marielle Franco



Fonte: Evelyn Lima Gonçalves (2021).

O legado do Programa

As ações desenvolvidas pelo Programa Novos e velhos migrantes deixa como legado a continuidade de suas ações em áreas da periferia urbana de Florianópolis. Outra importante iniciativa que começou a ser construída em 2021 foi o aprofundamento da articulação da extensão com a pesquisa. Foram realizadas entrevistas com os moradores e moradoras da comunidade Marielle Franco, incluindo, no acervo sobre a memória da periferia urbana da Grande Florianópolis, registros de suas histórias de vida. Por meio delas, será possível compreender suas vivências e as mobilizações coletivas, a evolução da paisagem do bairro, o cotidiano de seus moradores e moradoras, disponibilizando, desse modo, um rico material para pesquisas futuras.

No Programa que sucedeu ao “Novos e velhos migrantes” está sendo realizada uma coleta de dados sociodemográficos e educacionais, em parceria com a pesquisa “As lutas por moradia e a participação das mulheres: histórias de vida de lideranças em Florianópolis e Lisboa”, coordenada pelo professor Francisco Canella, e o PETGeo, coordenado pela professora Vera Lúcia Nehls Dias.

A aplicação desse *survey*, tão importante para as atividades de pesquisa, só está se tornando possível em razão da inserção oportu-

nizada pela extensão – o apoio e a confiança das lideranças são fundamentais para o bom encaminhamento desse tipo de coleta de dados. Exemplo disso é a recente parceria com o LABRED², por meio da qual estão sendo planejadas ações (tais como oficinas e cartilhas) para a prevenção em áreas de risco. Além do mais, os resultados do *survey* irão permitir melhor planejamento das atividades de extensão, uma vez que os programas terão mais clareza sobre o perfil das famílias moradoras da área e sobre as suas necessidades. Nesses trabalhos de coleta de dados, os registros fotográficos e o contato com os moradores e moradoras prosseguem na comunidade.

Também continua sendo atualizada a página do Instagram “Memórias da Luta por moradia”, com publicação de antigas fotos do desenvolvimento das comunidades e de depoimentos anônimos retirados das entrevistas. Ao trazer à luz as histórias das pessoas que coletivamente construíram esses bairros, a equipe de extensão acredita estar contribuindo para a reflexão sobre a vida das comunidades de periferia no tempo presente, muitas delas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso porque, a cidadania é construída nas lutas cotidianas, e tornar pública suas memórias é também compromisso daqueles que atuam, pensam e sonham com uma cidade melhor como um direito de todos e todas.

Houve algumas dificuldades ao longo do projeto em decorrência da pandemia de Covid-19, que impossibilitou maior aproximação junto à Comunidade Marielle Franco para os trabalhos propostos. Todavia, com o retorno à normalidade, a equipe deu continuidade ao Programa, passando, também, a elaborar cartilhas e materiais educativos sobre métodos de reciclagem, ecologia e direito à moradia.

A participação no “Programa Territórios populares: cidadania, diversidade e educação 2021”, projeto realizado na Comunidade Marielle Franco, foi uma experiência muito positiva para quem dela participou, envolvendo muito aprendizado e, mesmo com as dificuldades geradas por conta da pandemia, conseguimos criar uma forma de nos adaptar e transformar as atividades para melhor entendimento do assunto pelos bolsistas e moradores da Comunidade, citando, como exemplos, a criação de um banco de dados no Instagram para

2 Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres, coordenado pela professora Amanda Cristina Pires.

o registro e divulgação da história da luta por moradia em Florianópolis. Além disso, o aprendizado sobre como é trabalhar em comunidade vulnerável e entender suas vivências tem sido de grande relevância para a formação de futuros profissionais das áreas de Pedagogia, Geografia, História e Biblioteconomia.

Considerações finais

O Programa aqui descrito tem buscado o diálogo com aqueles atores coletivos que resistem e lutam por direitos sociais e por melhorias nas políticas públicas. Ao mesmo tempo, pretende, com suas ações, contribuir para que as áreas de periferia urbana – sejam as mais antigas e consolidadas sejam as novas áreas de ocupação irregular – ganhem qualidade de vida, fortaleçam as próprias iniciativas e organizações, podendo, assim, reivindicar investimentos mais concretos, como projetos de habitação social, criação de áreas públicas de lazer e investimentos em saneamento básico.

Importante ressaltar que os projetos devem ser pensados em dinâmicas coletivas, partindo dos próprios moradores, e se apresentar de forma multidisciplinar, dimensão que tem estado presente na composição do grupo que realiza a extensão. É de suma relevância a participação popular em tais projetos para que, por meio dela, os principais anseios da comunidade consigam ter expressão. A aposta tem sido que o trabalho com os registros de memória e o diálogo com o olhar dos moradores e moradoras possa fortalecer o sentimento de pertencimento coletivo na comunidade.

Nessas considerações finais, não poderíamos deixar de dedicar algumas palavras ao projeto “Diálogo intercultural e português como língua de acolhida”, que também compôs o conjunto de ações do Programa. Em comum com as outras ações, houve o forte sentido de trabalhar os direitos daqueles que ainda não são reconhecidos como cidadãos plenos de direitos, embora vivam, trabalhem e construam a riqueza da cidade e do país. As aulas do curso de português como acolhida (ação que prossegue a partir de 2022 como um programa específico) têm permitido a certificação necessária para aqueles imigrantes que ainda não conquistaram o seu direito à cidadania brasileira.

Finalmente, cabe ressaltar o relevante papel da extensão na formação de estudantes de graduação que, a partir de suas específicas áreas de conhecimento, têm a oportunidade de conhecer e interagir com uma realidade social que dificilmente pode ser compreendida apenas a partir das atividades regulares de ensino. Além do mais, possibilita a interação com outros atores sociais, como lideranças comunitárias, ativistas de movimentos sociais e organizações não-governamentais e com outras áreas e níveis acadêmicos. Ao se articular com atividades de pesquisa, o convívio com pesquisadores de pós-graduação é intensificado, além de ocorrer um intercâmbio entre diferentes áreas de conhecimento, contribuindo para uma formação multidisciplinar.

Referências

CANELLA, F.; COSTA, J. A. da.; LIMA, R. T. de. A experiência do projeto Território Popular: registro, memória e participação no bairro Monte Cristo 2018/2019. *In*: MARTINS, R. E. M. W.; DIAS, J. (Orgs). **Percursos das ações extensionistas da FAED/UDESC 2018-2019**. Campo Grande: Inovar, 2020.

CANELLA, F. Os movimentos de luta pela moradia em Florianópolis. *In*: PEREIRA, El. M.; DEBIASI, R. E. (Orgs). **Movimentos sociais e resistência no Sul do Brasil**. Curitiba, Appris, 2020.

CORRÊA. C. H. C. S. **Transcaieira**: recontextualizando o maciço do Morro da Cruz. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura). Departamento de Arquitetura. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

DIAS, V. L. N. *et al*. Ocupação Marielle Franco: Florianópolis-SC para quem? **Chão Urbano**, [S. l.], ano 22, n. 2, mar./abr. 2022.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

LIMA, R. T. **Fotografia documento para fins de memória**: acervo fotográfico do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/SC. 2022. 58 f, TCC (Graduação em Biblioteconomia). Departamento de Biblioteconomia – Gestão da Informação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC

CAPÍTULO 08

CONSTRUIR E PARTILHAR HISTÓRIAS AFRICANAS E INDÍGENAS II: OFICINAS DIDÁTICAS E REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

Cláudia Mortari

Carol Lima de Carvalho

Luisa Tombini Wittmann

Kally Cassiani Costa Trevisan

Mariane Schmitz de Souza

Marina de Moraes dos Santos

Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano

Victor Leonardo da Silveira

Willian Felipe Martins Costa

INTRODUÇÃO

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim. (hooks, 2013, p. 85-86)

As palavras de bell hooks escolhidas para a abertura deste texto expressam os pressupostos que fundamentam as reflexões e o desenvolvimento dos projetos realizados no âmbito do AYA Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (FAED/UDESC). Para nós, a construção de teorias se faz a partir de práticas refletidas visando a produção de conhecimentos libertadores e emancipadores numa postura epistemológica e política de combate ao epistemicídio¹.

¹ O epistemicídio, uma das marcas do racismo, fundamenta a construção do “outro” como não-ser como fundamento do ser. Nesse sentido, populações africanas, afro-diaspóricas e in-

É nessa perspectiva que durante o biênio de 2020 e 2021, marcado pela pandemia da Covid-19 que ceifou a vida de cerca de 670 mil pessoas no Brasil devido a uma política genocida do governo federal, nós, bolsistas, professoras e pesquisadores/as vinculados/as ao laboratório, nos conectamos pelas telas do computador e trabalhamos através de reuniões, grupos de estudos, pesquisas e organização de materiais para desenvolver as atividades previstas do Programa de Extensão Histórias Africanas e Indígenas: olhares e práticas na educação². O objetivo central do programa consistiu, na interlocução com as lutas dos movimentos negros e indígenas no Brasil, em contribuir para a implementação das Leis Federais 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 11.645/08 (BRASIL, 2008) e suas Diretrizes correspondentes³. Partimos do posicionamento de que o (re)conhecimento de histórias e culturas plurais africanas, afro-diaspóricas e indígenas é imprescindível para o descentramento do eurocentrismo, enfrentamento do racismo, do historicídio, do epistemicídio e o alargamento de reflexões para a produção do conhecimento histórico suleado e multidisciplinar, ancorado na perspectiva dos campos teórico-práticos pós-colonial, decolonial e afro-diaspórico. Nessa perspectiva, partimos do princípio de que a proposição de uma educação para a decolonização de corpos, memórias e saberes precisa considerar e incorporar formas diversas de ver, viver e narrar o mundo.

O programa foi pensado e originalmente composto por três projetos: “Narrativas africanas e indígenas e o ensino de história”, voltado para a produção de material didático a partir da perspectiva de aulas-oficinas para a rede de ensino fundamental; “Histórias africanas e indígenas: epistemologias e saberes em diálogo”, que propunha a publicação de um E-book com produções advindas de intelectuais africanos, afro-diaspóricos e indígenas direcionado a professores(as) e estudantes do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos da rede de ensino e demais interessados; “Curso de Forma-

dígenas são vistas como não cognoscentes, resultando na sua exclusão e subalternização. Esse processo se caracteriza, também, pela ocultação das contribuições culturais, sociais e epistemológicas dessas populações, por não se enquadrarem nos padrões culturais eurocentrados/coloniais (CARNEIRO, 2005).

- 2 Por essa razão, inclusive, optamos por construir este texto, coletivo e colaborativo, com todas as pessoas envolvidas nas atividades ao longo desses dois anos.
- 3 Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Diretrizes de 2004) e as Diretrizes Operacionais para Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica (Diretrizes 2016).

ção Continuada: Histórias e narrativas africanas e indígenas”, que visava o oferecimento de formação continuada presencial a professores e integrantes de movimentos sociais, com foco nas temáticas africana, afro-diaspórica e indígena⁴.

As reflexões e os relatos de experiências apresentados a seguir dizem respeito aos dois primeiros projetos, apontando os desafios e as potencialidades do exercício de uma educação histórica antirracista voltado para a construção de epistemologias na interlocução com indígenas, africanos/as e afro-diaspóricos/as, buscando contribuir para alterar um cenário hegemônico sobre o que significa produção de conhecimento. Ainda que os projetos tenham sido idealizados em seu caráter extensionista, as práticas e reflexões que guiaram a produção do material produzido estão indissociáveis das atividades dos projetos de pesquisa desenvolvidas no âmbito do laboratório e das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, qualificando a formação dos/das bolsistas extensionistas e contribuindo para a difusão do conhecimento entre profissionais, principalmente, da educação⁵.

DIÁLOGOS SENSÍVEIS E NARRATIVAS INSURGENTES

A proposta do projeto “Histórias africanas e indígenas: epistemologias e saberes em diálogo” consistia na produção e publicação de um e-book resultante da realização de um evento promovido pelo AYA em 2019⁶.

- 4 O Curso de formação foi inicialmente planejado para ser realizado no formato presencial. Mesmo que a pandemia tenha resultado na adoção de atividades de ensino remota nos mais diversos níveis de ensino, optamos por não oferecer no formato online devido à sobrecarga do trabalho de professores(as) da rede pública com horas dedicadas à preparação de materiais e aulas online. O curso está previsto para ser ofertado na nova edição do Programa para o biênio 2022 e 2023.
- 5 Portanto, o Programa vem ao encontro do que é proposto pelo Plano Nacional de Extensão universitária, especificamente no que se refere a duas questões: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a relação dialógica com a sociedade.
- 6 1º Encontro Pós-colonial e Decolonial (EPD): “Diálogos Sensíveis: produção e circulação de saberes diversos”, ocorrido na FAED/UDESC entre os dias 23 e 25 de outubro de 2019. O evento contou com a presença de mais de 500 pessoas de diferentes campos do conhecimento, do Brasil e do exterior, em Rodas de Conversas (Mesas Redondas), Diálogos Contemporâneos (Conferências), Simpósios Temáticos, Lançamentos de Livros, Atividades Culturais e Feira de Economia Solidária. Esteve presente um público amplo e plural de centenas de pessoas, que abarcou professores/as, pesquisadores/as, artistas e discentes de graduação e pós-graduação, incluindo africanos/as e indígenas, coletivos e movimentos sociais. Reuniu 28 palestrantes (4 rodas de conversa, 2 diálogos contemporâneos, 2 shows e uma

Intitulado “Diálogos Sensíveis: produção e circulação de saberes diversos”, a obra publiciza os trabalhos apresentados nos simpósios temáticos, frutos do desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e ensino⁷, constituindo-se significativa contribuição como suporte para ações educativas nas mais diversas áreas das Ciências Humanas. Foi a partir da experiência desse projeto que se originou uma nova ação de extensão, a Coleção AYA, que tem como objetivo a publicação de obras (materiais didáticos, pesquisa, dissertações e teses) nas temáticas africanas, afro-diaspóricas e indígenas, visando contribuir para a disseminação do conhecimento multidisciplinar produzido em diferentes espaços e a solidificação de uma rede de pesquisadores/as, ativistas sociais e professores/as do campo teórico-prático pós-colonial e decolonial⁸. A publicação que inaugura a Coleção AYA – “Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos”⁹ – é composta por reflexões de palestrantes nacionais e internacionais que participaram do 1º EPD comprometidos com a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista e têm a decolonialidade, a interseccionalidade e a desobediência epistêmica como princípio teórico e prático.

As obras acessíveis através da plataforma digital Biblioteca Virtual (www.ayalaboratorio.com), que também se constitui uma ação de extensão do laboratório, obtiveram, até o momento, um bom alcance nacional e internacional, evidenciando a relevância do projeto¹⁰. Nesse sentido, essa ação é articulada e realizada em torno da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e contribui para a divulgação

exposição de arte) e 77 trabalhos de pesquisa e extensão apresentados, além de ter gerado a publicação de dois livros, uma série de podcasts e consolidado uma rede de pesquisa com professores/as universitários/as de todas as regiões do Brasil e do exterior. Os desdobramentos do evento, inclusive, geraram novas ações extensionistas.

- 7 MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). **Diálogos sensíveis**: produção e circulação de saberes diversos. 1. ed. Florianópolis: Editora Rocha, 2020. v. 1. 606 p. Disponível em: <https://ayalaboratorio.com/2020/10/16/dialogos-sensiveis-producao-e-circulacao-de-saberes-diversos-livro-aya/>
- 8 Esta ação já integra os Programas do AYA para o Biênio 2022 e 2023, com a perspectiva de publicar os resultados de projeto de pesquisa e extensão e os outros dois de pesquisas de mestrado, do ProfHistória e PPGH da UDESC/FAED.
- 9 MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). **Narrativas Insurgentes**: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. 1ª ed., Florianópolis: Editora Rocha, 2020. v. 1. 392p. Disponível em: <https://ayalaboratorio.com/2020/12/21/narrativas-insurgentes-decolonizando-conhecimentos-e-entrelacando-mundos>
- 10 “Diálogos Sensíveis: produção e circulação de saberes diversos” obteve 320 acessos em 2020 e 1.226 acessos em 2021; “Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos” teve 182 acessos em 2020 e 332 acessos em 2021.

e a internacionalização dos trabalhos realizados no âmbito do laboratório AYA inseridos no campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais.

OFICINAS DIDÁTICAS

A proposta do projeto “Narrativas africanas e indígenas e o ensino de história” teve como objetivo a construção de materiais didáticos em formato de aulas-oficinas voltadas para professores/as e estudantes de Educação Básica, tendo como pressuposto teórico e metodológico a multidisciplinariedade, a interculturalidade e a interseccionalidade. A partir de diversos documentos - orais, escritos, iconográficos e audiovisuais - produzidos por populações africanas, indígenas e afro-diaspóricas, construímos propostas de práticas de ensino para professores/as e estudantes, preferencialmente, do 5º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, tendo como fio condutor perguntas suleadoras centrais, levando-se em consideração o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2004 e 2016), as Diretrizes da Grade Curricular do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2019) e as próprias demandas apresentadas por professores/as e gestores/as escolares.

As aulas-oficinas foram pensadas e elaboradas com base no chamado giro decolonial¹¹, ao propor tratar das lutas por liberdade, emancipação e direitos de populações africanas, afro-diaspóricas e indígenas deslocadas de paradigmas eurocentrados e, portanto, de uma perspectiva de um passado longínquo e congelado no tempo, mas ancoradas em questões constitutivas do tempo presente que ainda são necessárias e urgentes. Esse arcabouço teórico e metodológico encontra ressonância, inclusive, nas resistências cotidianas por parte da comunidade escolar brasileira, contribuindo para um ensino qualificado nas temáticas e, acima de tudo, comprometido com um posicionamento político antirracista e anticolonial, que seja pluriversal.

Após escolhidos os temas centrais das aulas-oficinas, foram elaboradas questões suleadoras a serem respondidas no desenvolvimento das atividades. Nas voltadas para o 5º e 9º anos, a pergunta que orientou a pesquisa e a escolha das fontes foi *“Povos Indígenas em Santa Catarina, como contam e o que contam nas narrativas que*

11 “Giro decolonial é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres (2005) e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.” (BALLESTRIN, 2013, p. 89).

constituem o seu ver mundo?” Para 8º e 9º anos, a pergunta selecionada foi: *“Como indígenas e africanos lutaram por liberdade e emancipação no século XX?”* Por conseguinte, o trabalho realizado demandou o exercício coletivo de pesquisa, leitura e estudo de referenciais bibliográficos, resultando em uma proposta de construção de conhecimento em sala de aula baseada em uma metodologia investigativa.

Embora o projeto tenha sido idealizado a partir do campo disciplinar da história, possui um caráter multidisciplinar, possibilitando mobilizar diferentes áreas do conhecimento no âmbito escolar. Tal perspectiva, contribui, também, para a ruptura do entendimento de que as leis e diretrizes sobre ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígenas sejam restritas ao campo da história, literatura e geografia, possibilitando um diálogo epistêmico entre diferentes áreas de conhecimento. Aliás, esses diálogos são possíveis, também, porque uma característica do material produzido está em ser composto por conteúdos relativos às populações indígenas, africanas e afro-diaspóricas de maneira relacional, construindo possibilidades de estudo e produção de conhecimentos, identificando as similaridades, especificidades e movimentos no tempo e na história em relação às experiências dessas populações.

Oficinas 5º e 9º ano¹²

O material didático *Narrativas orais: formas de contar histórias indígenas, africanas e afrodescendentes* é dividido em duas partes, contendo cinco aulas-oficinas no total, que abordam temas e discussões relacionadas às culturas e manifestações de populações indígenas de Santa Catarina (povos Laklãnõ/Xokleng, Guarani e Kaingang), de mulheres das Suraras do Tapajós¹³ e afro-diaspóricas, em especial a partir das reflexões de Emicida e do Samba de Roda.

12 Idealizadas pelas bolsistas Marina de Moraes dos Santos, Mariane Schmitz de Souza e Victor Leonardo da Silveira, com orientação das professoras Claudia Mortari, Carol Lima de Carvalho, Luisa Tombini Wittmann e Tathiana Cassiano.

13 Grupo de mulheres do Baixo Tapajós, Oeste do estado do Pará, junto a outras etnias da região, que vem construindo esse espaço político de construção coletiva para além da música. Surara quer dizer guerreiro em Nheengatu, língua geral da região, e também é um grito de ordem dos povos do Baixo Tapajós. No Baixo rio Tapajós, Oeste do estado do Pará, vivem aproximadamente 7 mil indígenas, pertencentes a 13 diferentes povos, “segundo CITA são: Apiaká, Arapium, Arara Vermelha, Borari, Cara Preta, Jaraqui, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Tapajó, Tapuia, Tupaiú e Tupinambá.” (ARANTES, 2019, p. 110).

A primeira parte, voltada para o 5º ano, é dedicada ao ensino da *Tradição Oral* que está direcionada às culturas, às memórias e à diversidade dos povos indígenas em Santa Catarina. A pesquisa para a produção do material teve como base de referência os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e volta-se para o 5º ano devido a vários fatores, entre eles, a demanda por materiais sobre a temática no ano que representa uma fase de mudanças na vida escolar, cujas disciplinas começam a tomar forma, além da potencialidades de, nesse momento, os(as) estudantes estarem em relação com um(a) pedagoga(o), o que abre um leque de diferentes possibilidades práticas e da relação estudantes e comunidade escolar. As aulas-oficinas são divididas em três, uma para cada povo indígena de Santa Catarina, e nelas estão presentes momentos de contar, de sensibilizar/conversar e de narrar, trazendo reflexões, questionamentos e sugestões por meio de materiais para auxiliar na prática da oficina apresentada, pensando a oralidade como ponto fundamental para a produção e compreensão de conhecimentos históricos das populações indígenas.

A segunda parte, voltada para o 9º ano e pautada na categoria de *Narrativas Históricas*, origina-se do trabalho com manifestações históricas, culturais e artísticas dos povos afro-diaspóricos e indígenas no território brasileiro e está dividida em duas oficinas: *Cantar história: o griot contemporâneo no rap brasileiro e as suraras do tapajós no carimbo* e *o Samba como expressão cultural*.

Cada oficina está construída partindo do uso de canções como fontes históricas: as Suraras dos Tapajós, de Emicida e o Samba de Roda, com Donga e Pixinguinha, ritmos contemporâneos que carregam referências e saberes ancestrais, provocativos nas suas relações com as lutas de reivindicações territorial e luta antirracista e relevantes ao espaço escolar. A metodologia proposta consiste em momentos: de sensibilizar/conversar, de cantar/contar (apresentando a escrita/letra das canções, as imagens, audiovisual) e de encruzilhar. A ampliação dos assuntos acontece principalmente quando se cruzam, pensando no RAP (na música de Emicida) e do Carimbó (nas músicas das Suraras do Tapajós) como possibilidade de aprender sobre os saberes dos orixás e dos encantados e se oficializam nas práticas de desenhos propostas.

Uma característica central na proposição destas aulas-oficinas é a ideia de encruzilhada¹⁴ em sua potencialidade pedagógica. Por exemplo, no caso das musicalidades de Emicida e das Suraras dos Tapajós, foram colocados em conversa Orixás e Encantados em uma prática de sala de aula, apontando lutas, encontros e diferenças. Importante considerar que, embora tenhamos pensado estas aulas-oficinas para o 9º ano, entendemos que o material pode ser utilizado na articulação com as propostas apresentadas para o 5º ano porque, nele, é possível observar elementos comuns entre ambas como, por exemplo, a ideia de contar histórias, seja na musicalidade, na oralidade, seja nos encontros de ambas.

Oficinas 8º e 9º¹⁵

As oficinas do 8º e 9º anos foram pensadas e estruturadas a partir da seguinte pergunta suleadora: “*Como indígenas e africanos lutaram por liberdade e emancipação no século XX?*” Como ponto de partida para essa jornada, escolhemos dois espaços geopolíticos¹⁶: Brasil e Áfricas¹⁷, em específico, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Esse material foi elaborado com o objetivo de apontar possibilidades de construção coletiva do conhecimento histórico a partir de diversas fontes históricas (imagéticas, sonoras, fílmicas, escritas etc.) produzidas por pessoas indígenas e africanas nos processos de luta por direitos e existências no recorte temporal do século XX.

A escolha das fontes e das referências bibliográficas tinham como objetivo construir possibilidades de responder à questão sulea-

14 Exu está na encruzilhada e fez ali sua morada, ao encruzilhar os espaços escolares se pretende o toque, a contradição, o choque (passivo ou não) entre as pessoas, em que o encontro seja potência vital. A encruzilhada, apesar da comum representação colonial da cruz crucificada ou da sua relação com um momento negativo de não saber que caminho tomar, nas oficinas é a escolha por possibilidades, abrindo mão das certezas coloniais e diversificando o conhecimento escolar.

15 Idealizadas pelos bolsistas Willian Felipe Martins Costa e Kally Cassiani Costa Trevisan com orientação das profas. Claudia Mortari e Luisa Tombini Wittmann, Tathiane Cassiano e Carol Carvalho, desde sua ideia inicial, à pesquisa, escolha de fontes, criação de metodologia, das sequências didáticas e criação do material para os/as estudantes.

16 Espaço geopolítico diz respeito não só a uma questão de localização geográfica, mas também de espaço político ocupado no sistema moderno/colonial (MIGNOLO, 2003).

17 A opção pelo termo “Áfricas”, no plural, ao invés de somente África, se deve ao entendimento acerca do continente enquanto um espaço geográfico pluricultural e diverso. Sendo assim, dentro do território africano, existem diversas Áfricas (MORTARI, 2016).

dora tanto por parte dos/das professores/as quanto dos/das estudantes, trazendo, inclusive, suas próprias interpretações sobre as temáticas, visando romper com os estereótipos que cercam as populações africanas e indígenas em foco nesse projeto.

Através de reuniões online, supervisões e orientações, as oficinas foram idealizadas de forma a articular as temáticas, algo inédito na produção de materiais didáticos para o ensino fundamental, a partir das escolhas das fontes e perguntas desenvolvidas no questionário do material voltado aos/às estudantes. Outro aspecto característico do material produzido é a proposta de mobilização do passado feita pelos/as próprios/as estudantes a partir da análise de discursos feitos por dois intelectuais e ativistas, um africano e um indígena, a partir de roteiros investigativos. Estes têm a função de simular o ofício do/da historiador/a, apresentando as fontes selecionadas como pistas e instigando os e as estudantes a realizar uma análise em conjunto, reunindo os fatos e os acontecimentos para fazer uma interpretação do passado com auxílio do/a professor/a. Nesse sentido, objetiva-se possibilitar que o/a estudante compreenda que a escrita da História é feita a partir de questões do presente e que a construção da narrativa histórica é resultado da interpretação, da análise e da contextualização das fontes históricas.

Na primeira aula-oficina, “*Direitos e (Re)Existências: Liberdade e Emancipação*”, os documentos selecionados foram os discursos feitos por Amílcar Cabral¹⁸ (1971) e Ailton Krenak¹⁹ (1987). Apesar de terem proferido seus discursos em tempos e contextos diferentes, possuem similaridade em torno de sua luta, especialmente no que diz respeito à emancipação e à dignidade. Ambos estão diante do Estado, em busca de melhorias de vida para seus povos e reivindicações de seus territórios sagrados. É possível identificar ideias centrais de Amílcar Cabral sobre estratégias importantes na luta pela independência e descolonização dos territórios africanos sob o domínio português. Por sua vez, o discurso de Ailton Krenak possibilita olhares outros acerca dos processos de demarcação de terras in-

18 Discurso proferido pelo político e agrônomo guineense Amílcar Cabral e transmitido pela Rádio Liberdade no ano de 1973 na Guiné-Bissau. Cabral também foi um dos líderes do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAICG).

19 Discurso proferido pelo ambientalista e liderança indígena Ailton Krenak em uma sessão da Assembleia Constituinte do Brasil no ano de 1987.

dígenas, migrações, processo da Constituinte realizada para criar a Constituição de 1988, bem como, para pensar a questão de terras e relações étnico-raciais no Brasil, além de toda a história dos povos indígenas e da violenta história da política indigenista do Estado brasileiro. Nas temáticas articuladas, é possível pensar categorias como Estado-Nação, cidadania, emancipação, descolonização, estratégias de resistência, entre outros que possam surgir a partir das análises dos/as próprios/as estudantes.

Na segunda aula-oficina, “*Constituindo estratégias de (Re) Existências*”, recuamos no tempo para apontar os antecedentes da luta anticolonial de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe e do movimento indígena no Brasil, além de compreender as violências desses Estados-Nação contra suas populações mais vulneráveis. Essa oficina possui caráter de denúncia e de resistência, cujos conceitos e categorias trabalhados seguem no sentido de demonstrar como e porque essas populações precisaram recorrer às suas táticas de luta para continuar existindo.

No conteúdo referente às Áfricas, temos como fonte histórica uma mensagem de estudantes africanos ao povo português, atribuída aos/as estudantes de Coimbra em 1960. No conteúdo referente à História e Cultura Indígena, temos um conjunto de documentos que trazem outra perspectiva sobre o processo de contato entre os Laklãnõ-Xokleng, que os indígenas chamam de “pacificação do branco”, ao mesmo tempo que demonstram como a chegada do SPI, representando o Estado, cercou e diminuiu as terras ancestrais desse povo, destruindo florestas e locais sagrados e proibindo práticas milenares, línguas nativas e tradições consagradas. As fontes selecionadas para o material para os estudantes, o Roteiro Investigativo, é a Carta para o Presidente da FUNAI, contida na Ata da primeira Assembleia dos Chefes e Representantes Indígenas da Região de Oiapoque, na qual os caciques fazem diversos pedidos e negociações. Nessa segunda aula-oficina, o objetivo, além de desenvolver as habilidades de investigação histórica como parte fundamental para entender a construção da historiografia, é também aprimorar a habilidade dos/as estudantes em fazer cruzamentos de fontes, mobilização das temporalidades, além de reforçar a visão sobre a construção histórica acontecer sempre a partir de elementos do presente, discutin-

do, por exemplo, os conceitos de cidadania, de emancipação e de resistência.

No que tange à estruturação das aulas-oficinas, a metodologia foi desenvolvida para gerar debates e reflexões em sala de aula. Cada uma das propostas é constituída por Introdução às temáticas, texto para o/a professor/a, com apresentação e breve análise das fontes escolhidas, Roteiro Investigativo para os estudantes e material complementar, com textos que foram elaborados para auxiliar o/a professor/a em sala de aula, repletos de referências e conteúdo que visam a aproximação com as temáticas.

Pensamos que o material desenvolvido possibilita que os/as estudantes e professores/as tenham acesso a perspectivas outras sobre o ser, o estar, o entender e o agir no mundo em diferentes espaços geopolíticos e temporais. Dessa forma, é possível compreender como populações africanas e indígenas se mobilizaram e lutaram contra sistemas opressivos, pleitearam o estatuto de humanidade que lhes foi negado e desenvolveram estratégias possíveis contra as violências da colonialidade, sendo protagonistas das próprias histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Integrar uma equipe e desenvolver ações de extensão possibilita uma formação ampliada e, como costuma-se dizer no AYA, “é uma segunda graduação”. Bolsistas, pesquisadores/as e professoras lidam com um repertório de leituras e discussões pautadas na perspectiva teórico-prática da decolonialidade, implicando na formação de profissionais engajados/as e capazes de construir propostas de produção de conhecimentos na interlocução com culturas indígenas, africanas e afro-diaspóricas. Exemplo pontual de tal ação é a publicação dos dois e-books que, inclusive, obtiveram um significativo alcance nacional e internacional através da Biblioteca Virtual do AYA, o que nos demonstra a relevância do projeto.

Por sua vez, a produção do material didático em forma de aulas-oficinas foi orientada pela possibilidade de contribuir para a qualificação e difusão do ensino de narrativas históricas de populações africanas, afro-diaspóricas e indígenas em sala de aula. O caráter

inovador do projeto, os temas, as problemáticas suleadoras da estruturação dos materiais e a diversidade de documentos históricos constituem possibilidades de construção de práticas de ensino plurais, com conteúdos que sejam capazes de abranger cada vez mais diferentes modos de viver de homens e mulheres no tempo. Os materiais produzidos visam contribuir para a implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas de forma a romper com visões estereotipadas, que relegam essas populações a um passado cristalizado, passando a compreendê-las como pessoas que lutam diariamente, no tempo presente, por emancipação, por direitos e por liberdade²⁰.

Ainda, é importante perceber os desafios que se apresentaram durante esses dois anos de desenvolvimento do programa de extensão. Atravessadas comumente pelo contexto de pandemia de Covid-19, as pessoas que aqui escrevem viveram experiências por vezes limitadas pelas características da virtualidade, lidando com a contradição de um mundo que expressava explicitamente a divisão dos mais e dos menos descartáveis. Questões como as dificuldades enfrentadas para se organizar em grupo (visto que se trata de uma construção coletiva), a saúde mental, as inúmeras correções, tentativas, erros, acertos e rotas recalculadas demandaram afinho e parceria. Nesse sentido, apesar das dificuldades encontradas, é consenso para o grupo que a participação nas atividades vinculadas ao Programa de Extensão foi extremamente rica em aprendizados, possibilitando o desenvolvimento de novas habilidades pouco exploradas na graduação. Os trabalhos também nos colocaram em contato com as ideias uns/umas dos/as outros/as, fazendo com que outras florescessem, agregando as diferentes visões de cada um/a em um grupo plural.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Luana Lazzeri. Reflexões sobre processos de constituição do movimento indígena no Baixo Tapajós a partir de narrativas femininas. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 3, n. 5, p. 92-117, jan./jun. 2019. Disponível em: www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasociedade/issue/view/31.

²⁰ A continuação desse projeto está prevista na Edição do Programa para o biênio 2022-2023, agora em parceria com o Museu Afro-Brasil.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 11 de março de 2008**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 março. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Epistemicídio. In: CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 96-124.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Companhia das Letras, São Paulo, 1990, p. 13-28.

hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In: hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 83-104

MIGNOLO, Walter. A gnose e o imaginário do sistema mundo colonial/moderno. In: **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro e Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 23-76.

MORTARI, Claudia. O “equilíbrio das histórias”- reflexões em torno de experiências In: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Orgs.). **Nossa África**: ensino e pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 41-53.

MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini. **Diálogos sensíveis**: produção e circulação de saberes diversos. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota). 2020b.

MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa Tombini. Histórias compartilhadas propostas universitárias de conhecimentos universitários. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 154-176, jan./abr. 2018.

MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini. **Narrativas Insurgentes**: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota. 2020a.

SANTA CATARINA. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

SOBRE OS AUTORES

Alba Regina Battisti de Souza: Professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Contato: alba.udesc@gmail.com

Amanda Cristina Pires: Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Coordenadora do Programa de Extensão “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s – 2020-2021 – 2º edição”. Contato: amanda.pires@udesc.br

Ana Flávia Pereira: Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista do Programa Expedições Geográficas – 2020/2021. Contato: anaflaviapr4@gmail.com

Ana Paula Nunes Chaves: Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Coordenadora do Programa Expedições Geográficas. Contato: ana.chaves@udesc.br

Carol Lima de Carvalho: Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora Associada ao AYA Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (UDESC/FAED), atuando como voluntária nos projetos de extensão. Tesoureira da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros - AMAB. Contato: carolimac18@gmail.com

Ciro Palo Borges: Graduado em Geografia pela UDESC, mestrando em Geografia pela UFSC e bolsista de extensão no Programa Geodiversidade no Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Cláudia Mortari: Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1995), Mestre (2000) e Doutora (2007) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul – PUC/RS. Professora associada de História da África do Curso de Graduação em História e docente nos Programas de Pós-Graduação em História – PPGH e em Ensino de História – Pro-História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Atualmente, é vice-coordenadora do AYA – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais da FAED/UDESC e coordena projetos de Extensão e Pesquisa no campo dos Estudos Africanos.

Dirceu Bruno Câniva Sebastião Isac Portela Nunes Ramos da Silva: Graduando em Geografia – Licenciatura na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Discente Voluntário do programa de Extensão “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s” – 2ª Edição. Contato: bruninramos2009@gmail.com

Emanuel Henrique Vodzik: Graduando em Geografia – Bacharelado na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista do Programa de Extensão “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s” – 2ª edição. Contato: manumudd2@gmail.com

Evelyn Lima Gonçalves: Graduanda em Geografia – Bacharelado. Atuou no Programa de Educação Tutorial da Geografia – PETGeo por dois anos, colaborando com vários projetos. Foi voluntária na pesquisa e na extensão por um ano no Laboratório de Estudo de Riscos de Desastres – LABRED. Atuou como Bolsista de extensão no projeto Territórios Populares: cidadania, diversidade e educação no Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF. Bolsista de extensão no Laboratório de Geologia e Mineralogia – LGEM, no projeto “Fauna sinantrópica do Parque da Luz”, Florianópolis (2022). Discente Voluntária do programa “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s” – 2ª edição. Contato: eveethi@gmail.com

Francisco Canella: Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor do Departamento de Pedagogia da UDESC e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN. Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e Família – LABGEF e o Observatório das Migrações de Santa Catarina. Coordena programas de extensão em bair-

ros da periferia da Grande Florianópolis e junto a movimentos sociais, que são também os seus temas de pesquisa.

Gabriela Maria de Sousa: Graduada em Geografia – Licenciatura pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista do Programa Expedições Geográficas – 2021. Contato: gabisou-sa292@gmail.com

Helena Fediuk Gohl: Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da UDESC. Pesquisadora e integrante do AYA – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. Contato: helena-gohl18@gmail.com

Jairo Valdati: Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Doutor em Geologia pela Universidade de Módena, Itália. Professor da UDESC e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento da UDESC e de Geografia da UFSC. Coordena o Grupo de Pesquisa BioGeo, CNPq. Coordena o Programa de Extensão Geodiversidade no Geoparque Caminhos dos Cânionsdo Sul.

Joana Elaine Matos Simici: Graduanda em Geografia – Bacharelado na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Discente Voluntária do Programa “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s” – 2ª edição. Contato: joanalizzie@outlook.com

João Gabriel Santos Pinto: Bolsista extensionista do Laboratório AYA – Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais – FAED/ UDESC. Graduando do curso de Bacharelado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Contato: joaogsantos177@gmail.com

José Iago Almeida Carneiro: Graduando do curso de Geografia – Licenciatura na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista do Programa Expedições Geográficas. Discente Voluntário do Programa de Extensão “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s” – 2ª edição. Contato: iago4lmeida@gmail.com

Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho: Graduado e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Graduando em Medicina pela Universidade do Extremo Sul Catari-

nense – UNESCO. Foi técnico universitário de suporte na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (2019-2022).

Kally Cassiani Costa Trevisan: Graduanda do Curso de História (Bacharelado) da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Integrante do AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais - FAED/UDESC, atuando como bolsista de pesquisa de História e Cultura Indígena e voluntária nos programas de extensão. Contato: kally.trevisan@gmail.com

Lourival José Martins Filho: Professor do Departamento de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Contato: lourivalfaed@gmail.com

Luisa Tombini Wittmann: Professora Associada do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGH e Profhistória – UDESC. Mestre e Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UEC (2011). Coordena o AYA – Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais – FAED/UDESC e o Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória-UDESC, além de projetos de extensão e de pesquisa no campo da História Indígena. É membro da Comissão de Políticas de Ações Afirmativas e Diversidades da UDESC. Contato: luwittmann@gmail.com

Luiz Phelipe Flor Pereira: Graduando do curso de Geografia – Bacharelado na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista do Programa de Extensão “Capacitação para Voluntários de Nupdec’s” – 2ª edição. Contato: luizphe13@gmail.com

Luiza Ferreira da Silva: Graduanda em História – Bacharelado na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista de pesquisa – PROBIC/UDESC – vinculada ao Laboratório AYA – Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais da FAED/UDESC a partir do projeto “Modos de ser, ver e viver: o mundo Ibo a partir da escrita de Chinua Achebe (Nigéria, Séc. XX)”, orientado pela Profa. Dra. Cláudia Mortari. Bolsista voluntária de extensão também vinculado ao Laboratório AYA. Contato: lu.ferreiradasilva1109@gmail.com

Maria Carolina Villaça Gomes: Graduada em Geografia pela Universidade do Estado de São Paulo – UNESP. Mestre e Doutora em

Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC – PPGPLAN/UDESC. Coordenadora do Comitê Educativo-Científico – CEC do Geoparque Caminhos dos Cânionsdo Sul.

Mariane Schmitz de Souza Graduada em História (Licenciatura) na Universidade Potiguar, Pós-graduada em Literatura e Ensino - IFRN, mestranda no Mestrado Profissional em Ensino de História PRO-FHISTÓRIA - UFSC e professora de história na rede particular de ensino na cidade de Florianópolis/SC. Pesquisadora Associada no AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais, atuando como voluntária nos projetos de extensão - FAED/UDESC. Contato: mahh.schmitzz@gmail.com

Marina de Moraes dos Santos Graduada em Artes Visuais (Licenciatura) na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, pós-graduanda em Libras – UNIFAEL e professora na rede particular de ensino na cidade de Araranguá/SC. Pesquisadora Associada no AYA Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais - FAED/UDESC, atuando como voluntária nos projetos de extensão. Contato: marina.searom@gmail.com

Matheus Oliveira Della Nina: Graduando em Geografia pela UDESC. Bolsista de extensão do Programa Geodiversidade no Geoparque Caminhos dos Cânionsdo Sul.

Rita de Cássia Dutra: Graduada em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestre em Gestão Territorial Urbana, Engenharia Civil, pela UFSC. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, pesquisando o tema: eventos climáticos extremos e desastres na zona costeira. Bolsista Capes. Contato: dutra.rita@gmail.com

Rosane Talayer de Lima: Fotógrafa. Graduada em Biblioteconomia – Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Foi bolsista nos projetos de extensão “Território Popular: registro, memória e participação no bairro Monte Cristo” e no projeto “Novos e Velhos Migrantes: cidadania, diversidade e educação” do Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF. Participa como voluntária no projeto de Pesquisa “As lutas por moradia e

a participação das Mulheres: histórias de vida de lideranças em Florianópolis e Lisboa”. Voluntária no projeto de extensão “Novos e Velhos Migrantes: Cidadania, diversidade e educação”. Contato: rosanettlima@gmail.com

Siméia de Mello Araújo: Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Mestra em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora de língua portuguesa, revisora, consultora, roteirista e ativista pelos direitos humanos. Coordena o Núcleo de Educação do Museu Afro Brasil. Cofundadora e diretora do Instituto Ella Criações Educativas e pesquisadora do AYA – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. Contato: meiall@hotmail.com.

Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano: Mestre em Ensino de História. Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Professora e pesquisadora do AYA – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. Contato: tathi.leandro@gmail.com

Victor Leonardo da Silveira: Bolsista extensionista do Laboratório AYA – Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais da FAED/UDESC. Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e futuro professor da rede de ensino público. Contato: victorleonardodasilveira@gmail.com

Vinicius Pinto Gomes: Produtor, roteirista, diretor e podcaster na Emitai Produção Audiovisual, trabalhando com projetos próprios, editais e clientes. Diretor do Longa-Metragem “Cabe Rock Nessa Ilha”, de 2021, lançado na TV ALESC, e produtor nos projetos de podcast AYACAST e Histórias Marginais. Mestre em História pela UDESC e pesquisador associado ao AYA – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. Contato: vgomes19@gmail.com

Willian Felipe Martins Costa: Licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História - PPGH/UDESC. Pesquisador Associado ao AYA - Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais - UDESC/FAED, atuando como voluntário nos projetos de extensão. Contato: will53638@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ayacast, 73

B

Biblioteca virtual, 73

C

Ciências humanas, 13

Comunidade, 91

Covid-19, 31, 91

E

Educação, 13

Ensino fundamental, 47

Escola vai ao parque, 31

Extensão Universitária, 13

Extensão e formação docente, 47

G

Geodiversidade, 57

Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, 57

H

Histórias Africanas, 73, 125

I

Indígenas I, 73

N

Novos e velhos migrantes, 114

O

Oficinas didáticas, 125

P

Pandemia, 31, 91

Periferia urbana, 114

Programa de extensão, 114

Projeto, 31

R

Reflexões Epistemológicas, 125

Registros de memória, 114

ISBN 978-65-5388-093-1



9 786553 880931 >